



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RAFAELA ALVARENGA FLÔR

FEMINICÍDIO NA FRONTEIRA
SUL-MATO-GROSSENSE: Estudo de Caso no
jornal *online* Ponta Porã Informa

Campo Grande - MS
JULHO / 2023



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



FEMINICÍDIO NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: Estudo de Caso no jornal *online* Ponta Porã Informa

RAFAELA ALVARENGA FLÔR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota

RAFAELA ALVARENGA FLÔR

**FEMINICÍDIO NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: Estudo de Caso no
jornal *online* Ponta Porã Informa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Campo Grande - MS, 23 de agosto de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Daniela Cristiane Ota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Katarini Giroldo Miguel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Rosana Maria Ribeiro Borges
Universidade Federal de Goiás

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas, pelo Google Meet, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Daniela Cristiane Ota (UFMS), Katarini Giroldo Miguel (UFMS) e Rosana Maria Ribeiro Borges (UFG), sob a presidência da primeira, para julgar o trabalho da aluna: **RAFAELA ALVARENGA FLÔR**, CPF 05683436117, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**FEMINICÍDIO NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: Estudo de Caso no jornal online Ponta Porã Informa**" e orientação de Daniela Cristiane Ota. A presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

Dra. Daniela Cristiane Ota (Presidente)

Dra. Katarini Giroldo Miguel (Interno)

Dr. Marcos Paulo da Silva (Interno) (Suplente)

Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges (Externo)

RESULTADO FINAL: Aprovação () Aprovação com revisão ()
Reprovação ()

OBSERVAÇÕES: A banca orienta que a acadêmica observe e faça as revisões para a entrega da versão final.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Cristiane Ota, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2023, às 16:02, conforme horário oficial

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Katarini Giroldo Miguel, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES, Usuário Externo**, em 24/08/2023, às 09:44, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Alvarenga Flôr, Usuário Externo**, em 24/08/2023, às 10:03, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4225844** e o código CRC **E1B7E3CD**.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a materialização de um sonho, um objetivo nítido que, agora, é palpável. O agradecimento precisa ser generalizado, porque muitos tiveram influência e participação para que o desenvolvimento da pesquisa fosse possível e menos angustiante. Agradeço primeiro aos meus pais, Adão e Gil, minha irmã Juliana e meu cunhado Walison que me deram todo o suporte e apoio - financeiro, emocional, psicológico e de fé. Porém, agradeço especialmente minha mãe por ter colocado no meu coração que a educação é transformadora.

Gratidão à minha orientadora, Daniela Ota, que sempre esteve disposta e disponível para tornar todo o processo mais leve, que primou pela minha independência e confiou que este trabalho seria realizado e entregue da melhor maneira. Assim como os professores do PPGCOM que ajudaram a direcionar a pesquisa para conceitos e temas caros à produção acadêmica regional.

Agradeço às minhas amigas, tanto as que cursaram a graduação de Jornalismo e a pós-graduação junto comigo, quanto as que viveram outras experiências, e todas dispuseram apoio e interesse em cada etapa deste trabalho. Se dizem que desenvolver uma pesquisa é solitário, posso dizer que comigo foi diferente - não estive sozinha nem nos dias mais difíceis e cansativos.

E disponho o maior agradecimento ao meu melhor amigo Bruno Wirtti, que me acompanhou todos os dias - desde o processo seletivo até o último ponto final escrito nesta dissertação. Ele foi minha fortaleza nos dias que a dor do luto quase me fizeram desistir, justamente pela precoce morte dele em 2021 em decorrência da Covid-19. Essa pesquisa inteira, o mestrado todo, é por ele. Nós só temos uma vida, uma chance.

*Ampara, mas te ampara primeiro.
Guarda as distâncias.
Te constrói. Te cuida.
Entesoura teu poder.
O defenda.
O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.*

Gioconda Belli

RESUMO

O feminicídio é oriundo da construção sócio-histórica misógina e machista, que também é demonstrada em produtos da Comunicação. Valendo-se da metodologia do Estudo de Caso, este trabalho utiliza o jornal *online* Ponta Porã Informa, situado no município brasileiro de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul e fronteira com Pedro Juan Caballero, Paraguai, para analisar de que maneira o feminicídio é abordado nas notícias e se de alguma forma está relacionado com o contexto sócio-cultural da fronteira. Nesta dissertação, utilizou-se pesquisa de campo para levantamento de dados, análise do material recolhido e entrevista com o jornalista e proprietário do jornal para compreender as dinâmicas de trabalho jornalístico na região. Dentre os resultados encontrados, observou-se textos noticiosos pequenos e com informações superficiais; ausência de cobertura jornalística dos casos de feminicídio; relação distanciada entre órgãos de segurança e imprensa; revitimização das mulheres; predominância da violência e ameaças contra jornalistas; relação de proximidade entre jornal, jornalista e público; autocensura entre os jornalistas para prevenir atentados à pessoa ou à família.

Palavras-chave: Jornalismo Online; Feminicídio; Fronteira; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Femicide comes from the misogynistic and sexist socio-historical construction, which is also demonstrated in Communication products. Using the methodology of the Case Study, this work uses the online newspaper Ponta Porã Informa, located in the Brazilian municipality of Ponta Porã, in Mato Grosso do Sul and bordering Pedro Juan Caballero, Paraguay, to analyze how femicide is addressed in the news and if it is somehow related to the socio-cultural context of the border. In this dissertation, field research was used to collect data, analyze the collected material and interview the journalist and owner of the newspaper to understand the dynamics of journalistic work in the region. Among the results found, there were small news texts with superficial information; lack of journalistic coverage of cases of femicide; distanced relationship between security agencies and the press; revictimization of women; prevalence of violence and threats against journalists; close relationship between newspaper, journalist and public; self-censorship among journalists to prevent attacks on the person or family.

Keywords: Online Journalism; Femicide; Case study; Bordering; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados levantados do jornal Ponta Porã News.....	72
Quadro 2 - Dados levantados do jornal A Cidade de Ponta Porã.....	73
Quadro 3 - Dados levantados do Jornal de Ponta.....	75
Quadro 4 - Dados levantados do jornal Desperta Cidade.....	75
Quadro 5 - Dados levantados do jornal Ponta Porã em Dia.....	76
Quadro 6 - Dados completos levantados do jornal Ponta Porã Informa.....	79
Quadro 7 - Dados levantados do jornal Ponta Porã Informa II.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Mato Grosso do Sul e as cidades fronteiriças destacadas.....	17
Figura 2: Print Screen do título da primeira notícia.....	87
Figura 3: Print Screen do título da segunda notícia.....	89
Figura 4: Print Screen do título da terceira notícia.....	90
Figura 5: Print Screen do título da quarta notícia.....	92
Figura 6: Print Screen do título da quinta notícia.....	94
Figura 7: Print Screen do título da sexta notícia.....	96
Figura 8: Fachada da sede do jornal.....	124
Figura 9: Canto de gravação com <i>chroma key</i>	125
Figura 10: Parte do cenário de programas ao vivo.....	126
Figura 11: Canto direito com o quadro de compromissos da semana.....	127
Figura 12: Quadros de reconhecimento e honra ao mérito.....	128
Figura 13: Outras certificações pelo Ponta Porã Informa.....	129
Figura 14: Mesa destinada aos entrevistados.....	130
Figura 15: Decoração da mesa do principal computador.....	13

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
1 Introdução.....	14
2 Regionalidade, identidade, territorialidade e história da fronteira de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero.....	22
2.1 Espaço, território e a territorialidade como formadores da identidade cultural... 23	
2.2 Identidade cultural e multiculturalismo na fronteira sul-mato-grossense.....	29
2.3 A história da fronteira Brasil e Paraguai.....	33
2.3.1 Contexto histórico fronteiriço de Mato Grosso do Sul.....	37
2.4 Violência contra a mulher na história: A Guerra do Paraguai.....	43
2.5 O território como símbolo de poder na manutenção da violência contra a mulher.....	46
3 Jornalismo, gênero e fronteira.....	51
3.1 Jornalismo local e regional na faixa de fronteira Ponta Porã - Pedro Juan Caballero.....	52
3.2 A mulher fronteiriça como categoria na interseccionalidade.....	57
3.3 A interseccionalidade na Comunicação e no Jornalismo.....	63
4. Metodologia.....	69
4.1 Levantamento e descrição de dados da pesquisa de campo.....	71
4.2 Ponta Porã Informa.....	78
Considerações finais.....	100
Referências.....	104
APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM TIÃO PRADO.....	109
APÊNDICE B - FOTOS DA REDAÇÃO DO PONTA PORÃ INFORMA.....	124

Apresentação

Este trabalho possui elos íntimos e pessoais com a autora devido ao local escolhido para ser estudado ao longo da dissertação. Para explicar o porquê, é preciso uma breve ruptura na linguagem acadêmica e na norma padrão de um trabalho científico para escrever na primeira pessoa do singular: eu. Sendo assim, apresento-me.

Sou a Rafaela, filha de um casal fronteiriço de nascença. Minha família é praticamente formada por fronteiriços, nascidos e criados em Ponta Porã. A única que não viveu na fronteira sou eu, mas isso não impediu que eu construísse memórias afetivas por lá. Até determinado período da minha vida, todas as férias e feriados era pra lá que nós íamos: eu, minha mãe, minha irmã, meu irmão e meu pai. Durante a infância, eu ansiava pelo período do final de ano, porque era quando eu podia passar mais tempo por lá. Tudo o que eu não pude fazer em Campo Grande, por ser uma cidade maior e mais exposta à insegurança, eu fazia em Ponta Porã. Andava de bicicleta pelas ruas, passava tardes inteiras brincando na casa de vizinhas, ia e voltava da casa da minha avó e da minha tia quantas vezes me desse vontade. Até hoje mantenho essa relação afetuosa, minhas comidas preferidas só têm lá: o Lanche da Praça e empanadas do Raulitos, por exemplo.

Com o amadurecimento dos meus ideais e compreensão do mundo, percebi que era comum ver notícias sobre mulheres encontradas mortas na região e isso me instigou a procurar respostas. De alguma forma sinto uma conexão forte com o tema da violência contra a mulher, tornando-se mais um motivo para investigar, por meio da ciência, os possíveis porquês de tantos registros. A pesquisa também é afeto, por isso este trabalho mostra e carrega um pouco da minha história, porque mesmo sem ter vivido diariamente em Ponta Porã, ainda assim tenho mais da fronteira em mim do que tenho da minha cidade natal, Campo Grande. Sou mulher fronteiriça tanto quanto as outras mulheres da minha família.

1 Introdução

Desde a sanção da Lei nº13.104/2015, conhecida como "a do feminicídio", muito tem se falado sobre mortes de mulheres em contexto de violência, sobretudo a doméstica. Na época em que foi promulgada a lei, o assunto se tornou tema de redação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de vários outros vestibulares. A violência contra a mulher estava em evidência, sendo debatida em diferentes espaços sociais: nas escolas, nas universidades, nas produções de entretenimento, em jornais, na política, em casa, com familiares, amigos, fóruns e redes sociais.

A lei foi anexada à já conhecida Lei Maria da Penha, nº11.340, sancionada em 2006 após Maria da Penha ter sofrido sucessivos episódios de agressão física, verbal, psicológica e tentativas de homicídio por parte do marido e se tornar o símbolo na luta contra a violência doméstica. Atualmente, a partir de campanhas de conscientização promovidas pelos órgãos de justiça que visam combater a violência, é possível dizer que o feminicídio é o ápice de um ciclo de violência no qual a vítima está inserida. E entende que o feminicídio também pode ocorrer como manifestação da misoginia e do desprezo à mulher e a vida dela, sendo cometido por quaisquer razões e motivações, consideradas pelo Código Penal como hediondas.

O Brasil, a exemplo de outros vários países que foram "colonizados", tem em sua gênese a violência, presente em todas as etapas de ocupação, colonização e desenvolvimento sócio-histórico. O patriarcado e a misoginia estão enraizados na cultura, presentes na rotina de todos os gêneros, em maior ou menor grau, e são expressados também pelos índices de denúncias e registros desde que passaram a ser reconhecidos como crimes de gênero e constarem em relatórios estatísticos da segurança pública.

Esta dissertação foi pensada, planejada e também executada durante o período pandêmico de Covid-19 ¹, por isso é inevitável não mencioná-la. Os dados apresentados para contextualizar a situação da violência contra a mulher nos anos

¹ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia do vírus SARS-CoV-2 e passou a recomendar o isolamento social como alternativa para o combate da doença. Após três anos, em maio de 2023, a Organização declarou o fim do período de emergência da doença devido à vacinação em massa, iniciada em 2021, diminuindo o número de internações e mortes decorrentes da Covid-19. No Brasil, até o dia 30 de junho de 2023, mais de 37 milhões de pessoas foram infectadas pelo vírus e mais de 700 mil pessoas morreram, de acordo com dados do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 1 jul. 2023.

2021 e 2022 demonstram o impacto da pandemia no tema. O aumento no número de casos de feminicídio mostram que o isolamento e o distanciamento social colaboraram para que os índices aumentassem, de acordo com o relatório “Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), que apontou o crescimento de 2,2% no número de feminicídio durante o primeiro ano da pandemia, ainda que houvesse menor número de denúncias de lesão corporal dolosa, que caiu 27,2%.

Assim como a situação também foi pontuada no relatório de transição produzido pela equipe coordenada pelo atual vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, durante a troca de governos após as eleições de 2022. Por isso, podemos mencionar que além da pandemia, a violência contra a mulher foi negligenciada durante os últimos quatro anos, de 2019 a 2022, enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro esteve como governante do país. O desmonte das políticas públicas direcionadas às mulheres foi confirmada no relatório ao apontar cortes de 90% no orçamento das iniciativas governamentais, como por exemplo o serviço de denúncias telefônicas, número 180.

No governo Bolsonaro, o feminicídio foi gravemente intensificado pela flexibilização da posse e do porte do uso de armas. De 2019 a março de 2022, mais de 400 mil novas armas de fogo foram registradas no País, segundo dados da Polícia Federal. Deste total, mais de 96% estão em nome de homens e 4% em nome de mulheres (Gabinete de Transição Governamental, 2022, p. 26).

A partir do contexto regional, é importante citar que a cultura da violência não é diferente em Mato Grosso do Sul. Segundo dados do 14º Anuário de Segurança Pública e divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2021, o estado era o segundo com maiores índices de feminicídio no Brasil, empatado com Roraima na taxa 3 por cada 100 mil mulheres; Mato Grosso ocupa o primeiro lugar com a taxa de 3,6 por 100 mil mulheres.

Além disso, Mato Grosso do Sul registrou em 2020 o maior índice de feminicídios desde a sanção em 2015. O mapeamento realizado para tipificar as mortes de mulheres no estado, organizado pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso do Sul, aponta que 70% ocorreram em municípios no interior do estado (Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2020).

Nessa perspectiva local, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, fez

levantamento e análise de dados² dos casos registrados e em andamento, ou concluídos, no sistema judiciário do estado, e constatou 91 casos de ações penais, em 2021, referidas como feminicídio, homicídio ou homicídio qualificado complementar à violência doméstica. O documento se baseia em 89 casos que estavam acessíveis, pois haviam dois que estavam em sigilo. Destes, 68% são fatos que ocorreram em 2021; 23,6% em 2020; 6,7% em 2019 e 1% em 2017 (Tribunal de Justiça, 2021).

Os casos analisados são de consumados e tentados. O relatório indica que 30 mulheres foram vítimas de feminicídios e 62 foram vítimas de tentativa. Desses, 95% foram cometidos por companheiros da vítima e em contexto de violência doméstica e familiar. O estudo também constatou a motivação do crime e registrou que 56% o cometeram por ciúmes ou inconformismo com o fim do relacionamento, revelando características de que os acusados nutriam sentimento de posse sobre a vítima.

Construir uma pesquisa apenas sobre violência contra a mulher seria amplo e impossibilitaria o olhar mais atento à questão. Por isso definimos o feminicídio como tema central a ser investigado, porém direcionamos a pesquisa para a região de fronteira. Mato Grosso do Sul possui divisas com quatro estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso) e com dois países, a Bolívia e o Paraguai. De acordo com a Resolução nº1.251/2017, do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), a fronteira com os países vizinhos é extensa, com mais de 1.000km de extensão e 18 municípios fronteiriços, com divisões ou conurbados, em maioria com o Paraguai, sendo apenas um com a Bolívia. Designamos, então, o município brasileiro de Ponta Porã, principalmente por ser cidade-gêmea com Pedro Juan Caballero, município do Paraguai, e destacar-se por aspectos históricos, como o ciclo da erva-mate e a Guerra do Paraguai³, pelo comércio e também pelos índices de violência.

² Relatório de Feminicídios 2021. Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/storage/GP/noticiasArquivos/202206011843171.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

³ O ciclo da erva-mate teve início no século 19 no sul do, até então, Mato Grosso, pela Companhia Mate Laranjeira, pertencente ao Thomaz Laranjeira. A produção era extensa e abrigava trabalhadores paraguaios e indígenas (Fernandes, 2015). Enquanto que a Guerra do Paraguai é considerada a maior da América do Sul, pois envolveu Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina em um contexto em que os países buscavam formar e consolidar a Bacia Platina. O Brasil pretendia a livre navegação pelos rios da bacia; o Paraguai estava em uma ditadura mantida e governada pelo general Solano López, o mesmo que deu início à disputa; enquanto Uruguai e Argentina lidavam com conflitos civis próprios e se envolveram na guerra para preservar os próprios territórios das invasões e tomadas paraguaias (Doratioto, 2002).

Figura 1 - Mapa de Mato Grosso do Sul e as cidades fronteiriças destacadas



Fonte: Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de MS. Disponível em: <http://www.naosecale.ms.gov.br/mapa-ms-fronteiras/> Acesso em 30 jun. 2023.

Devido ao número de registros de casos de violência na região fronteiriça, o governo estadual implementou em 2021 o programa “MS Fronteiras” a fim de fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência, em conjunto com o projeto “Não se Cale”, criado para combater a violência contra a mulher. Para contextualizar, segundo o estudo publicado pela Coordenadoria Estadual da Mulher e mencionado anteriormente, foram registrados no município de Ponta Porã quatro ações penais em 2021. Contudo, os números de ocorrências de feminicídio e/ou homicídio doloso divulgados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública via *software* do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) apontou que no mesmo ano houve 51 registros de homicídios dolosos e em dez deles as vítimas eram mulheres, enquanto os casos de feminicídio totalizam cinco. A partir da

incoerência entre os dados, o relatório produzido pela Coordenadoria constatou que a maioria dos boletins de ocorrência não indicavam feminicídio, demonstrando que existe dificuldade de os policiais o reconhecerem no ato do registro.

A escolha por Ponta Porã se deu por três motivos principais: o primeiro é a respeito do próprio tamanho populacional que o configura como segundo maior município fronteiriço, com população estimada em mais de 92 mil habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2022⁴; o segundo é pela conurbação, particularidade cuja divisão entre os dois países é feita apenas por uma avenida, onde cada lado é demarcado com a respectiva bandeira do Brasil ou do Paraguai; e o terceiro é pela proximidade pessoal e familiar com a região.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como o feminicídio na fronteira é abordado pela cobertura jornalística e se de alguma forma está relacionado com o contexto sócio-cultural de Ponta Porã. Como objetivos específicos, listamos: 1) localizar nos estudos de Comunicação, e em áreas correlatas ao tema de pesquisa, subsídios para compreender o que a cobertura jornalística revela sobre casos de feminicídio em Ponta Porã; 2) verificar as dimensões da produção jornalística na elaboração e veiculação dos fatos de casos de feminicídio no jornal online escolhido; 3) apresentar, por meio da análise do estudo de caso, os elementos que transparecem o patriarcado e a misoginia nos assassinatos de mulheres.

Consideramos a hipótese de que os casos de morte de mulheres estão relacionados com os aspectos culturais e sociais presentes na fronteira, como também pelo histórico de conflitos e ilegalidades que envolvem o narcotráfico, tráfico de armas e contrabando que podem tornar o ambiente mais perigoso e fatal para as mulheres.

Em relação à cultura local, Brum (2021) afirma que é possível identificar elementos culturais nas práticas cotidianas que contribuem para a manutenção da violência contra a mulher, a partir dos dados de violência ao demonstrarem ser generalizados em Mato Grosso do Sul. Por isso evidenciamos a importância em investigar as multidimensões que envolvem o feminicídio e que possivelmente são demonstradas pelos meios de comunicação e veículos de informação.

Diante do exposto, construímos este trabalho em três capítulos que se propõem a apresentar conceitos e discussões pertinentes e relacionadas ao objetivo

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama> . Acesso em: 1 jul. 2023.

geral. Os capítulos aqui construídos servem como pilares que sustentarão nossa argumentação para comprovar, ou não, a hipótese de que o contexto sócio-histórico-cultural pode estar relacionado com o índice de feminicídios cometidos em Ponta Porã.

O primeiro capítulo é centrado em abordar conceitos transdisciplinares: o primeiro tópico é a respeito da discussão da Geografia contemporânea sobre o território, espaço e territorialidade baseada por autores da área; no segundo relacionamos territorialidade com a noção de identidade cultural e regional e o multiculturalismo presente numa área binacional; o terceiro tem caráter mais histórico, pois descreve a história de Mato Grosso do Sul, principalmente por ser um dos estados mais jovens do Brasil, criado em 1977; o quarto tópico descreve como a fronteira entre o Brasil e o Paraguai foi formada na região de Ponta Porã, quais os conflitos existentes na consolidação dos dois territórios, bem como a apresentação de conceitos decoloniais, pois ambos os países são frutos da colonização europeia, um pela Espanha e o outro por Portugal; no quinto trazemos como exemplo histórico a publicação de um relato escrito por uma sobrevivente que presenciou as violências contra a mulher no período da Guerra do Paraguai, cujo contexto foi imprescindível para a definição dos territórios e divisões fronteiriças; enquanto que no sexto e último tópico deste capítulo abordamos sobre o trabalho de Segato (2005) que menciona sobre como a violência de gênero é utilizada para demonstrar poder e controle em um território.

Nos propomos a apresentar no segundo capítulo um debate sobre o jornalismo local e de interior, característica importante pelo objeto que escolhemos para compor o estudo. Como também selecionamos pesquisas recentes e produzidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que tratam sobre a atividade da imprensa na fronteira, utilizadas para entendermos a dinâmica comunicacional no território de Ponta Porã. Por isso, o primeiro tópico do segundo capítulo consiste na reflexão sobre o jornalismo local, para observarmos qual é o contexto da mídia informativa produzida em uma cidade interiorana; já o segundo é direcionado para mencionar os estudos que foram feitos a respeito da imprensa que está presente na região fronteiriça e convergem com o tema deste trabalho; o terceiro menciona como o fazer jornalístico é marcado pelo masculino como ponto de referência e como trata

casos de feminicídio a partir da voz passiva do sujeito. Como subtópico abordamos sobre a interseccionalidade presente na fronteira e que está disposta nos debates acerca do papel dos meios midiáticos no enfrentamento à violência contra a mulher.

O terceiro capítulo foi formulado para incluir a metodologia que usaremos nesta pesquisa, e também dispõe de informações sobre o levantamento realizado para definirmos o corpus de pesquisa que sustentará a nossa análise para chegarmos nas considerações, ou até mesmo em uma resposta suficiente para a nossa pesquisa. Inicialmente fizemos o levantamento de dados das notícias que já foram publicadas, para assim estabelecermos um panorama do trabalho jornalístico realizado nos casos de feminicídio ocorridos em Ponta Porã, para então fazermos o recorte do corpus de pesquisa e a análise final.

A partir do que observamos no levantamento de dados feito na pesquisa de campo, estão algumas considerações: o recorte temporal que adotamos inicia em 2015 por ter sido o ano que a lei do feminicídio foi sancionada, até o ano de 2021 por ser anterior à realização do levantamento. Também primamos para que as notícias fossem de acontecimentos locais de Ponta Porã, seus distritos (Sanga Puitã e Nova Itamaraty) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Detectamos que apenas o portal de notícias Ponta Porã Informa conseguiu atender aos requisitos, pois possui materiais dos últimos sete anos, sendo o escolhido como objeto principal para o estudo de caso. O restante apresentou conteúdos mais recentes, que indicam que foram criados a partir de 2018 e 2019, mas ainda assim os apresentamos no escopo do levantamento por considerarmos informações relevantes sobre o panorama regional na construção de notícias sobre o feminicídio.

Ao todo encontramos 51 notícias distribuídas em oito sites de notícias. Percebemos, nesse material, um volume notável de reprodução total de matérias publicadas em jornais da capital, Campo Grande. Além disso, houve dois sites de notícias que não publicaram nem uma pauta policial e outros dois que publicaram uma única matéria sobre algum caso. Outro ponto interessante é sobre a pouca repetição de casos entre os jornais, ou seja, foi difícil encontrar sobre um mesmo acontecimento em mais de um jornal, fugindo da práxis de acontecimentos iguais que são reportados em diferentes veículos de notícias.

Para sustentar nosso estudo de caso, fizemos entrevista com o dono e proprietário do jornal Ponta Porã Informa, Sebastião Prado, para entendermos as

dinâmicas de trabalho e produção das notícias. As respostas de Sebastião foram cruciais para contextualizar a rotina, mas também explicitou características fundamentais do jornalismo local. Foi possível, também, cruzar as respostas com o processo da análise que fizemos em seis notícias - escolhidas por atenderem ao caráter de serem autorais e estarem dentro do período estipulado anteriormente -, e identificamos tendência de textos curtos que descrevem o acontecimento mais do que informam; não há atualizações sobre os casos - se a investigação está em andamento ou se o processo está sendo julgado ou está parado; se as vítimas são revitimizadas ao terem fotografias de seus corpos publicados.

Usamos o termo da revitimização para falar quando as vítimas foram expostas novamente, em situação vulnerável e indigna, ao terem fotos de seus corpos publicados nas notícias. As mulheres já foram mortas, vítimas de um crime brutal motivados pela misoginia e pelo machismo, por isso entendemos que quando há imagens que deixam evidentes a situação do cadáver, é uma nova maneira de vitimizá-las. Por isso, não incorporamos no trabalho as fotografias que compunham os textos publicados e analisados.

No penúltimo e último tópico deste capítulo, iniciamos o debate sobre a violência contra a mulher presente na região, mas também sobre a relação que a territorialidade e a própria noção de território tem com o gênero, sobretudo o feminino. Especificamente no último tópico usamos Rita Segato e sua experiência com pesquisas que conectam território e violência contra a mulher, cuja contribuição pode ser resumida em: as mulheres são vistas como objeto de posse e são violadas com a finalidade de demonstrar poder e domínio territorial e de força, principalmente em contextos de conflito.

2.1 Espaço, território e a territorialidade como formadores da identidade cultural

Para que possamos falar sobre a fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai é necessário recorrer à interdisciplinaridade como caminho de pesquisa, inserindo neste caso os conceitos da Geografia, para assim entendermos ao longo do trabalho quais são as possíveis relações que território, espaço e cultura têm com as violências contra a mulher, sobretudo com relação aos casos de feminicídio. Não está em nosso alcance o aprofundamento de discussões teóricas e conceituais sobre essa área do conhecimento, por isso reunimos autores e geógrafos que explicitam e dialogam com os tópicos que nos interessam nesta dissertação.

Dentre os autores a serem utilizados para discutir os conceitos de espaço, território, territorialidade e cidadania, começaremos com Milton Santos (1978), geógrafo, precursor e referência nos estudos acerca da conceitualização mencionada. Para o autor, o espaço é a reprodução da totalidade das transformações determinadas pelo o que a sociedade, os modos de produção, distribuição da população desempenharam nas evoluções da formação econômica e social, influenciando na construção e nas demais estruturas (Santos, 1978). E também é a organização social, por ser morada do indivíduo, e do lugar de vida que precisa ser organizado com frequência. Santos (1978) considera o espaço como fator social, uma instância da sociedade e do resultado e condição de processos sociais.

Para discorrer sobre o espaço, Santos (1978) utiliza categorias que devem ser consideradas na análise geográfica e que auxiliam também na compreensão do conceito: forma, função, estrutura, processo e totalidade. O espaço é formado por

formas e funções que podem mudar devido à história de cada sociedade; a forma é o visível, o exterior de cada objeto; a estrutura que o autor se refere é a estrutura-social-natural definida historicamente, cujas formas e funções são instituídas; as formas e funções dependem das alterações no tempo e têm características de cada grupo social baseadas nas concepções históricas; o processo é o que é feito de maneira contínua, com objetivo em um resultado que implica tempo e mudança, são nos processos que estão presentes as alterações na estrutura econômica e social; a totalidade é elo do tempo, possui caráter global e tecnológico, identificada pelo modo de produção e pela formação econômica, social e histórica.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos, 1978, p. 122).

Ou seja, o espaço é o todo de uma sociedade: a sua história, a sua cultura, os seus costumes, a maneira como está organizada e como funciona. Quanto à conceituação de território, Santos (1996) define que é onde um determinado povo estabelece e ocupa como seu espaço, uma área delimitada, construída e desconstruída por relações de poder. O território seria regulado e entendido como o espaço de uma nação, com elementos fixos como resultado das ações dos indivíduos e das relações sociais.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (Santos, 1996, p.51).

Claude Raffestin define o conceito de território em quatro desdobramentos e maneiras de se manifestarem, indo para além do entendimento de que é apenas uma delimitação controlada por um Estado-Nação, mas sim multidimensional. Dessa forma, Raffestin (2003, *apud* Saquet, 2009) classifica: 1) território do cotidiano se designa a atender necessidades diariamente, caracterizado pela descontinuidade, uma territorialidade imediata e banal; 2) território das trocas é onde existe interlocução entre o regional, nacional e internacional por meio do comércio e troca

de mercadorias, tornando o território aberto e fluído, propenso a mudanças; 3) território de referência é o imaterial, mas também material, composto pela história e pelo subjetivo presente na memória, território conhecido pelas leituras e memórias que sustentam a identidade atual; 4) território sagrado se relaciona com a religião e com a política, onde se manifestam os rituais e cerimônias identitárias.

Entendemos que território é poder, espaço é ser. Sendo assim, a partir do recorte territorial e espacial deste trabalho, é importante salientar características que demonstram a singularidade do nosso objeto de pesquisa: a fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai, especificamente Ponta Porã, é uma fronteira com divisão imaginária, cujos lados são separados por uma avenida de aproximadamente 13km construída para apontar qual lado é Brasil e qual é o Paraguai. A proximidade também é cultural, histórica, social e econômica. Há comerciantes brasileiros em Pedro Juan Caballero, assim como há paraguaios empreendedores em Ponta Porã; muitas famílias são formadas por brasileiros e paraguaios; há funcionários paraguaios trabalhando em empresas ou casas de brasileiros; os monumentos e marcos históricos se misturam entre os dois países; há mistura na linguagem, existe sotaque específico que mescla português, espanhol e guarani⁷. Neste sentido, o território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero possui dimensões identitárias e carga simbólica que vão além das relações de poder que constituem as duas nações.

Pensando na nação e os significados que a englobam nas ciências humanas e sociais, é importante explicar que a formação de uma nação implica a existência de um espaço para sustentar sua existência. E, aqui neste trabalho, usaremos o conceito de território adotado pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2014) que diz que o território é formado pelas dimensões das relações de poder. No entanto, apesar de

⁷ Guarani é uma língua nacional falada no Paraguai, também oriunda de povos indígenas. “É a língua Tupí-Guaraní com o maior número de falantes, uns 5 milhões no Paraguai, no noroeste argentino, em Buenos Aires e no sul do Mato Grosso do Sul. Grosso modo, trata-se do território do Paraguai colonial onde, até hoje, se manteve o Guaraní ao lado do Espanhol, e ao lado do Português em terras brasileiras. As línguas nacionais são faladas fora do seio da família, com pessoas desconhecidas, com as autoridades. O Guaraní é a língua da casa, das conversações com os amigos, com os vizinhos e com os colegas de trabalho, em lugares de trabalho tradicionais. Portanto, trata-se de uma situação diglósica. O bilinguismo dos falantes geralmente é assimétrico: no Paraguai, o Guaraní, oficializado desde 1992, é ensinado nas escolas, e enquanto o Espanhol é a primeira língua nos núcleos urbanos, o Guaraní é dominante no campo, onde o Espanhol muitas vezes é uma língua quase desconhecida. Esta situação é muito rara na Argentina e inexistente no Brasil, onde a língua oficial é o Português” (Dietrich, 2018, p. 196).

espaço e território não serem equivalentes, segundo o autor, ambos não podem ser separados, pois não há território sem espaço.

Por compreender que é insuficiente definir território apenas pelas relações de poder que o cercam, pois a definição também inclui as dimensões simbólicas, o autor menciona o conceito de territorialidade e territorialização de maneira ampla, cujo significado une as referências simbólicas e históricas de um território. Porém,

Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato e/ou epistemológico de 'qualidade ou condição de ser território' quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade - e o mesmo dir-se-ia da espacialidade - possui um território (no sentido de sua efetiva realização material)" (Haesbaert, 2014, p. 167).

Com isso, Haesbaert (2014) argumenta que a territorialização definida pela junção de processos com dinâmicas de dominação e simbólico-identitárias incorpora a dimensão simbólica de alguma forma, mas "nem todo território necessita ter clara e preponderante 'carga simbólico-identitária'" (Haesbaert, 2014, p.168). Para o autor, os processos de territorialização estão englobados na lógica capitalista, como também problematiza as práticas materiais-funcionais da dominação do território, ainda que esteja direcionada também para a valorização simbólica da 'sociedade do espetáculo', quando autores associam "[...] o território ao campo das práticas (ou dos "usos") sociais" (Haesbaert, 2014, p. 168).

Milton Santos (2012) também publicou sobre a territorialidade, descrevendo-a como sinônimo de cultura e fruto do aprendizado das relações entre o indivíduo e o meio, obtidos pelo processo de viver. Para Santos (2012), cultura é o que desperta a consciência do pertencimento em um grupo. Por isso considera que a migração é como uma agressão ao indivíduo, pois "rouba-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar" (Santos, 2012, p. 82), causando a desterritorialização e desculturização. O autor considera que a desculturização é perda, mas também é doação, cuja territorialidade é manifestada como nova, em uma cultura nova, com interferência recíproca entre território e cultura, de modo que muda o indivíduo no sentido de encontrar e recuperar uma perda do próprio ser causada pela alienação e estranhamento enquanto migrante.

Buscando entender como se dá a desterritorialização, se ela é de fato existente, motivado também pela própria mudança de pensamento de Milton Santos

a respeito do tema, Haesbaert (2011) estrutura o argumento de que a desterritorialização é um mito, apesar de muito discutida nos estudos da Geografia.

[...] o pano de fundo dos discursos sobre a desterritorialização é o movimento neoliberal que prega o “fim das fronteiras” e o “fim do Estado” para a livre atuação das forças do mercado. Desterritorialização, referida aí à elite planetária, é um mito. Não passa de um rearranjo territorial sob condições de grande compressão do espaço-tempo, em que as transformações nas relações ligadas à distância e à presença-ausência (o “distante presente”) tornam ainda mais intensas as dinâmicas de desigualdade e de diferenciação do espaço planetário (Haesbaert, 2011, p. 367).

Haesbaert (2022) também discute sobre a desterritorialização no âmbito cultural, dizendo que a cultura “sempre esteve presente nos processos de formação territorial” (p. 215), sendo um movimento ambivalente de desterritorialização e reterritorialização. No entanto, o autor recorre ao sociólogo mexicano Nestor Garcia Canclini para dizer que, na verdade, a cultura e a identidade cultural não são dicotômicas, ou que seja possível desenraizá-las, afinal os próprios meios de informação colaboram para enfatizar a cultura local-regional. Além disso, Haesbaert (2022) menciona que o sociólogo utiliza o conceito de transnacionalização dos bens simbólicos, sobretudo em um espaço transfronteiriço onde há hibridismo dos elementos culturais, citando a fronteira do México com os Estados Unidos em Tijuana como exemplo. A identidade sociocultural foi feita no e com o movimento e pela fluidez social, no qual foi denominado como o conceito de “multiterritorialidade” por Haesbaert (2022).

Os conceitos de território e territorialidade são objetos de diversos estudos e pesquisas na Geografia contemporânea que se interseccionam com a Comunicação. No geral, entre tantos autores que definem sobre cada um e os separa em determinadas correntes, é possível resumir que os territórios são reconhecidos a partir do Estado-Nação que os controla, mas não a territorialidade. A partir de um olhar multidimensional para esse conceito, Saquet (2009) elabora uma abordagem histórica e relacional que integra o território e a territorialidade à identidade. Por isso, o autor entende que ela é “um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social” (Saquet, 2009, p. 8).

Segundo Saquet (2009), a identidade é derivada da construção das múltiplas relações-territorialidades desenvolvidas diariamente, precisando de obras materiais

e imateriais para compô-las. Por isso, o autor menciona as manifestações culturais presentes em Pato Branco, no Paraná, mantidas até hoje pelos descendentes de imigrantes poloneses e alemães como exemplos de como a identidade se relaciona com o território.

A territorialização nasce do processo de apropriação de um espaço, baseado no princípio de inclusão e exclusão, podendo ser compartilhada ou simbólica. A compartilhada pressupõe o uso como de bens públicos, enquanto a simbólica caracteriza a relação entre bens e espaços (Pimentel; Carrieri, 2011). Essa apropriação se refere a como o indivíduo incorpora o espaço, disponibilizando características próprias de acordo com os traços e marcas identitárias.

Considerando o território como imprescindível para a existência das fronteiras, sobretudo no caso desta pesquisa e pelo *locus* na qual ela está baseada, é necessário também falar sobre a fronteira enquanto conceito. Uma fronteira nasce a partir da “lógica do Estado em impor divisões, criando o monopólio do uso da violência dentro de uma perspectiva de segurança ou mesmo dentro de uma visão econômica de limites e questões envolvendo uma ordem tributária” (Derrosso; Cury, 2017, p. 9). Essa visão estatal que se coloca sob a fronteira, que a inclui como dispositivo de regulação dos processos de inclusão-exclusão não é a que melhor define o que seria uma fronteira, segundo Derrosso e Cury (2017). Pelo contrário, a perspectiva multidimensional também é adotada para compreendê-la enquanto manifestação territorial e relações de poder.

Então, Cury (2010) argumenta que a fronteira é uma demarcação política e representa a dominação do Estado pelo traço físico de territórios, sendo um campo de forças e de disputa, onde sempre estará envolvido em negociações ou conflitos entre os Estados que compõem estas divisas. E no artigo acerca das relações estabelecidas entre a territorialidade, a identidade e a fronteira, Derrosso e Cury (2017) defendem que a fronteira é viva e possui trocas contínuas, sendo muito mais do que apenas uma delimitação territorial entre Estados. Ainda numa perspectiva identitária do território, os autores afirmam que “as identificações que ocorrem em indivíduos que ocupam espaços de fronteiras são muito mais intensas e apresentam características específicas relacionadas ao contexto fronteiro” (Derrosso; Cury, 2017, p. 14).

E é neste contexto de trocas que os autores apresentam o conceito da territorialidade transfronteiriça, inicialmente sugerido por Cury (2013) numa pesquisa realizada no contexto da fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil no Paraná. Dentre as características, que muito se assemelham com a vivida em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, o autor diz que:

A convivência num espaço de complexidade e multiterritorialidade com intimidades impostas pela realidade do mundo vivido os força a viver em constante contato, trocas e interconexões – estas se dão em todos os campos do mundo social (tais elementos serão aprofundados no decorrer deste trabalho). As conexões existem e se estruturam em redes de coexistência, de fluxos e de interações (Cury, 2013, p. 889).

Baseado nessa transfronteiricidade que Derrosso e Cury (2017) sugerem a identidade transfronteiriça como conceito, atribuindo as noções identitárias à territorialidade, somando também ao espaço de fronteira, que se difere de outras regiões devido à intimidade e intensa troca entre duas nações que dividem o mesmo espaço. Porém, os autores reconhecem que é necessário mais estudos para compreender como se dá a constituição dessa identidade transfronteiriça.

O espaço e o território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero também são formados por migrantes – como veremos mais adiante no tópico sobre a História da região – que trouxeram consigo a própria cultura, bem como adquiriram para si os costumes da fusão cultural do Brasil com o Paraguai, trazendo uma nova percepção e o multiculturalismo como uma forte característica fronteiriça. Por isso, no tópico a seguir destacamos as questões multiculturais e de identidade.

2.2 Identidade cultural e multiculturalismo na fronteira sul-mato-grossense

A fronteira de Mato Grosso do Sul com o departamento de Pedro Juan Caballero no Paraguai é formada pela relação binacional e pelo compartilhamento cultural existente. Tais fatores tornam a região especial devido às características próprias que se formam: a cultura deixa de ser apenas de um único país. Os brasileiros, os paraguaios, os indígenas e outros imigrantes que chegaram fazem do espaço fronteiriço um espaço multicultural e miscigenado.

A identidade dos indivíduos passa a ser formada por meio da coletividade, estando amplamente relacionada com a cultura, religião e processos sócio-históricos que constroem a sociedade. A cultura, então, pode e tem diferentes influências que

a torna específica de algum local ou grupo, facilitando a identificação. Por isso, Andrea Semprini (1999) afirma que a diferença é o ponto principal do multiculturalismo, afinal é uma realidade concreta vinda do processo humano e social das práticas cotidianas e inseridas no processo histórico.

Semprini (1999) define o multiculturalismo como uma maneira de grupos ou movimentos sociais se identificarem por valores comuns, estilo de vida homogêneo e o sentimento de pertencimento por uma experiência de marginalização. O multiculturalismo é inexistente se não considerar o individualismo, pois a noção de identidade advém de laços que unem indivíduo a um grupo social:

A percepção que um indivíduo tem de si mesmo e de sua individualidade depende de estruturas cognitivas, esquemas corporais, afinidades comuns e outras qualificações inscritas num quadro que emerge somente no decurso de interações com os membros de seu grupo de pertença e dos outros grupos sociais. Em outros termos, a própria capacidade de um indivíduo de se pensar como indivíduo e definir as qualificações desta individualidade é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais (Semprini, 1999, p. 101).

O autor também defende que as características socioculturais fazem parte da construção multiculturalista por ser definida no espaço social. Devido a isso podemos afirmar que, numa região fronteiriça, existe uma identidade formada por contextos específicos e únicos, que ainda carregam influências históricas, econômicas e sociais de modo geral. E os meios de informação também são responsáveis por utilizar o multiculturalismo para construir e reforçar uma identidade. Semprini (1999), baseado no contexto estadunidense, afirma que a carência de uma história intelectual própria e com rápida expansão demográfica fez com que os Estados Unidos utilizassem os meios midiáticos para promover um sistema de valores e estilo de vida característicos à identidade norte-americana. Desse modo, é possível que as mídias façam o mesmo, ou muito parecido, com a identidade regional da fronteira, construindo e reforçando estereótipos, identidades e ideologias.

O autor pontua que os fatores socioculturais redefinem o espaço social, tornando-o sociocultural, cujas fronteiras externas são culturais e não exatamente sociais, econômicas ou demográficas; a transformação se dá pela crise do paradigma político causada pela incapacidade de sugerir um modelo adequado para o espaço social. Essa crise se manifesta pelo declínio político, que não é exclusivo do Brasil ou, no caso do recorte de Semprini (1999), os Estados Unidos. O

descrédito às instituições políticas nacionais é sintoma da crise, aparente também pelo surgimento de grupos de milícias, que é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, que possui em seu contexto interno a existência de grupos de tráfico e outras ilegalidades.

Retomando para o conceito de identidade cultural, no sentido do indivíduo, pode-se dizer, segundo Stuart Hall (2015), que se origina pela “sutura” entre o sujeito e a estrutura em que está inserido, de maneira que a identidade é constituída com a fusão entre o indivíduo e os mundos culturais em que habita. O autor enfatiza que os ambientes apresentam mudanças devido à globalização e o constante compartilhamento de informações entre os indivíduos.

Os indivíduos também assumem para si as identidades culturais da nação em que vivem. Hall (2015) argumenta que as identidades nacionais são originadas pela representação, constituída pelo conjunto de significados de uma cultura nacional. E a nação é a comunidade simbólica formada por pessoas que compartilham da ideia que a representa. Para o autor, a cultura nacional é um discurso construído pelos sentidos que influenciam e organizam as ações e concepções de si mesmos, “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (Hall, 2015, p. 31).

No caso, estamos falando sobre duas nações que compartilham suas identidades culturais entre os habitantes, em convivência tão constante e íntima que originou uma identidade cultural específica da região, com costumes, gírias, culinária, música, rotinas e conflitos que pertencem àquele espaço social e cultural.

Essa identidade nacional que Hall (2015) menciona é imaginada e sustentada por estratégias discursivas, caracterizadas por cinco aspectos: 1) narrativas na nação que constituem o sentimento de pertença, contadas a partir de histórias, literaturas, pela mídia e na cultura popular que fornecem imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que sintetizam e representam as experiências coletivas compartilhadas pela nação. “Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional” (Hall, 2015, p. 31); 2) as origens e ideal de continuidade da tradição e intemporalidade como elementos essenciais do caráter nacional, características que não mudam, apenas estão em estado de hibernação; 3) a invenção de tradição, ou tradição inventada por conjuntos de práticas com

natureza ritualística ou simbólica para internalizar, por meio da repetição, valores e normas de comportamento vinculados à nação; 4) mito fundacional, cuja história sobre a origem da nação e do povo foi num passado muito distante, “se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico” (Hall, 2015, p. 33); 5) o simbolismo da ideia de um povo “folk”, puro, original e que, segundo Hall (2015), raramente exercita poder.

Hall (2015) também defende que não existe uma cultura nacional única, tampouco identidade nacional unificada, em que todos os indivíduos se enxergam como iguais e compartilham do mesmo sentimento de pertencer à nação. As culturas nacionais “são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (Hall, 2015, p. 36). Assim como as nações modernas ocidentais de modo geral, a fronteira na qual nos referimos neste trabalho é híbrida cultural, principalmente por não haver uma raça ou etnia que compõem a nação como “único povo”.

No mais, Kathryn Woodward (2013) conclui que a identidade nacional é marcada pelo gênero, “as identidades nacionais produzidas são masculinas e estão ligadas a concepções militaristas de masculinidade” (p. 10), cuja presença de mulheres não está imbricada diretamente nesse cenário, mas sim em outras posições. A autora afirma que as mulheres são colocadas em posições-de-sujeito, cabendo aos homens serem o ponto de referência, “as mulheres são os significantes de uma identidade masculina partilhada, mas agora fragmentada e reconstruída, formando identidades nacionais distintas, opostas” (Woodward, 2013, p. 10).

Woodward (2013) argumenta que as mulheres são colocadas em lugares do dualismo, como por exemplo associá-las à natureza, ou às emoções, ou ao coração, retirando-as do campo da racionalidade ou da cabeça. E “é por meio desses dualismos que as mulheres são construídas como ‘outras’, de forma que as mulheres são apenas aquilo que os homens não são” (Woodward, 2013, p. 53).

Esse espaço de fragilidade e vulnerabilidade que as mulheres são colocadas também revela sobre as relações de poder, como veremos mais adiante da nossa discussão, pela facilidade em transgredir os corpos femininos para demonstrar controle social. Entender que até mesmo a identidade cultural perpassa não somente pela história, mas sobretudo pelo marco do gênero, nos ajuda a

estabelecer as noções interseccionais da mulher fronteiriça, que apresentaremos no segundo capítulo deste trabalho.

Como vimos no tópico anterior e neste, as fronteiras estão bem relacionadas com a identidade e o pertencimento. Neste sentido, Pesavento (2006) utiliza o conceito de fronteira alicerçado à construção cultural e simbólica, tratando-a como margem em constante contato e trocas que se traduzem em produtos culturais. Para a autora, as fronteiras culturais compõem um universo simbólico de sentidos, que viaja no tempo e no espaço, formando comunidades semelhantes e díspares na condição de fronteiriços.

Essa ambiguidade mencionada por Pesavento (2006) a faz entender que a mestiçagem é um termo correto para se falar de comunidades fronteiriças, pois “a mestiçagem produz algo novo, é um ingrediente cultural de criação de outras possibilidades neste mundo de fabricação de significados que é a cultura” (Pesavento, 2006, p. 12), de maneira que permite a produção de algo novo, original e peculiar. Por isso, entender a fronteira como produtora cultural é importante, assim o conceito assume caráter identitário entre os indivíduos que nela residem e se sentem pertencentes.

Assumindo uma outra perspectiva relacionada à identidade, é importante pensar na identidade nacional, ou no nacionalismo em si, pois rememora sobre as próprias relações de poder e gênero constituídas ao longo do processo de desenvolvimento identitário e cultural, cujos principais personagens históricos citados, que representam uma nação, são homens. E sendo essa relação advinda dos períodos históricos de determinada cultura e território, cogitamos a possibilidade do encontro da temática da violência de modo geral, como também de modo restrito ao recorte deste trabalho: o feminicídio.

Veremos no segundo capítulo mais profundamente sobre o desenvolvimento da interseccionalidade no feminismo e as hipóteses acerca das violências de gênero relacionadas com a territorialidade. Para tanto, olharemos para a história de Mato Grosso do Sul, com ênfase na fronteira com o Paraguai, a fim de entender os processos do espaço fronteiriço colonizado e instituído a partir de conquistas territoriais, dominação e conflitos.

2.3 A história da fronteira Brasil e Paraguai

O estado de Mato Grosso do Sul até 1977 era parte de Mato Grosso. A reivindicação de grupos separatistas perdurou por cerca de cem anos até que fosse promulgada pelo presidente militar Ernesto Geisel, em 11 de outubro do mencionado ano. A historiadora Marisa Bittar (1999) diz que, em acontecimentos anteriores à divisão do estado, as fronteiras com o Paraguai foram definidas pela guerra. E, posteriormente, com outro contexto e mobilização separatista é que se definiu o que seria Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Bittar (1999) evidencia que mesmo quando eram um só estado, a divisão já era evidente, visto que a própria capital Cuiabá estava localizada muito distante dos municípios ao sul, “o isolamento do sul em relação à capital não era fictício, tanto é que panfletos divisionistas da década de 30 reclamavam: ‘Sabe-se que existe Mato Grosso pelo talão de imposto!’” (Bittar, 1999, p. 94). Para além, a autora comenta que Campo Grande, ainda como município mato-grossense, já era mais próxima de São Paulo do que de Cuiabá, inclusive como referência cultural e identitária, bem como influenciada pelo histórico de imigração de povos japoneses, árabes, paraguaios e do Rio Grande do Sul.

Ainda na gênese do ideal separatista do sul de Mato Grosso, Bittar (1999) conta que desde o povoamento branco, no início do século XIX, quando mineiros e paulistas vieram em busca de terras, já se pensava em separar a região, isolada do norte. E após a guerra contra o Paraguai, comitivas gaúchas chegaram também pretendendo povoar a região, porém as terras eram de domínio da empresa Mate Laranjeira, gerando conflitos armados nas disputas territoriais. A movimentação política, ainda no fim do século XIX e começo do século XX, também foi envolta por embates a fim de promover a divisão entre as duas regiões, promovidas por desentendimentos entre os coronéis do sul e do norte.

A cidade de Campo Grande, segundo Bittar (1999), de pequena vila, tornou-se centro político assim que uma nova elite política, formada pelos filhos “doutores”, graduados em Direito ou Medicina, oriundos de famílias tradicionais, iniciaram os debates divisionistas. Porém, a região sul de Mato Grosso, como já mencionado, era de poderio da Mate Laranjeira, empresa proprietária de latifúndios tão grandes que a chamavam de “Estado dentro do Estado”, pois além das terras, o domínio também era político. Devido ao impedimento que a própria empresa criava,

o povoamento foi tardio, sobretudo com imigrantes do Rio Grande do Sul. Posteriormente, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava o sul de Mato Grosso a São Paulo, houve a chegada de povos estrangeiros contratados para trabalhar na construção da ferrovia.

Durante as movimentações da causa separatista, Campo Grande obteve grande importância política, principalmente após a aristocracia do sul decidir fazer parte da revolução paulista de 1932. Com a derrota dos revolucionários, os estudantes que residiam no Rio de Janeiro criaram a “Liga Sul-Mato-Grossense”, fazendo com que a causa se tornasse organizada e, a partir daí, um movimento (Bittar, 1999). Com isso, em documentos redigidos pelos separatistas, nutria-se em Campo Grande uma rivalidade com Cuiabá, justamente pela governança estadual estar centrada na capital, distante do sul.

Em outros termos: a rivalidade com Cuiabá alcançou tal proporção que os separatistas preferiam ver o sul constituído em território subordinado ao governo Vargas, que haviam combatido em 1932, a vê-lo governado “por Cuiabá”. Os documentos chegados à Constituinte dão conta da intolerância pelo “governo do centro”, uma vez que, alegava a Liga Sul-Mato-Grossense, o sul produzia “três vezes mais que todo o centro e o norte conjugados” mas isso não era levado em conta pelo “cuiabano, senhor absoluto do Estado”, que negava ao “homem do sul” qualquer ingerência nos negócios públicos, não passando ele de “mero contribuinte e nada mais” (Bittar, 1999, p. 102).

Já em 1937, com o “Estado Novo” de Vargas, todo regionalismo e tentativa de discussão separatista foi proibida, fazendo com que o movimento enfraquecesse. Neste mesmo período geopolítico, surgiu a “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de promover a habitação e povoamento das regiões consideradas como deserto populacional, inclusive o sul de Mato Grosso, criando em 1943 a Colônia Agrícola da Grande Dourados e o Território Federal de Ponta Porã (Bittar, 1999). No entanto, três anos depois, em 1946, o Território foi reincorporado a Mato Grosso.

A causa separatista só retornou com a ditadura militar, quando Ernesto Geisel demonstrou interesse em povoar e instalar domínio político na região fronteira, sobretudo o sul do até então Mato Grosso ao fazer divisa com a Bolívia, cujo país era considerado como ameaça que poderia influenciar movimentos de guerrilha e o comunismo, já que no mesmo período o mundo estava dividido entre comunistas e capitalistas por causa da Guerra Fria. Então Geisel, como menciona Bittar (1999), preferia evitar que a “ameaça” comunista chegasse às fronteiras brasileiras e promovesse revoluções contrárias ao ideal militar, por isso aderiu à ideia divisionista entre o sul e o norte de Mato Grosso.

Bittar (1999) evidencia que a causa separatista não foi “abraçada” por partidos políticos em nenhum dos momentos, desde que começaram os debates a respeito ainda no século XIX, e explica que por ser oriunda de lema regionalista e incerta, a causa era problemática para os partidos, porque em épocas eleitorais os candidatos a cargos políticos temiam perder espaço e votos do eleitorado do norte (Bittar, 1999). Além disso, quando Geisel oficializou a divisão e criou Mato Grosso do Sul, Bittar (1999) enfatiza que a decisão foi “de cima para baixo”, sem antes ter ocorrido um plebiscito entre as populações de cada lado para se ter ciência sobre a adesão popular para a divisão.

Durante o processo divisionista, e até atualmente, a identidade sul-mato-grossense buscou se diferenciar da mato-grossense, criando para si uma própria descrição baseada nas diferenças entre os eixos Norte e Sul do então Mato Grosso. Essa busca em construir uma identidade que divergia do lado norte advém de uma necessidade de se sentir representado a partir do território em que ocupava, do contexto dos acontecimentos e das influências culturais que se manifestaram no espaço de identificação do lado sul. Não nos atemos aqui na discussão acerca da “rixa” entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas é importante evidenciar como a identidade cultural do lugar onde falamos foi baseada e construída.

Os esforços em construir uma identidade “do sul” começaram a partir do início do século XX (Zorzato, *apud* Queiroz, 2006) e foi em resposta ao estigma que Mato Grosso já possuía, o de “barbárie”. Queiroz (2006) esclarece que a intenção era de se desassociar à imagem negativa de “estado atrasado”, “incivilizado”. Como o sul do estado passava por um período de intensa migração de mineiros, paulistas, paranaenses e rio-grandenses, inclusive de imigrantes estrangeiros, intensificou também os ideais separatistas. Influentes e intelectuais da época se aproveitaram do estereótipo de Mato Grosso para jogar no colo do norte a responsabilidade de serem maus vistos. Devido à proximidade com o estado de São Paulo, o sul de Mato Grosso tentou incluir para si a identidade paulista: de que eram “bandeirantes”, “patriotas” para desvincular da ideia de decadente e atrasada.

Além disso, os líderes sulistas buscam a máxima desvinculação possível em relação ao “Norte” – rejeitando, portanto, aquela ideia de Cuiabá como “cidade-mãe” dos mato-grossenses. Assim, procura-se negar qualquer influência “cuiabana” no desenvolvimento da “civilização sulista” – o que, aliás, dá margem a afirmações contraditórias (Queiroz, 2006, p. 163).

Assim como era renegado o vínculo com a fama nortista, também era com a população indígena presente no sul de Mato Grosso. Era evidenciado que a população que vivia na região surgiu para povoar o “deserto”, vindos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. A imagem que os sulistas queriam para si era de uma região desenvolvida, rica e moderna, enquanto o norte era apontado como o inverso disso. A identidade formada foi baseada na tentativa de se criar lados opostos, de que no sul havia tudo de melhor e de que o progresso não chegava ao norte.

Analisar a questão da identidade regional unificada, enraizada e imutável não é o objetivo deste trabalho, tampouco o que motivou a inserção do tema. Em contrapartida, enxergamos que a elite intelectual e econômica sulista manteve esforços para se desvincular do norte, inserindo no contexto sul a imagem contrária, às vezes nutrindo uma rixa entre os dois eixos. Essa identidade não compreende o Mato Grosso do Sul, que tem enraizada a misticidade e a fusão cultural advinda de migrantes de todo canto do Brasil e da América do Sul.

E essa característica é ainda mais presente na fronteira, que compartilha rotineiramente o multiculturalismo, demonstrado nas esferas culturais possíveis: música, culinária, linguagem, história, conflitos e até mesmo apagamentos, haja visto que a população indígena foi ignorada durante o processo separatista e de construção de uma identidade regional, mesmo que faça parte da construção cultural do estado.

2.3.1 Contexto histórico fronteiriço de Mato Grosso do Sul

Como foi evidenciado no tópico anterior, historiadores perceberam que, ao longo da história sul-mato-grossense, a localização geográfica favoreceu e estabeleceu características que distinguem a região de outras do restante do Brasil, tornando-a peculiar em fatores históricos, sociais e culturais. Por isso, é necessário retornar à História para buscar as principais referências que definem, ainda que superficialmente, o que é a fronteira e como ela foi constituída em Mato Grosso do Sul.

Corrêa (1997), em sua tese de doutorado sobre a fronteira da região sul de Mato Grosso, afirma que, na gênese do desenvolvimento, a exportação de produtos e matérias-primas foi importante para estabelecer o Mato Grosso no mercado

mundial. Porém, além da característica econômica, a autora destaca as características políticas do estado entre o fim do século XIX e começo do século XX, “Mato Grosso inscreveu-se no circuito político que caracterizou a República Velha, com o fenômeno do coronelismo e a construção de um poder oligárquico assentados no regime de posse latifundiária e monopólio da máquina eleitoral regional” (Corrêa, 1997, p.38).

No que tange à violência, Corrêa (1997) considera que ela é elemento inerente à estrutura de poder em que o estado foi desenvolvido, por ser de base capitalista; com apropriação e concentração dos meios de produção,; com manifestações de coronelismo que negociavam/conciliavam com grupos entre si para manter os privilégios e domínio local. É necessário apontar para a violência e o caráter histórico que possui na região, porque atualmente há o estereótipo de local violento devido à presença do narcotráfico e atividades ilícitas, também reforçada e evidenciada nos veículos de imprensa regionais e nacionais (Souza, 2020).

Com o objetivo de compreender historicamente a região e o povo, Corrêa (1997) destacou a fronteira paraguaia por causa do processo de imigração para o sul de Mato Grosso, assim a autora identificou duas peculiaridades existentes:

A linha demarcatória entre dois países, que remete ao contexto de consolidação das nacionalidades e dos conflitos pela hegemonia na Bacia do Prata; outro, tratando do processo de conquista e ocupação do que foi categorizado como processo de expansão de fronteiras internas, imbricado na penetração de relações capitalistas pelo interior do Brasil e da América Latina, na instituição do latifúndio e na construção do poder oligárquico. (Corrêa, 1997, p. 40).

A autora considera que a fronteira vai além do sentido geográfico e aspectos naturais, importando-se mais com os fatores históricos complexos que permeiam o desenvolvimento local, bem como explicam como a ocupação econômica e política decorreram nesses espaços. As fronteiras do continente americano apresentam contextos e problemáticas diversas em relação às de outras partes do mundo, devido às especificidades dos processos históricos de descoberta e colonização europeia (Corrêa, 1997).

Se no Brasil o período colonial instituiu o cristianismo por meio de evangelizadores da Igreja Católica, os territórios de fronteira também obtiveram a mesma influência religiosa. A Igreja, como afirma Corrêa (1997), utilizava a religião como controle social ao promover solenidades e festividades religiosas e também

atribuía a si a função de catequizar os povos indígenas e ensinamentos nas escolas da região fronteira, tornando-a relevante para o contexto social.

A autora diz que a fronteira brasileira com a Bolívia e com o Paraguai baseou a identidade nacional na colonização e possui peculiaridades territoriais e históricas do século XVI. Além disso, a historiadora cita que a região era isolada, de difícil acesso, o que dificultava a comunicação e recebimento de informações de fora por telegramas, distribuídos pelos Correios via Paraguai nos entornos de Ponta Porã. Coube ao Paraguai a função de facilitar o acesso do sul de Mato Grosso à comunicação, já que Ponta Porã não tinha telégrafo e nem linha de Correios até 1930 e toda correspondência chegava ao município por Assunção, encaminhada ao Brasil pela vila de Pedro Juan Caballero. Nesse sentido, Corrêa (1997) menciona o trabalho de Wilcox (1993) que afirma que, devido a isso, o país vizinho acabou por influenciar culturalmente as comunidades fronteiriças.

É fundamental ressaltar que, além de espaço das trocas comerciais, lícitas ou ilícitas, a fronteira foi um contexto de trocas culturais, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimentas e, em especial, da língua enquanto fator de identidade de uma determinada comunidade (Corrêa, 1997, p. 58).

Além de influência cultural, os países vizinhos também colaboraram no desenvolvimento econômico das fronteiras de Mato Grosso, fazendo com que se diferenciasse das outras regiões que viviam relações de Casa Grande e Senzala e produção cafeeira. As vias fluviais eram de fácil alcance para o traslado de produtos comerciais e propiciava a importação e exportação para outros países além do Brasil, Paraguai e Bolívia. Corrêa (1997) pontua que o comércio interno provocou a diminuição do contato com os grandes centros e propiciou o aumento do contrabando entre regiões coloniais, sobretudo da prata, metais preciosos, couro, entre outros. A autora afirma que a necessidade de sobrevivência permitiu a consolidação do comércio de contrabando como prática rotineira, incentivada também por Portugal no Brasil e pela Espanha nas colônias hispânicas, que é o caso da Bolívia e Paraguai.

Porém, o extrativismo na região entre os países fez com que houvesse escassez dos metais e pedras preciosas, ainda no século XIX, de maneira que as colônias procurassem alternativas comerciais, encontrando a erva-mate produzida pelos paraguaios como meio de manter o comércio regional. Foi necessário,

também, encontrar novas rotas para manter a comunicação com os outros países que poderiam fazer trocas e exportação dos produtos comercializados.

A região da Bacia do Prata assistiu a um fomento expressivo do fluxo mercantil no início do século XIX, movimentando um mercado regional com produtos tradicionais como erva-mate, couros, tecidos (panos de algodão artesanais), madeiras e alguns gêneros alimentícios, como carne e charque, açúcar, milho, mandioca, e outros mais. A madeira, que começava de maneira gradativa a ser explorada e comercializada, teve sua procura motivada pelo incremento dos estaleiros e da construção naval na região do Prata (Corrêa, 1997, p. 98).

No entanto, Corrêa (1997) verificou em sua pesquisa que era “imperioso detectar o grau de integração de Mato Grosso aos mercados platinos” (p.100), porque os registros do que era comercializado pela Bacia do Prata e originários de Mato Grosso eram escassos. Além disso, os preços dos produtos vendidos em Cuiabá eram muito altos devido ao custo da logística para chegar à região, ainda que fosse viável fazê-lo pelos rios. A autora explica que isso ocorria devido às adversidades, como por exemplo as longas distâncias, caminhos penosos, insegurança, etc. A partir desse contexto no desenvolvimento econômico em Mato Grosso, a autora evidencia:

O caso de Mato Grosso pressupõe a necessidade do estabelecimento de pontuações apropriadas para explicar a sua situação singular e destocando das diversas regiões brasileiras que tiveram crescimento econômico e desenvolveram uma economia de abastecimento com diversificação de sua produção agrícola, tal como ocorreu em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, no período de 1780-1830 (Corrêa, 1997, p. 104).

A autora evidencia que o atraso para que a região se desenvolvesse, em conjunto com os outros fatores, colaboraram para que a violência se tornasse um aspecto de caráter estrutural na fronteira, como consequência do esgotamento e decadência da atividade mineira, a fome e carestia, produção insuficiente para abastecimento interno, especulação de atravessadores de mercadorias importadas de outras regiões, distribuição desigual de renda (Corrêa, 1997). Porém, a historiadora enfatiza que é incorreto afirmar que a violência teve origem apenas pela pobreza, mas que também está envolvida no próprio processo de conquista e implantação da estrutura colonial exploradora, bem como expropriação em favor da luta e posse de terras, antes pertencentes aos indígenas, e que gerou ampla violência durante a história de Mato Grosso e fronteira.

Ademais, as atividades agropecuárias com finalidade de abastecer e exportar a produção local também apresentaram lentidão e atraso em desenvolvimento,

como consequência da pobreza, falta de capitais e de mão de obra, da violência cotidiana e precariedade dos meios de comunicação (Corrêa, 1997). A autora indica que a economia da fronteira do sul de Mato Grosso se manteve por meio dos recursos naturais, por exemplo a terra para criação de gado e plantação dos ervais nativos – que posteriormente se definiu a partir da abertura fluvial que ligava Mato Grosso à Bacia do Prata – e o estreitamento de contatos comerciais pela fronteira seca com a Bolívia e o Paraguai.

Pelo contexto histórico da fronteira, as influências migratórias, a própria Guerra do Paraguai (1867-1870) e as atividades econômicas que se firmaram no estado, é possível apontar que a cultura se consolidou num espectro colonial, patriarcal, machista, misógino e também racista. As influências de representação histórica indicam homens como personagens, tanto pela expansão do território quanto pelo desenvolvimento econômico. O ideal dado à mulher é voltado para o mesmo cultivado pelos espanhóis e portugueses que colonizaram a região: submissa, objetificada, controlada e usada; e pela violência que marca o estado pela característica do genocídio indígena em nome da ocupação de terras, expansão agrícola e pecuária e industrialização dos municípios.

Em um sentido mais amplo da história, no cenário colonial de “descoberta” da América, Anne McClintock (2010) pontua que os navegadores colonialistas enxergavam as terras a partir da imagem feminina, atribuindo-as como “virgens” por serem “desconhecidas” em que precisavam “penetrá-las” para “possuí-las”. Objetificavam as novas terras da mesma maneira que objetificavam as mulheres, instituíram que precisavam domesticar e definir as fronteiras tal como faziam: elas sendo passivas, eles sendo os ativos dominadores e principais agentes da colonização.

O princípio patriarcal e de dominação masculino esteve, e ainda está, presente na cultura dos países colonizados pelos impérios europeus, mantido pelo ideal apresentado pelos colonizadores aos colonizados até hoje. No intuito de relacionar como as noções de território e feminização, sustentando a teoria apresentada no parágrafo acima, McClintock (2010) descreve que

nas narrativas coloniais, a erotização do espaço “virgem” também faz uma apropriação territorial, pois, se a terra é virgem, os povos colonizados não podem reivindicar direitos territoriais originários, e o patrimônio masculino e branco é assegurado violentamente, assim como a inseminação sexual e militar de um vazio (McClintock, 2010, p. 57).

Apresentamos aqui uma discussão que questiona a influência colonizadora na implementação e manutenção do patriarcado e da misoginia, exatamente neste momento do trabalho, para exemplificar como o período colonial brasileiro, nas terras sul-mato-grossenses, influencia até mesmo nas noções de gênero e mulheres. Neste sentido, McClintock (2010) defende que as mulheres figuram no mesmo sentido da terra: precisa “ser descoberta, penetrada, nomeada, inseminada e, acima de tudo, possuída”, pois são “propriedade pertencente aos homens e, portanto, estão fora, por definição, das disputas masculinas sobre terras, dinheiro e poder político” (McClintock, 2010, p. 58).

Os impactos causados pela colonização no inconsciente do colonizado é extensa e um tanto quanto complexa. Aqui nos interessa olhar para essa perspectiva a partir do nosso ponto de pesquisa: a relação que se tem entre território e violência contra a mulher, o papel que o patriarcado do colonizador tem no processo, para então entendermos onde se conectam a territorialidade e o feminicídio. McClintock (2010) explica que numa nação, o nacionalismo opera pela diferença nas relações de gênero, definem as fronteiras do poder nacional e simbólico entre os homens, excluindo as mulheres da ação direta da cidadania, “tanto o colonizado como o colonizador são [...] homens e a agonia maniqueísta da descolonização acontece sobre a territorialidade do espaço doméstico feminino” (McClintock, 2010, p. 519).

A colonização europeia nos dois países, ainda que um tenha sido por Portugal e o outro pela Espanha, instaurou uma cultura colonial que ainda persiste nos aspectos das relações e demonstrações de poder. Lugones (2020), ao interpretar a teoria colonial de Aníbal Quijano, entende e enxerga a centralidade das raças na classificação das “teorias eurocêntricas sobre as classes sociais” no capitalismo global, bem como “as disputas históricas pelo controle do trabalho, sexo, da autoridade coletiva e da intersubjetividade” (Lugones, 2020, p. 63). Para a autora, a colonialidade produziu uma classificação social que perpassa por todos os aspectos da vida social e permitiu o aparecimento de novas identidades geoculturais e sociais.

Essas características herdadas pelo colonialismo elucidam como as relações de poder e de gênero permanecem semelhantes, justamente pelo Paraguai e o Brasil serem fruto da colonização europeia e compartilharem de especificidades que os países colonizadores possuíam, por exemplo o controle social promovido pela

religião cristã, especificamente a católica; e o patriarcado branco, de classe média a alta, heterossexual e racista. As mulheres fronteiriças estão no cruzamento entre as duas colonizações e culturas, como também na mistura étnica e racial presente durante o desenvolvimento dos municípios e países. No tópico a seguir aprofundaremos um pouco mais na questão sobre territorialidade e gênero para entender as relações que são estabelecidas entre os dois.

2.4 Violência contra a mulher na história: A Guerra do Paraguai

Como vimos na discussão trazida para este trabalho, os conflitos permeiam a história de Mato Grosso do Sul e também da fronteira, envolvidos em guerra, disputas de poder, conflitos civis e políticos. Para isso, adentramos um pouco mais no quesito histórico da violência na região fronteiriça.

A região fronteiriça de Mato Grosso do Sul tem sofrido há algumas décadas com os conflitos causados pelo narcotráfico e contrabando, que são noticiados com recorrência por jornais locais e nacionais. Há registros de assassinatos, torturas, execuções, sequestros, disputas por território e poder entre as facções. A lista do que acontece de violento na fronteira é extensa, tornando-a até mesmo famosa como local perigoso e de extrema violência – mesmo que não seja, de fato, um ambiente aterrorizador.

Historicamente a fronteira apresenta marcas de conflitos, pois foi uma das mais atingidas no período da Guerra do Paraguai (1864-1870). Segundo Doratioto (2002), um dos historiadores que estudaram a guerra a partir da perspectiva histórica mais recente e revisada, em meados dos anos 1990, a causa do conflito foi a formação e consolidação das nações da Bacia Platina: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Bolívia. O estopim foi a prisão de uma embarcação brasileira que navegava pelo rio Paraguai em direção à Cuiabá, seguido pela invasão paraguaia no até então Mato Grosso, na região do que atualmente é Mato Grosso do Sul em dezembro de 1864, permanecendo em posse do Paraguai até 1868 devido à dificuldade de se chegar na região. A invasão foi como represália a que o Brasil fez no território uruguaio, que no contexto era aliado de Solano López, governante do Paraguai.

A fim de derrotar o Paraguai e acabar com o conflito, foi formada a Tríplice Aliança pelos países mais afetados, Brasil, Argentina e o Uruguai, em 1870. Não nos

cabe destrinchar sobre a guerra ou explicar detalhadamente sobre os acontecimentos que a levaram a acontecer ou como estava o contexto político dos países envolvidos, uma vez que o conflito não é objeto do nosso estudo. O que nos interessa é apontar os impactos que a mesma teve na região que foi tomada por Solano López, pois o território é onde está situada a região fronteiriça na qual destacamos neste trabalho.

Como consequência do conflito, houve perdas em todos os lados: mortes, crises econômicas, dívidas externas e marcos históricos que só a violência de uma guerra pode gerar. Dentre elas, evidenciamos a violência contra as mulheres que o exército paraguaio causou. Lúcia Salsa Corrêa, historiadora já mencionada neste trabalho, e Valmir Batista Corrêa organizaram e publicaram os relatos de Dorothea Duprat de Lasserre, francesa que morava no Paraguai e, aos 24 anos, foi retirada de sua casa em Assunção para peregrinar até vilarejos paraguaios por ordem de Solano López. Os relatos de madame Lasserre, cuja escrita ela iniciou aos 25 anos quando foi resgatada pelos soldados brasileiros, demonstram as condições insalubres que ela e outras quatro mil pessoas, entre mulheres, crianças e idosos viveram durante o tempo que se deslocaram, evidenciando também as violências e humilhações que presenciou.

Antes de adentrarmos nas partes dos relatos publicados por Lasserre, é importante mencionar que os organizadores pontuam sobre o deslocamento populacional para a fronteira, além da peregrinação que civis, considerados inimigos da causa de Solano López, eram obrigados a fazer como punição, “no caso da fronteira do sul mato-grossense, foi a partir de 1870 que se deu a verdadeira invasão paraguaia, ocorrida durante algumas décadas a ponto de ser estimada a presença de 100 mil paraguaios como trabalhadores e/ou posseiros e suas famílias em solo mato-grossense, por volta de 1920” (Corrêa, L.; Corrêa, V., 2018, p. 73).

Nos relatos de madame Lasserre é possível identificar que são histórias e memórias trágicas sobre mulheres consideradas traidoras e, por isso, prisioneiras, por serem esposas e/ou parentes de réus políticos tidos como inimigos de Solano López. Essas mulheres eram divididas em quatro categorias: 1) agraciadas eram as esposas ou parentes de aliados leais a López; 2) traidoras eram as casadas ou irmãs, filhas, mães e primas de réus políticos condenados ou perseguidos; 3) destinadas eram aquelas consideradas traidoras e condenadas à morte sumária ou

enviadas a campos de concentração em lugares inóspitos e longínquos; 4) as residentas eram da civis que poderiam exercer algumas tarefas (Corrêa, L; Corrêa, V, 2018). A Lasserre estava no grupo das traidoras, pois era casada e também filha e irmã de homens considerados desleais a Solano López.

A francesa escreve que ela e sua família não cogitaram ir embora do Paraguai, pois pensavam que a intenção da guerra era ajudar Montevideo (Uruguai) que estava em conflito com o Brasil. Em sua casa não falavam abertamente sobre o tema, porque os funcionários ou algum visitante poderia ouvir e interpretar mal, prejudicando-os. E mesmo assim seu marido, posteriormente seu pai e seu irmão foram convocados a depor sem maiores explicações e desapareceram. Alguns dias depois os soldados foram buscar ela e sua mãe, levando-as ao encontro de outras mulheres e crianças para peregrinar até Ithú, departamento de Caaguazú, ou Curuguaty, no departamento de Canindeyú.

Enquanto descreve como eram os trajetos até o destino, no qual demoraram meses para chegar por o terem feito a pé, Lasserre menciona que “vinte duas [mulheres] foram encontradas e todas elas lanceadas cruelmente, algumas ficaram somente feridas e morreram de fome e sede depois de muitos dias de horríveis tormentos inteiramente abandonadas” (Corrêa, L; Corrêa, V, 2018, p. 133). Além desse episódio entre tantos outros, Lasserre narra que, numa movimentação das mulheres para solicitarem em uma carta a autorização de López para as deixar morar a poucos quilômetros de onde estavam, puniram a autora, “prendeu e mandou atar cruelmente em um tronco de árvore, nua, exposta ao sol e proibiu de escrever uma só letra: um bilhete que fosse, seria punida de morte” (Corrêa, L; Corrêa, V, 2018, p. 141).

Todos que estavam com Lasserre desde a partida do Paraguai foram resgatados quando chegaram ao território que atualmente é o município de Paranhos, no lado brasileiro, e também faz fronteira com o Paraguai na cidade de Ypehú. Durante toda a narração da francesa, é possível notar o desgosto e a raiva que ela e as outras pessoas sentiam por López, justamente pela situação cruel e degradante que foram colocadas. Essa é uma das maneiras de cometer violência contra a mulher, bem como geracional - entre as mulheres também estavam crianças e idosas, consideradas inimigas pelo grau de parentesco que tinham com quem fosse considerado inimigo.

A violência, como vimos a partir do relato de Lasserre, está inclusa e é usada como uma das armas em momentos de conflito, não apenas em guerras. A luta pela conquista de território, pelo domínio e pelo poder centralizado nas mãos de poucos permite, apesar de ressalvas e muitos poréns, que exerçam e demonstrem a força usando as mulheres e seus corpos.

2.5 O território como símbolo de poder na manutenção da violência contra a mulher

Utilizaremos pesquisas de Rita Laura Segato (2005; 2016) sobre a violência contra a mulher para entendermos como se dá a relação de território, poder e feminicídio. O foco de estudos da autora é Ciudad Juárez, cidade mexicana na fronteira com os Estados Unidos, que durante mais de uma década registrou casos de mulheres assassinadas cruelmente. Inclusive, o termo “feminicídio” foi trazido para a América Latina em 1998 por Marcela Lagarde, antropóloga da Universidade Autónoma do México, ao expor os assassinatos de mulheres cometidos nessa cidade mexicana. Os crimes ficaram conhecidos como “las mortas de Juarez”, onde as vítimas eram encontradas com os corpos mutilados, torturados e violados. No México, o feminicídio foi tipificado como crime em 2012, antes mesmo do Brasil que o registrou em 2015. Em 2019, Ciudad Juárez foi considerada como a cidade com maior índice de feminicídios no país.

Os contextos históricos e sociais da Ciudad Juárez são diferentes dos encontrados na nossa fronteira de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero. No entanto, há duas similaridades observadas: a presença do narcotráfico na região e também por ser fronteira. Conforme mencionado anteriormente, no nosso âmbito temos o ambiente de contravenções e ilegalidades, principalmente o narcotráfico, assim como na cidade mexicana. O desejo pelo controle e poder do território, considerado relevante para as atividades do tráfico de drogas e de armas, gera situações de conflitos entre facções, demonstradas a partir de sequestros e assassinatos de indivíduos rivais, como também jornalistas que se propuseram a investigar e denunciar os grupos criminosos.

Ao discorrer sobre o que considera uma explicação sobre as mortes de mulheres em Ciudad Juárez, Segato (2005) aponta que não há um único ponto, mas sim um universo de motivos que permitiram que tantas mortes seguissem impunes

no “mundo de Ciudad Juárez” (Segato, 2005), entrelaçado por vários sentidos discursivos. Dentre esses universos, encontra-se a própria condição de fronteira. No caso de Ciudad Juárez, a fronteira é com os Estados Unidos e todo o discurso voltado para o sonho de vida estadunidense, enquanto no México as condições sociais não são tão favoráveis, pois “o ambiente de cultivo para os assassinados seja o contexto [...] caracterizado pela concentração de poder econômico e político e, portanto, com altos níveis de privilégio e proteção para alguns grupos” (Segato, 2005, p. 274-275).

Neste sentido, a autora descreve a impunidade acerca das mortes não serem exclusivamente um fator causal, mas sim uma maneira de produzir e reproduzir impunidade a partir da cumplicidade e o pacto de silêncio de uma lealdade inviolável às confrarias mafiosas, como também usar a morte de mulheres como um exemplo, uma forma de reforçar o poder disciplinador de uma lei: a lei da máfia. É dessa forma que o controle territorial da rede corporativa é demonstrado por quem comanda e domina a localidade.

Por operarem dessa forma, a ideia da autora aponta para os assassinatos como sistemas de comunicação, pois

os feminicídios são mensagens emanadas de um sujeito autor que só pode ser identificado, localizado, perfilado, mediante uma “escuta” rigorosa desses crimes como atos comunicativos. É em seu discurso que encontramos o sujeito que fala, é em seu discurso que a realidade desse sujeito inscreve-se como identidade e subjetividade e, portanto, torna-se rastreável e reconhecível (Segato, 2005, p. 276).

E por compreender os feminicídios e a violência sexual como demonstração de poder, o corpo feminino é usado para indicar a posição de que pode ser sacrificado por um bem maior e coletivo, de maneira que é facilmente naturalizado pela comunidade quando este o serve de tributo e sacrifício (Segato, 2005). A pesquisadora também considera que o corpo feminino é tido como um território e afirma:

A sexualidade investida sobre o mesmo expressa o ato domesticador, apropriador, quando insemina o território no corpo da mulher. Por isso, a marca do controle territorial dos senhores de Ciudad Juárez pode ser inscrita no corpo de suas mulheres como parte ou extensão do domínio afirmado como próprio (Segato, 2005, p. 278-279).

Além disso, Segato (2005) também menciona que os feminicídios em Ciudad Juárez podem ser considerados como de segundo Estado, pois há um poder paralelo que opera e ordena, comandado por indivíduos que possuem poder

financeiro e influência política na região, promovendo o totalitarismo. Esse último, inclusive, é representado e aceito nos meios de informação da cidade mexicana, pois desqualifica os observadores externos à situação de lá. E, para a autora, o discurso dos meios soava como propaganda do totalitarismo presente na região a fim de neutralizar as forças jurídicas que poderiam colaborar para o fim da violência, “o discurso dos meios, quando se ‘escuta’ o subtexto da notícia, quando se lê nas entrelinhas, é: ‘é melhor um assassino próprio, por mais cruel que seja, do que um justiceiro alheio, ainda que tenha razão’” (Segato, 2005, p. 280).

E por darmos ênfase em feminicídio, cabe explicar de que maneira surgiu e como o é entendido. O termo foi criado a partir da publicação de Jane Caputi e Diana Russel intitulada “Femicide”, em 1990, também apresentado em um simpósio em Bruxelas (Bélgica), em 1976, por Diana Russel a fim de expor a necessidade em tipificar as mortes de mulheres. Posteriormente, em 1990, publicou a primeira versão de um artigo que trazia o conceito de feminicídio. O objetivo era atribuir o patriarcado como uma instituição sustentada a partir do controle do corpo e punição sobre as mulheres, bem como mostrar a dimensão política que os assassinatos de mulheres têm. Deriva deste cenário patriarcal a concepção de que a vida da mulher tem menos valor, por isso é facilmente justificável quando uma é morta em nome de um bem social.

O feminicídio representa o extremo de um continuum de terror antifeminino e inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos, como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente por meio da prostituição), abuso sexual infantil incestuoso ou extrafamiliar, espancamentos físicos e abuso sexual. assédio (pelo telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomias, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias gratuitas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (para a criminalização de contracepção e aborto), psicocirurgia, negação de alimentos às mulheres em algumas culturas, cirurgia plástica e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que essas formas de terrorismo resultam em morte, elas se transformam em feminicídios (Caputi; Russel, 1992, p. 15. Tradução nossa).

No Brasil, o feminicídio aparece no Decreto-Lei nº 13.104, sancionado em 9 de março de 2015, e o prevê como crime hediondo pela condição do gênero, considerando-o quando há violência doméstica e familiar, ou menosprezo, ou discriminação à condição de mulher (Brasil, 2015). Este crime é entendido como o ápice da violência de gênero, cometidos para demonstrar poder sobre algo, no caso, poder sobre a mulher e seu corpo.

A conexão que Segato (2016) faz entre violência contra a mulher e território advém do conceito de Foucault, que destrincha sobre momentos históricos da época feudal, cujo o senhor das terras ou o rei detinha em sua posse tudo o que estivesse nela; ainda quando o sistema capitalista começou a se desenvolver e as monarquias foram substituídas por governos populares, em meados do século XVIII e XIX, a concepção de posse permaneceu enraizada na mente dos homens, transferindo o conceito que tinham sobre território para o corpo dos indivíduos, denominado biopoder.

Por efeito do paradigma do biopoder, a rede de corpos torna-se território e a territorialidade torna-se uma territorialidade de rebanho em expansão. O território, em outras palavras, é dado pelos corpos. Como nunca antes, devido a essa frouxidão das redes com relação à jurisdição territorial estado-nacional, com seus rituais, códigos e insígnias, a jurisdição é o próprio corpo, sobre o corpo e no corpo, que agora deve ser a moldura em que as marcas de pertencimento são exibidas (Segato 2016, p. 67. Tradução nossa).

A territorialidade, para a autora, passou por uma mutação em si mesma, pois por entendê-la como um conceito particular, historicamente definida pelo território, os sujeitos são co-produzidos por cada época e discurso de cada forma de governo, por isso os elementos da experiência territorial que a constitui não é fixa, “pode-se dizer também que essa forma contemporânea de territorialidade em rede é um dispositivo através do qual os indivíduos são atraídos para a adesão, recrutados e marcados” (Segato, 2016, p. 67).

As redes acabam sendo formadas para garantir algum controle, não necessariamente estatal. As agências que compõem as redes necessitam formar um controle do rebanho, por assim dizer, para que o exercício do biopoder seja pleno e controle a produção das subjetividades. Por isso, neste sentido, a territorialidade impacta de maneira diferente para as mulheres, já que elas são também consideradas um território, na perspectiva de Segato (2016).

O corpo e sobretudo o corpo da mulher, pela sua afinidade arcaica com a dimensão territorial, é, aqui, a moldura ou tabuleta sobre a qual se estão inscritos sinais de adesão. Os atributos de associação codificados são gravados ou anexados a ele. E nele, sobretudo no corpo feminino e feminizado, os inimigos da rede registram viciosamente os sinais de seu antagonismo (Segato, 2016, p. 69).

Por isso neste trabalhamos reforçamos a ideia da territorialidade, da identidade e, agora, relacionando-as à violência contra a mulher, com ênfase no feminicídio. Os corpos das mulheres, como pudemos ver até por exemplos

históricos, sempre estiveram relacionados à noção de propriedade, de objeto. Identificá-lo como território nos dá a dimensão da problemática da violência como forma de demonstrar força, poder, hierarquia e delimitações que restringem a vivência de uma mulher ao espaço que ela deve ocupar, precisando estar subordinada e refém do patriarcado e da misoginia.

Para continuar com o debate proposto nesta pesquisa, no próximo capítulo falaremos sobre como o jornalismo e os meios de informação estão presentes na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Também discutiremos a respeito da interseccionalidade, conceito caro a este trabalho, por entendermos que as mulheres fronteiriças fazem parte de um grupo ainda pouco estudado e mencionado pelos estudos interseccionais e de gênero.

3 Jornalismo, gênero e fronteira

O jornalista como profissional da comunicação assume a responsabilidade deontológica de manter o público ciente dos acontecimentos sociais e políticos do local e da região, como também de divulgar informações de interesse público e do público. Cabe também averiguar, checar e proteger fontes de informação. É natural que o jornalista busque apresentar uma resposta para tudo o que observa e também a tudo o que acontece, pois a principal tarefa do jornalista é responder àquelas questões imprescindíveis: o que? Como? Onde? Quando? Por que? Quem?

Considerando a importância do jornalismo em divulgar informações e temas sociais, neste capítulo abordaremos sobre os aspectos sociais da profissão e do fazer jornalístico em um município interiorano. Temos como referência midiática as grandes emissoras de televisão, que possuem estrutura e investimento financeiro, como também grupos empresariais que se dedicam a fomentar os mais diversos meios jornalísticos: jornais impressos, revistas, folhetins, jornais televisivos, radiofônicos, portais on-line, perfis de divulgação de informações em redes sociais.

Ainda que em proporções menores, o jornalismo também se faz presente em pequenas cidades, nos interiores dos países, com profissionais trabalhando para informar sobre os acontecimentos locais e evidenciar a cultura local. No contexto fronteiriço, a imprensa reforça a identidade cultural integrada ao multiculturalismo, bem como os conflitos existentes devido ao ambiente sociocultural e binacional. Por isso, o primeiro tópico deste capítulo dará enfoque ao jornalismo regional, sobretudo local, feito na faixa de fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, privilegiando pesquisas recentemente desenvolvidas no próprio Programa de Pós-Graduação da UFMS a respeito do jornalismo produzido na fronteira.

Ainda neste capítulo, escolhemos abordar sobre os Estudos de Gênero, com ênfase na interseccionalidade - conceito muito debatido entre as feministas e que, de maneira bem simplista, pode ser considerado como o iluminar e o enxergar outras realidades sociais dentro do mesmo grupo. Ou seja, ainda que falemos sobre mulheres, não somos iguais e não vivemos da mesma forma, como também não tivemos as mesmas oportunidades e experiências. É preciso incluir as que foram excluídas ou que se mantiveram invisíveis nas discussões feministas: mulheres pretas, com deficiência, indígenas, LGBTQIAP+, orientais, etc. E, no caso do âmbito desta pesquisa, as fronteiriças.

3.1 Jornalismo local e regional na faixa de fronteira Ponta Porã - Pedro Juan Caballero

O jornalismo produzido em um local exerce mais do que apenas a função de informar sobre os acontecimentos recentes, também é capaz de dar pertencimento e proximidade aos leitores. O desenvolvimento da imprensa local se dá a partir de necessidades nesse sentido, pois de alguma forma os indivíduos precisam exercer a comunicação ampla, que seja capaz de chegar para mais de uma pessoa e é natural que se recorra a meios para propagar ideias, informações e temas que devem ser de conhecimento geral.

A mídia regional e local, no Brasil, é derivada do processo de se comunicar em comunidade. Cicília Peruzzo (2005) diz que, apesar dos meios comunitários e de proximidade já existirem há muito tempo, os meios informativos de longo alcance enxergaram na regionalidade uma maneira de obter lucros, disponibilizando um espaço específico para se falar do âmbito local nas emissoras de rádio e TV.

O jornalismo local apresenta vantagens, “o meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc” (Peruzzo, 2005, p. 77-78), mas também está vulnerável às distorções e omissões de interesse político. Além disso, a autora apresentou resultados de trabalhos que afirmam que, no recorte local de cada um, existe predominância de conteúdo proveniente de releases e assessorias de imprensa, podendo ser considerado como característica do jornalismo local. Da mesma forma, também é comum encontrar reprodução de tendências da grande imprensa, como o estilo de trabalho e tratamento das notícias e reprodução de assuntos que estão presentes nos veículos maiores.

Segundo a autora, uma característica dos veículos jornalísticos presentes em cidades do interior é a falta de ampla cobertura e apuração de informações devido à estrutura de trabalho: é menor e com menos investimento, acarretando na contratação de poucos profissionais e, conseqüentemente, também despreparados para o exercício do jornalismo.

Acrescente-se, em alguns casos, a opção administrativa de donos de veículos locais, de aceitar com naturalidade o exercício de um jornalismo baseado em fontes oficiais, já que isso garante a sobrevivência do veículo. Nessas condições o jornalismo local deixa de explorar seu imenso potencial de trabalhar com a informação isenta e atender a todos os setores que perfilam a vida de uma “comunidade”. Perde, assim, uma oportunidade de

mercado, a de trabalhar com competência a informação de proximidade, que é a razão de ser da imprensa local. (Peruzzo, 2005, p. 81).

Peruzzo (2005) considera como jornalismo local a “informação de proximidade, aquela que expressa as especificidades de uma dada localidade, que retrate, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região” (Peruzzo, 2005, p. 81). Esse caráter regional e local foi evidenciado ao longo de toda a pesquisa, trazendo a especificidade da fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai. Por mais que a mídia presente no estado reproduza estilos jornalísticos vindos do Sudeste do país, cujas maiores redações e veículos tradicionais de imprensa estão presentes, a região da qual direcionamos como *locus* de pesquisa também possui a própria maneira de produzir notícias, ainda que com algumas ressalvas.

Sendo o localismo e a proximidade importantes para os estudos e a compreensão do jornalismo interiorano, que é o caso deste trabalho, mencionamos o argumento de Beatriz Dornelles (2010) a respeito da imprensa presente em municípios com menos de 200 mil habitantes. A pesquisadora diz que a utilização da internet como meio de divulgação de informações demanda uma necessidade de se ter informações locais de qualidade, conduzindo grandes jornais a investirem em reportar acontecimentos dos espaços mais periféricos. O conteúdo divulgado em um jornal interiorano importa, principalmente por

A vocação, a intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e organismos locais e regionais mais diretas, de caráter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente aos jornais que se encontram, administrativa, política e economicamente a um nível de desenvolvimento maior (Mercadé, *apud* Dornelles, 2010, p. 239).

Dornelles (2010) salienta que uma imprensa de interior tem a proximidade como característica por causa da questão territorial, cujo interesse dos leitores é maior por informações que os contemple diretamente, sendo pouco útil ter conhecimento sobre um fato que aconteceu em algum lugar distante e que não os impacta. A proximidade local também se relaciona com a ideologia quando o jornalista recorre aos valores-notícia para selecionar o que e como será noticiado, seguindo a pressuposição prévia dos contextos e crenças sociais, além da própria relevância de algum tema para aquela comunidade específica.

É a proximidade que permite ao jornalismo perceber os contextos que determinam os valores-notícia e, a partir daí, organizar os restantes elementos valorativos, como a novidade, a atualidade, a relevância, a consonância, o desvio e a negatividade (Dornelles, 2010, p. 240).

O jornalismo interiorano, assim chamado pela pesquisadora, possui como característica a informação microscópica, cujas pessoas conhecidas por nomes e apelidos são personagens do conteúdo, representam suas histórias para além do lugar que ocupam na sociedade ou do que fazem profissionalmente. “Há quem acredite, inclusive, que a informação local dos jornais do interior é uma conversação familiar alargada” (Dornelles, 2010, p. 241). Segundo a autora, é particularidade da imprensa de interior humanizar a notícia e trazer mais pluralidade em comparação com grandes jornais. Nesse sentido, pensamos que pode ser uma visão romantizada do quanto o jornalismo interiorano prioriza dar espaços para a diversidade e preferência para temas sociais relevantes, até porque falamos de um município, Ponta Porã, com características conservadoras, cristãs, de direita e com discursos preconceituosos.

Por falarmos em jornalismo interiorano, é caro mencionar o projeto de pesquisa Portal de Mídia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenada pelo professor Mario Luiz Fernandes no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e que identificou e mapeou a existência de 92 jornais no estado, sendo 28 sediados em Campo Grande e 64 em cidades do interior em 2016. Desse total de periódicos, setenta tem versão *online*, 49 são semanários impressos e 36 são quinzenais. Os veículos de jornal *online* são os que nos interessam, estando em 68 municípios do estado. Campos Júnior (2016) afirma que o avanço e a presença de jornais *online* no interior de Mato Grosso do Sul se deve pelo custo de manutenção, porque é mais barato - além da própria necessidade em acompanhar os avanços tecnológicos e de mercado.

Outra característica que Campos Júnior (2016) menciona é o próprio contexto sul-mato-grossense, por ser “um estado focado no agronegócio e que a existência de fazendas localizadas em zonas remotas dificulta o acesso a outros meios, o rádio está presente em quase todas as cidades, com exceção de Jateí” (p. 40).

Na pesquisa bibliográfica realizada durante o desenvolvimento deste trabalho, encontramos três trabalhos que coincidem com o mesmo interesse local, e desenvolvidos há pouco tempo no PPGCOM. O primeiro averiguou o radiojornalismo

e apresentou resultados interessantes para esta pesquisa. Já o segundo aborda sobre a cobertura da imprensa em casos de violência na região de fronteira, que vai de encontro com nossos objetivos. E o terceiro tinha como objetivo trazer a violência contra os jornalistas que atuam na fronteira.

Na pesquisa de campo procuramos trabalhos que relatassem sobre o jornalismo, ou a imprensa, na região fronteira sul-mato-grossense. Devido à especificidade, a busca foi realizada no próprio programa que estamos ambientadas, com linha de pesquisa específica para inserir a nossa fronteira em projetos acadêmicos.

Primeiro citamos o de Ana Barbosa de Souza (2020) que destaca as particularidades da atividade jornalística na fronteira, afirmando que a imprensa presente contribui para “retratar a região, ora integrando, ora retratando conflitos e tensões entre as duas nações” (Souza, 2020, p. 42). A autora ainda afirma que é comum observar notícias com conteúdos sobre a violência presente na região, tais como contrabando, tráfico de drogas, crime organizado, assassinatos, dentre outras atividades ilícitas. Na cobertura do cotidiano na fronteira também estão presentes pautas sobre saúde, política, educação, segurança pública, meio ambiente, economia, trabalho.

Ainda que o trabalho de Souza (2020) esteja focado na produção radiofônica da região, a autora menciona uma importante característica no jornalismo da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero ao afirmar que “o cotidiano fronteiriço, raramente, é retratado no rádio, especialmente no lado brasileiro, que veicula muitas notícias nacionais. As trocas, as interações, as relações comerciais, de trabalho e a cultura local são quase nulas” (Souza, 2020, p. 63). E a autora também constatou que muito da produção informativa da região é centrada em temas policiais e políticos, corroborando para o estereótipo de local violento representado nos veículos de imprensa locais e nacionais.

O segundo trabalho acerca do tema é o de Gesiel Rocha de Araújo (2020), cuja pesquisa aponta para as questões de violência na fronteira sul-mato-grossense com os países Bolívia e Paraguai. O autor menciona que buscou a perspectiva de que as fronteiras “podem ser analisadas como espaços de contradições, conflitos e ambivalências, com situações pontuais de cooperação política, econômica e cultural que resultam numa integração incompleta e controversa” (Araújo, 2020, p. 69). O

autor, assim como Souza (2020), também considera que a imprensa presente no local não faz jus ao potencial integrador, bem como se limita a reproduzir os estigmas comuns à fronteira, como sendo um lugar de ilegalidades e contravenções, e ignora a efervescência cultural dos intensos fluxos de bens, ideias, costumes e identidades que dali fazem parte (Araújo, 2020).

Enquanto os pesquisadores anteriores focaram em analisar a imprensa fronteiriça num aspecto amplo e geral, ainda que direcionados em formatos diferentes, o trabalho de Gerson Jara (2019) averiguou a respeito da violência contra jornalistas na fronteira e também sobre o fazer jornalístico por lá, que está rodeado por acontecimentos que envolvem o narcotráfico e a criminalidade. Em entrevistas feitas com jornalistas atuantes na região, Jara (2019) menciona a fala de uma das fontes, que afirma que a atividade jornalística na fronteira é diferente da feita em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, ou de Dourados, cidade vizinha de Ponta Porã. Segundo o entrevistado, é necessário “que o profissional conheça o local onde atua e não fique jogando “toco no ventilador, ou seja metralhadora giratória a disparar por todos os lados” (Jara, 2019, p. 87).

Dentre os relatos sobre o fazer jornalístico na região de fronteira, exatamente em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, os jornalistas afirmam que é preciso ter cautela com o que escreve e como escreve, utilizar bom senso para evitar que alguém se sinta ameaçado e evitar o envolvimento em “enrosco” (Jara, 2019, p. 87). Além disso, o pesquisador enfatiza sobre a precariedade do trabalho, com má remuneração, pouca estrutura e, conseqüentemente, falhas nas técnicas do jornalismo – essas são mencionadas devido à “ausência de formação técnica” e conclui:

A qualidade técnica nas notícias, ainda que deficiente, revela também as condições de trabalho da imprensa fronteiriça ainda em processo de transição entre se constrói em cima do artesanal e a migração tecnológica. A atividade profissional do jornalista em Ponta Porã, com também em Pedro Juan Caballero, é marcada pelo acúmulo de funções, equipes reduzidas, limitações orçamentárias, dependência do poder público municipal e estadual e de atividades paralelas para garantir a sobrevivência. São situações que submetem o profissional da imprensa ao desvio de função devido a baixa remuneração. Esse contexto leva o profissional a exercer o jornalismo concomitantemente com assessoria de imprensa, e quando não muito de vendedor de anúncios e formulador de estratégias de merchandising (Jara, 2019, p. 119).

Considerar tais pontos acerca da rotina no jornalismo fronteiriço é fundamental para construir uma análise ancorada na realidade dos profissionais que

atuam na região. Presumir que os processos que conhecemos e aprendemos, em um contexto diferente e distante, são idênticos aos praticados na região é injusto e incompatível até mesmo com a premissa do jornalismo em incluir a possibilidade de existirem ambientes diferentes dos quais estamos familiarizados.

3.2 A mulher fronteiriça como categoria na interseccionalidade

A partir de alguns avanços na conquista dos direitos das mulheres, de inúmeros debates no feminismo a respeito do papel social e de paradigmas que rodeiam a vivência de ser mulher, foi necessário produzir estudos feministas voltados para aprofundar e incluir as questões que permeiam o gênero. Dessa forma, sobretudo nos estudos de gênero norte-americanos e latino-americanos, pesquisadoras e autoras se propuseram a teorizar acerca dos diferentes contextos sociais e culturais que as mulheres estão inseridas. Daí surgiram os estudos de mulheres, no feminismo acadêmico, e desenvolvidos no Brasil a partir da década de 1970 durante a ditadura militar. É nesse contexto que as pesquisas sobre a condição das mulheres brasileiras foram direcionadas para debater os eixos sociais demarcadores: classe e raça (Hollanda, 2019).

Ao se desvincularem do espectro branco, cis e héteronormativo, as mulheres pretas que desenvolveram as discussões a respeito do próprio papel como feministas cunharam a interseccionalidade, pois estavam dispostas a acrescentarem os conceitos de raça, gênero, classe e nação nos estudos e no próprio ativismo político (Akotirene, 2019).

Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça (Akotirene, 2019, p. 16).

O conceito da interseccionalidade nasceu em conjunto com a crescente produção acadêmica, principalmente norte-americana, sobre feminismo negro e suas particularidades. O nome “interseccionalidade” e a teoria sistematizada, que veio de Kimberlé Crenshaw (2002), insere o contexto da mulher negra nos Estados Unidos e tinha como objetivo servir de metodologia para o enfrentamento das causas e os efeitos da violência contra a mulher que, pelo sistema estrutural,

marginaliza a mulher negra. Ainda neste sentido, Crenshaw (2002) define interseccionalidade como:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

A autora aponta para a interação dos marcadores sociais das diferenças, pois não basta identificá-los sem localizar os pontos de intersecção. Sendo assim, Crenshaw (2002) menciona a interseccionalidade para além do âmbito mencionado de combate à violência contra a mulher, mas também como aporte teórico e metodológico para pensar as múltiplas exclusões e opressões que as mulheres, considerando suas diferenças entre raça, classe, idade e nação, sofrem; de forma que determinado grupo, ainda que sejam mulheres, exerçam o papel de opressão, enquanto outro grupo também de mulheres é o oprimido.

Considerar a classe e, posteriormente, a raça como intrínsecos à condição de ser mulher foi importante para evidenciar as exclusões sociais que mulheres pretas estavam submetidas nas conquistas dos direitos e da liberdade, demonstrado pela autora estadunidense Angela Davis (2016) no livro “Mulheres, raça e classe”. Na obra, Davis (2016) aponta que a raça antecede a classe, principalmente pela carga histórica que homens e mulheres negras carregam desde o período escravocrata. Por isso, os estudos de mulheres foram levados a discutir as interseções que fazem parte da complexa rede de opressões que envolvem a vivência das mulheres, considerando que surgem outras camadas para além da classe, da raça e do gênero.

No âmbito do Brasil, Heleieth Saffioti (2019) descreve a contradição da subjetivação-objetivação da sociedade brasileira como “dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia” (Saffioti, 2019, p. 141), não por serem “três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, esses três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um nó” (Saffioti, 2019, p. 141). É a partir desses nós que a interseccionalidade se sustenta como meio de mudança social, ao debater as diferenças e demarcadores presentes em uma mesma pessoa.

Neste mesmo sentido, Sueli Carneiro pontua sobre “os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo” (Carneiro, 2019, p. 273) e que continuam cercadas pelo silêncio e pela invisibilidade, que devido aos esforços de mulheres negras em reelaborar o discurso feminista brasileiro, apontam para a problemática dessa perspectiva na prática política no nosso país.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição leva esses sujeitos a assumir, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular, Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, na essência, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2019, p. 273-274).

Por isso é imprescindível que mulheres que compõem grupos subalternizados insiram no feminismo o debate que reconheça as desigualdades existentes e também as afirmem como sujeitos políticos (Carneiro, 2019). Sendo assim, podemos afirmar que as mulheres fronteiriças estão presentes nos pontos interseccionais como sujeitas políticas. Nos é caro o entendimento de que as mulheres que vivem em um município interiorano de Mato Grosso do Sul - que por si só já se pode considerar marginalizado, visto que está distante do eixo São Paulo-Rio de Janeiro e de outras metrópoles brasileiras - e fronteira entre dois países subdesenvolvidos, agrupam-se no eixo interseccional de opressão, subdividindo-se de acordo com cada demarcador social possível: classe, raça, etnia, geolocalização, peso, idade, gênero, sexualidade e deficiências (Carrera, 2021).

Em relação ao agrupamento de características que coexistem no contexto dos estudos de gênero, Fernanda Carrera (2021) produziu a roleta interseccional contendo as principais avenidas de opressão para ser uma ferramenta metodológica na análise de trabalhos que envolvem a interseccionalidade na Comunicação. O intuito é auxiliar os pesquisadores a identificarem as interseções e os eixos de opressão que resultam na construção do sujeito e entende que as

dinâmicas de opressão, como aquelas que acometem indivíduos no âmbito da sexualidade, gênero, raça, peso, idade, geolocalização, deficiência e classe também são impostas aos indivíduos, que se veem encurralados, cercados pela violência das suas desvantagens sociais (Carrera, 2021, p. 12).

Carrera (2021), ao citar as avenidas, justifica que as opressões não fazem parte da escolha própria dos indivíduos, ou na construção do sujeito, mas se fazem presentes e definem as violências, ou não-violências, que farão parte da vivência. Neste momento não nos cabe utilizar a roleta interseccional como metodologia de análise, mas sim inserir na discussão a geolocalização como ponto de interseção. Nesse sentido, Carrera (2021) afirma ser impossível não considerar o impacto que o local possui no entendimento de “lugares que os sujeitos ocupam e nas relações de poder que exercem entre si” (Carrera, 2021, p. 3). A pesquisadora, então, descreve:

No Brasil, pessoas negras estrangeiras podem acionar lugares de privilégio e vantagem, a depender do cenário, pela lógica da colonialidade que direciona muitas práticas e discursos vigentes aqui. Além disso, não se pode subestimar os impactos dos colonialismos internos (Quijano, 2002), que transformam as experiências e as dinâmicas de opressão vivenciadas por pessoas negras nortistas e nordestinas quando estão localizadas em estados que representam o lócus do poder econômico brasileiro. Os mesmos sujeitos, portanto, podem protagonizar situações comunicacionais diversas, tanto de opressão quanto de privilégio, a depender da conjuntura que se estabelece ao seu redor (Carrera, 2021, p. 3).

E é esse ponto de reflexão que nos interessa, compreender o lugar que uma mulher fronteiriça ocupa no contexto social de Ponta Porã, cujas características identitárias e culturais impactam diretamente na experiência, em conjunto com outros marcadores que definem as avenidas de opressão que as mulheres irão percorrer.

Por fazer parte da rotina social, os meios de informação também possuem determinada relevância em promover, ou não, debates na sociedade. Nesse sentido, Carneiro (2019) afirma que a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz estereótipos e estigmas.

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior de sua lógica de produção os sistemas de representação, concluiremos que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra (Carneiro, 2019, p. 282).

Carneiro (2019) defende que a representação social e os estigmas que acompanham grupos minoritários contribuem para a prevalência de ideias preconceituosas e discursos de ódio, principalmente em relação ao lugar e espaço político da mulher negra presente nas mídias, em que é colocada em posição de subserviência (Carneiro, 2019). Neste trabalho não nos aprofundaremos nos

conceitos que a pesquisadora menciona - representação social e estigma - mas consideramos que o patriarcado e a misoginia permanecem nos ambientes também por causa dos meios informativos, quando deixa de questionar determinadas situações sociais para apenas reproduzi-la, como por exemplo a cobertura jornalística feita no caso Mayara Amaral, morta em 2017, cujas notícias incomodaram familiares e amigos da vítima e militantes feministas, levando à publicação de uma carta aberta redigida pela irmã da musicista em que ela critica a maneira que estavam retratando Mayara, culpabilizando-a e a revitimizando (Jara, 2019).

Dessa forma, é válido citarmos alguns trabalhos que se debruçaram a entender e relacionar a violência contra a mulher, e a violência de gênero, com o papel da Comunicação no combate ou na manutenção na rotina da sociedade.

A prática do jornalismo revela a presença predominante de mulheres, com números expressivos de repórteres e estudantes de jornalismo que se identificam como pertencentes ao gênero feminino. De acordo com a pesquisa mais recente do Perfil do Jornalista Brasileiro⁸, divulgada em 2021 promovida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e organizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 57,8% das pessoas que responderam eram mulheres, porém o estudo constatou que poucas estão em algum cargo de chefia nas redações.

Nessa perspectiva, ainda em 2010, Marcia Veiga da Silva direcionou sua pesquisa de mestrado para a rotina de trabalho dos e das jornalistas, chegando à conclusão de que o jornalismo é masculino – mesmo que mais mulheres estejam presentes nas redações. Na observação analítica que fez, a pesquisadora percebeu que os valores atribuídos a um bom chefe eram os valores reconhecidos como masculinos, mas a diferenciação entre os gêneros também compunha os próprios valores-notícia das pautas, como afirma: “as concepções de gênero estavam presentes na idealização das matérias, bem como permeavam as escolhas dos repórteres que iriam realizá-las” (Veiga da Silva, 2010, p. 133). Ou seja, o jornalismo dava preferência às vozes masculinas, deixando as possibilidades de privilegiar mulheres para um segundo momento, como em datas comemorativas que envolviam diretamente o gênero feminino.

⁸ Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/> . Acesso em 21 jul. 2022.

Rayza Sarmiento (2018) percebeu que desde a escola britânica de estudos culturais, com a contribuição de Stuart Hall a respeito da codificação e decodificação no processo comunicacional, houveram contribuições que pesquisadoras e estudiosas fizeram para o entrelaçamento entre gênero e comunicação. A revisão bibliográfica apresentada pela autora identifica estudos e críticas em diferentes modos midiáticos: cinema, publicidade, revista e televisão.

Em maioria se discute o papel em que a mulher é colocada enquanto agente, qual o impacto se tem na manutenção do patriarcado e os meios de promover alguma mudança,

como é possível notar, o entretenimento motivou, com muita razão, uma série de atenções desse subcampo de estudos. Mobilizamos a todo o momento nas interações os discursos, imagens, expressões que circulam nessas diferentes produções midiáticas (Sarmiento, 2018, p. 185).

Apesar dos esforços acadêmicos em cruzar as relações e tecer as críticas necessárias sobre a maneira que a mulher era, e em alguns casos ainda é representada nos discursos midiáticos, a autora se propõe a dar enfoque à invisibilidade no jornalismo e na política, colocando a mulher como sujeito das notícias. A partir da revisão bibliográfica realizada, a autora observa que “os estudos de jornalismo documentam que é comum as notícias acessarem fontes oficiais com frequência e essas pessoas, em grande maioria, são homens” (Sarmiento, 2018, p. 188). Além disso, Sarmiento (2018) salienta sobre o próprio ativismo se alicerçar à mídia, trazendo para perto e tornando-os aliados do movimento, sobretudo em um contexto midiático comum de construir estereótipos e estigmas no que é desconhecido.

Enquanto que a pesquisadora Cynthia Mara Miranda (2019), em um artigo a respeito dos caminhos da perspectiva de gênero nos meios de comunicação, evidencia que as mulheres possuem espaço reduzido, enfrentam desigualdades de gênero em produções artísticas e de entretenimento, tendo reforços sobre o estereótipo atribuído ao feminino que ainda lembram o discurso de séculos anteriores: mulheres devem ser dóceis, belas, delicadas, atentas à família e pouco questionadoras. Para a autora, os meios de informação podem contribuir para a ruptura de paradigmas e serem aliados por meio da perspectiva de gênero.

No entanto, Miranda (2019) demonstra que mesmo com algum avanço no quesito de dar mais visibilidade às mulheres, principalmente em produtos de entretenimento, no espaço jornalístico as mulheres são lembradas e mostradas

quando se encontram em situação de violência. Um dos argumentos de Miranda (2019) é que existe escassez de representações midiáticas que incluam mulheres a diferentes temas, por exemplo na ciência, na educação, nos direitos humanos, na política, dentre outros. Enquanto que em notícias, fala-se em mulheres quando há casos de violência, tornando-as invisibilizadas e, conseqüentemente, discriminadas.

Em uma catalogação recente de notícias sobre mulheres e publicadas durante todo o ano de 2021, especialmente as sul-mato-grossenses que compõem grupos interseccionais de maneira mais regionalizada (mulheres indígenas, ribeirinhas ou assentadas, fronteiriças, com deficiência ou LGBTQIAP+), o grupo de pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” no qual participamos, encontrou evidências quantitativas desse mesmo cenário em artigo produzido em conjunto⁹: as notícias davam enfoque às vítimas de alguma violência, enquanto outros papéis eram atribuídos às mulheres em datas comemorativas ou quando a personagem obtivera destaque por algum feito especial (primeira a...; quebra de recordes;) (Jara *et al*, 2022).

Por mais que este trabalho evidencie casos de feminicídio, indo de encontro com a própria crítica feita por Miranda (2019) sobre o jornalismo se dedicar a publicar exponencialmente mais sobre mulheres em situação de violência, faz-se necessário tecer conexões entre os casos de mulheres assassinadas, em qual ponto interseccional de opressão elas estão inseridas e a relação com a territorialidade para entender de que forma o jornalismo reforça as características sócio-culturais da região de fronteira e que acabam construindo um ideal político de que as mulheres são corpos a serem dominados e objetos de demonstração de poder.

3.3 A interseccionalidade na Comunicação e no Jornalismo

O fazer jornalístico está envolto de práticas que podem, e devem, ser problematizadas a todo instante, justamente para colaborar com as transformações sociais devidas e necessárias para uma sociedade mais justa e acolhedora. Não é preciso fazer um resgate histórico sobre como era a práxis nos primeiros exemplares informativos registrados e comparar como é atualmente para notarmos a diferença.

⁹

Disponível

em:

<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0715202209323162d15e5f07c85>

Acesso em 16 jun. 2023.

As mudanças sociais e o jornalismo caminharam próximos, ainda que não estivessem de mãos dadas o tempo todo.

Nesse sentido de buscar novas maneiras de produzir jornalismo, como também contemplar o direcionamento e o tema desta pesquisa, encontramos o livro de Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021) que se aprofundaram em analisar as narrativas de feminicídios na imprensa brasileira, cujo material nos interessou pela hipótese levantada pelas autoras: “a ampla maioria dos títulos de feminicídio no Brasil estão na voz passiva. Não é o autor da ação que aparece em primeiro plano, mas a vítima, com exceção dos casos em que o assassino é famoso” (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 59).

O material coletado e analisado pelas autoras rendeu apontamentos e críticas necessárias ao método jornalístico de escrever notícias sobre feminicídio, incluindo a interseccionalidade ao adicionarem feminicídios de mulheres trans, indígenas, negras e geolocalização - com pelo menos uma análise de notícia de cada estado ou região do Brasil. Dentre o que foi apresentado no livro, está uma notícia de um feminicídio cometido exatamente no nosso recorte local, Ponta Porã.

O caso destacado pelas autoras e que evidenciamos neste momento é o assassinato de Eliane Siolim, cometido pelo marido durante um evento familiar. As autoras questionam a escolha do título¹⁰, “mulher é morta”, mas principalmente a construção textual do subtítulo¹¹ - a vítima foi atingida por quatorze tiros após uma discussão entre o casal, mas não sabiam informar os motivos da morte, “talvez a reportagem estivesse se referindo ao que Eliane havia feito para merecer uma morte tão brutal” (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 221).

A maior crítica feita é pelos títulos redigidos como “‘mulher é encontrada morta’; ‘Mulher é assassinada’; ela ocupa o papel de agente da ação e o seu assassino passa a ter função secundária na ação” (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 61), mesmo que a constatação oriunda da própria pesquisa do livro aponte para a maior parte das notícias intituladas dessa forma sejam sobre feminicídio. E com o agravante de, em muitas matérias, constar algum tipo de motivação ao abrir o relato

¹⁰ “Mulher é morta a tiros por marido em festa de família” (Universa Uol, 2021, *apud* OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021, p. 221)

¹¹ “Uma mulher foi morta a tiros pelo marido durante um churrasco de família. O caso ocorreu na noite de domingo (24), em Ponta Porã (MS), cidade a cerca de 320 km de Campo Grande. Eliane Ferreira Siolim, 34, foi atingida 17 vezes pelo empresário Alejandro Antônio Aguilera, 41, que se suicidou em seguida. Ainda não se sabe os motivos do crime” (Universa Uol, 2021, *apud* OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021, 221).

e sem contrapontos, praticamente justificando o feminicídio com corresponsabilidade da vítima.

Além disso, Oliveira e Rodrigues (2021) criticam o uso excessivo da palavra “suposto” nos textos jornalísticos, principalmente sob argumentos de proteção jurídica para evitar futuros processos. No entanto, as autoras destacam que há dois significados para o advérbio: quando se apresenta uma hipótese e quando é falsamente atribuído a alguém. E na maioria das notícias apresentadas ao longo da análise, observaram que o contexto contempla o significado de quando foi falsamente atribuído, quando a situação do feminicídio é colocada em dúvida se foi mesmo um assassinato com as características misóginas e de ódio, ou se a vítima que apresentou motivo para ter sido morta.

Outro apontamento feito por Oliveira e Rodrigues (2021) diz respeito ao próprio racismo da imprensa ao notificar um caso de feminicídio. As autoras, que também são jornalistas, separaram capítulos para elencar personagens interseccionais, citando mulheres indígenas, pretas e trans. Por exemplo, quando a matéria não apresenta fotos das vítimas, tal como normalmente acontece com mulheres brancas. E, tratando-se de feminicídio de mulheres indígenas, poucos casos receberam notoriedade nacional, cabendo como pauta apenas nas localidades de origem (Oliveira; Rodrigues, 2021).

Ousamos afirmar com razoável certeza que esse apagamento do dado étnico/racial das vítimas na cobertura de feminicídios somado ao descaso na publicação de relatos de assassinatos de mulheres negras e não brancas - gerando o fenômeno de cobertura seletiva - está intimamente ligado ao racismo estrutural, que permeia o senso comum que pouca importância dá à vida de mulheres negras e indígenas no Brasil. Ou seja, seu assassinato sequer merece registro além do estatístico (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 91).

E falar sobre o racismo estrutural que baseia as escolhas de casos a serem noticiados nos interessa, porque este trabalho busca inserir a interseccionalidade na análise, entendendo que ocupamos um espaço periférico e distante da preferência editorial e noticiosa. Para que uma mulher assassinada na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero tenha o registro em um veículo nacional é preciso que o valor-notícia seja muito maior, com alguma comoção social.

Nesse sentido, Oliveira e Rodrigues (2021) recorrem à Renata Souza (2020), pesquisadora que está desenvolvendo o conceito de feminicídio político e utiliza a

ideia de corpos matáveis¹² para dizer que alguns corpos carregam mais autorização para serem eliminados do que outros. O feminicídio, assim como o feminicídio político, fala sobre o lugar político que corpos de mulheres ocupam e representam - convergindo com a ideia de Segato (2005) quando afirma que nos enxergam como territorialidades passíveis de demonstração de poder.

Quando Oliveira e Rodrigues (2021) citam o feminicídio político e a vulnerabilidade em que as mulheres LGBTQIAP+, negras, pobres, indígenas, com deficiência se encontram, lembramos-nos da mulher fronteira e nos perguntamos se elas também podem ser consideradas corpos matáveis, afinal estamos falando das mesmas categorias sociais e hastes de opressões (Carrera, 2020) que as autoras citaram ao longo do livro mencionado.

A fim de sugerir outras possibilidades de como fazer um jornalismo mais e integrativo, sintonizado com as demandas sociais, em um cenário em que se noticia um feminicídio, decidimos incluir um resumo do manual que a Agência Patrícia Galvão e a Universa, do portal UOL, produziram sobre boas práticas jornalísticas¹³ para ser usado na produção de uma pauta sobre violência contra a mulher. As jornalistas que desenvolveram o guia argumentam que o acesso à informação é um importante instrumento para o combate à violência de gênero, utilizando o jornalismo para este fim (Orosco *et al*, 2020).

Entre as condutas gerais descritas por Orosco *et al* (2020) do manual, é possível elencar: 1) buscar informações além do boletim de ocorrência; 2) não revitimizar a mulher, tornando sua história e memória passíveis de ataques; 3) eleger histórias emblemáticas que representem e ilustrem a realidade; 4) dar ênfase nas histórias de mulheres-não brancas, que são invisibilizadas ao não serem noticiadas; 5) respeitar a dor dos familiares, evitando que o entrevistado relembra a dor do luto; 6) procurar e ouvir a advogada ou o advogado da vítima; 7) buscar fontes qualificadas e para além das institucionais da polícia.

¹² Conceito utilizado por Souza (2020) em artigo para o Mídia Ninja. Disponível em: <https://midianinja.org/renatasouza/o-femicidio-politico-e-o-epistemicidio/>. Acesso em: 4 mai. 2023.

¹³ O manual foi produzido por jornalistas mulheres que trabalham rotineiramente com o noticiamento de casos de violência e também de pautas sobre as mulheres. A Universa se propõe a trabalhar temas progressistas e de cunho feminista, como também feminino. A Agência Patrícia Galvão faz parte do Instituto Patrícia Galvão, organização que trabalha com iniciativas contra a violência de gênero e contra a mulher. O manual pode ser consultado na íntegra pela internet. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2020/11/2694611179_cartilha-universa-violencia-contra-mulher_v10.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

No que tange à escrita de uma matéria sobre casos de violência contra a mulher, Orosco *et al* (2020) salienta que é necessário: 1) humanizar a história, mostrando quem a vítima é ou foi como pessoa; 2) contextualizar os crimes para que não se tenha a impressão de que é um caso isolado; 3) dar o enfoque na mulher, não no agressor; 4) não culpar a vítima ao mencionar rotina ou apresentar descrição de que ela foi a responsável pela violência que viveu; 5) dar espaço para o agressor como premissa do jornalismo, não para que ele apresente justificativas ou responsabilize a vítima pela violência causada; 6) dar nome ao crime, baseado no Código Penal Brasileiro; 7) evitar o tom policlesco que cria narrativas para os crimes; 8) mencionar os próximos passos jurídicos dos casos; 9) dizer sobre as falhas do Estado ao não garantir direitos fundamentais, como por exemplo a segurança, assistência e proteção à vítima

Antes de publicar uma notícia sobre violência de gênero, Orosco *et al* (2020) reforça que é fundamental: 1) não usar imagens ou fotografias que reforcem ou coloquem a mulher num estereótipo; 2) informar sobre quais os caminhos para realizar uma denúncia e quais as ferramentas o Estado oferece de proteção à vítima; 3) chamar o personagem pela nomenclatura correta e de acordo com cada etapa do processo jurídico: investigado, acusado, réu ou condenado; 4) evitar publicar imagens do crime ou da vítima em situação mórbida.

No manual também há direcionamento para condutas específicas sobre o proceder numa pauta de violência de gênero, tais como violência doméstica, violência sexual e feminicídio. Esse nos interessa mais, pois descreve a maneira de abordar o feminicídio numa notícia e é isso também usaremos como categoria de análise.

Para se falar de feminicídio, as jornalistas que organizaram o manual de boas práticas destacam que o crime em questão não é passional, não envolve paixão pela vítima, mas sim desprezo pela vida da mulher; além disso, a história da vítima é a que mais importa, baseada no relato de familiares e amigos para contextualizá-la. A cartilha também demonstra alguns tipos de perguntas que o/a jornalista precisa fazer numa apuração de caso de feminicídio: o crime será investigado conforme a Lei nº13.104/2015? O boletim foi registrado como homicídio simples quando o contexto acompanha violência doméstica ou sexual? A vítima buscou ajuda antes do crime? Se sim, qual foi o tipo de apoio buscado? Havia denúncias anteriores da vítima a

respeito de violência? Há informações sobre agressões em outras partes do corpo (rosto, seios e genitais)?

Cada elemento que o manual dispôs para guiar uma apuração e produção de notícia a respeito da violência de gênero serve para construir um jornalismo mais humanizado. É sabido das limitações estruturais e profissionais presentes no fazer jornalístico local e regional, ainda mais evidentes em uma região interiorana. A ideia de incluir os procedimentos do manual como uma categoria é, também, para mensurar o quanto os e as jornalistas se preocupam com a cobertura de um tema tão urgente e necessário no contexto sul-mato-grossense.

Para conseguir responder esses questionamentos que permearam o desenvolvimento da pesquisa, no próximo capítulo trazemos a análise do nosso estudo de caso, com a descrição do material no primeiro momento e especificamente com o veículo selecionado, o Ponta Porã Informa, para compor as análises.

4 Metodologia

A pesquisa até aqui foi direcionada para ser trabalhada a partir de uma perspectiva jornalística, usufruindo das possibilidades de leituras que os produtos de informação são capazes de fornecer. Baseado nos protocolos de metodologia que estão ao nosso alcance, chegamos à escolha do Estudo de Caso, de Robert Yin (2015) como guia para a elaboração da análise das notícias recolhidas durante o levantamento de dados.

Para que pudéssemos responder às questões desta pesquisa, principalmente “por que?” e “como?”, compreendendo que a violência contra a mulher também faz parte de um fenômeno social, escolhemos o Estudo de Caso, porque segundo Robert Yin (2015, p. 4), “quanto mais suas questões procurarem explicar alguma circunstância presente, mais o método do estudo de caso será relevante”.

A princípio não consideramos o estudo de caso como uma possibilidade metodológica, mas após exposição da banca de qualificação quanto à triangulação de fontes - característica fundamental do método - e que despretensiosamente já estava presente ao longo do trabalho, optamos por adotá-lo.

Yin (2015) identifica o método do estudo de caso como um agregador para fins de conhecimentos de atividades individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticas, podendo ser utilizado por diferentes áreas na pesquisa científica - desde que haja o interesse em entender esses fenômenos sociais complexos. Entendemos que os casos de feminicídio fazem parte de uma estrutura patriarcal e misógina entrelaçada e enraizada nos processos formadores da sociedade ocidental, principalmente em territórios tomados e colonizados.

Desta forma, é possível utilizá-lo como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto do mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (Yin, 2015, p. 17), porém é necessário investigá-lo com “múltiplas fontes de evidência, com dados precisando convergir de maneira triangular” (Yin, 2015, p. 18).

O autor aponta a triangulação de formas de evidência como uma recomendação intrínseca ao método, sobretudo pela oportunidade de usá-las para tornar o trabalho mais relevante e por permitir que “o pesquisador aborde uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais” (Yin, 2015, p. 124). Os

tipos de fontes de evidências mencionados pelo autor para que se tenha convergência são: documentos, registros em arquivo, entrevistas abertas, observações direta ou participante, entrevistas e levantamentos estruturados, entrevistas focais. Para Yin (2015), se o(a) pesquisador(a) apoiou a descoberta em mais de uma única fonte de dados, então houve triangulação. No caso deste trabalho, atingimos a triangulação ao cruzarmos o levantamento bibliográfico, junto com a pesquisa documental e a entrevista realizada com o jornalista Sebastião Prado - proprietário do jornal que propomos o estudo.

Considerando o exposto até este momento do trabalho, com o levantamento histórico-social da região, os dados quantitativos coletados que serão apresentados adiante, o método analítico escolhido, decidimos incluir também a entrevista com o profissional da imprensa que trabalha no veículo escolhido, o Ponta Porã Informa, para entendermos a dinâmica e os processos que envolvem a construção da notícia de morte de mulheres. Nesse sentido, Yin (2015) apresenta diferentes tipos de entrevista e maneiras de estruturar essa etapa no estudo de caso - nesta dissertação usaremos a entrevista prolongada de estudo de caso (Yin, 2015), cujo objetivo é “perguntar aos entrevistados sobre suas interpretações e opiniões acerca de pessoas e eventos ou seus *insights*, explicações e significados relacionados a certos acontecimentos” (Yin, 2015, p. 115).

Construímos um roteiro de perguntas pré-estabelecidas e que foram feitas pessoalmente em entrevista com o jornalista e proprietário do Ponta Porã Informa, Sebastião Prado - que prefere ser chamado de Tião, em maio de 2023. Escolhemos o mencionado jornal por ser o único que atendia ao critério de recorte temporal com notícias publicadas de 2015 a 2021. Porém, antes de apresentarmos as análises em conjunto com as respostas que recebemos durante a entrevista e que complementam nosso estudo, em caráter descritivo listamos no tópico abaixo os resultados do primeiro levantamento realizado, com dados dos jornais online presentes em Ponta Porã e as publicações no período estabelecido em cada um deles.

4.1 Levantamento e descrição de dados da pesquisa de campo

Propomos-nos a fazer um trabalho quantitativo e também qualitativo, para poder responder as perguntas com mais propriedade. Para tanto, foi necessário

realizar o recorte local, pois a fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai abrange 16 municípios, somando os dois países. Então definimos centralizar em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, com notícias datadas desde 2015 - ano em que foi promulgada a Lei nº 13.104/2015 que tipifica o feminicídio no Código Penal como crime hediondo e anexado à Lei Maria da Penha - até 2021, ano que antecedeu o início do desenvolvimento deste trabalho.

Para contemplar o quantitativo, de início realizamos uma pesquisa documental de veículos de notícias online sediados especificamente em Ponta Porã. Posteriormente, fizemos buscas utilizando palavras-chaves para encontrar o material desejado e os listamos de acordo com o que era encontrado, organizando por data, nome do jornal, título e link. Em todos os sites utilizamos a palavra-chave “feminicídio”, “mulher morre”, alterando para “mulher morta”, “mulher morre Ponta Porã”, “mulher morta Ponta Porã” em momentos que o material parecia escasso ou quando surgiam notícias de outros locais que não são o município escolhido. É importante pontuar que após a leitura do livro de Oliveira e Rodrigues (2021), percebemos que a nossa própria escolha das palavras-chaves foi guiada também pela construção passiva da frase, revelando a presença desse estilo de título no cognitivo, mesmo que sejamos jornalistas em busca de quebrar o paradigma violento do jornalismo que revitimiza alguém que já sofreu uma violência brutal.

Na busca realizada dos veículos de imprensa, encontramos dez sites de notícias - dois deles com editoria específica para notícias de Ponta Porã sem estarem sediados no município -, são eles: Jornal da Nova e Capital News. Então selecionamos os oito sites de notícias que contemplavam o critério de localização, sendo: Ponta Porã News, Ponta Porã Informa, Ponta Porã em Dia, Jornal A Cidade de PP, Jornal de Ponta, Jornal de Notícias Ponta Porã, Ponta Porã Digital e Jornal Desperta Cidade. No total, sem excluir materiais repetidos sobre o mesmo acontecimento, constatamos 51 notícias.

O primeiro veículo que a busca contemplou foi o Ponta Porã News, mantido com notícias do Brasil inteiro, com reprodução de outros veículos e não apenas centralizado nos acontecimentos do município. No período cronológico estabelecido encontramos notícias de 2020 e 2021 apenas. O sistema de buscas do site é precário, indo até a décima página. Por mais que fossem usadas as diferentes

possibilidades de palavras-chaves, o material se esgotava em 2020. Encontramos o total de seis notícias, publicadas nos meses de setembro, novembro e dezembro.

As notícias pertencentes ao Ponta Porã News estão organizadas em lista e ordenadas em data da publicação, título e autoria.

Quadro 1 - Dados levantados do jornal Ponta Porã News

PONTA PORÃ NEWS		
DATA	TÍTULO	AUTORIA
10/09/2020	Identificada mulher encontrada morta em Ponta Porã	Antonio Coca
03/09/2021	Irmãos são preso em Ponta Porã acusados de ameaçar arrancar a cabeça da mãe	Antonio Coca
04/09/2021	Psicóloga teria sido levada à força para motel e morta com 28 facadas	Luiz Guilherme
04/09/2021	Mulher é assassinada em quarto de motel de Pedro Juan	Antonio Coca
29/11/2021	Mulher vítima de atentado em Ponta Porã é agente de saúde	Antonio Coca
21/12/2021	Identificada mulher morta em Sanga Puitã por pistoleiros	Antonio Coca

Fonte: Produção nossa.

O que nos chamou atenção especificamente neste veículo acima mencionado é o espaço de tempo em que não foram publicadas notícias sobre a morte de alguma mulher, contabilizado em um ano. Além disso, os meses com material são na maioria de setembro, tanto de 2020 quanto de 2021, e um caso em novembro e dezembro de 2021. Todos na editoria de polícia e majoritariamente publicados por Antonio Coca, que provavelmente é o repórter designado para esta função de apurar os acontecimentos policiais da localidade. Como não averiguamos outras editorias, não é possível afirmar se ele trabalha com mais de uma editoria. No conteúdo noticioso identificamos que as informações são oriundas de outros veículos, demonstrando pouca locomoção para os locais dos acontecimentos.

O segundo jornal averiguado no levantamento é o Jornal A Cidade de Ponta Porã. Encontramos o total de oito matérias publicadas entre os anos de 2018 e 2021: duas foram em 2018, três foram em 2019, uma foi em 2020 e duas publicadas em 2021. Notamos que, assim como os dois primeiros jornais aqui listados, este manteve o padrão de reproduzir materiais noticiosos de outros veículos de informação, inclusive de outros locais do Brasil. Observamos muito noticiamento de mortes de mulheres em acidentes de trânsito, de forma que revela também os perigos e imprudências dos e das motoristas nas estradas intermunicipais.

Quadro 2 - Dados levantados do jornal A Cidade de Ponta Porã

JORNAL A CIDADE DE PONTA PORÃ		
DATA	TÍTULO	AUTORIA
19/04/18	Criado em Ponta Porã o Dia Municipal de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher	Zadir de Souza
28/11/18	Audiência pública debateu ações conjuntas para combater violência contra a mulher na fronteira	Zadir de Souza
07/01/19	Mulher é executada a	Zadir de Souza

	tiros de pistola e filho de 16 anos fica ferido na fronteira	
07/03/19	3ª caminhada contra Violência marca "Mês da Mulher"	Zadir de Souza
06/03/20	Caminhada reforça combate ao fim da violência contra a mulher	Zadir de Souza
22/01/21	Marido mata a esposa e depois comete suicídio em Ponta Porã	Zadir de Souza
01/05/21	Mãe e filha são assassinadas a tiros em pontos diferentes da cidade	Zadir de Souza

Fonte: Produção nossa.

Dentre as notícias encontradas no jornal A Cidade, decidimos incluir também as publicações que pautavam acerca de debates e ações políticas que envolvem a temática do feminicídio e a violência contra a mulher. As notícias eram de acontecimentos locais, possuíam o contexto do município e também de Mato Grosso do Sul, porém eram oriundas da assessoria de imprensa da prefeitura. Das oito notícias, uma nos chamou atenção, pois a fonte principal era do site Porã News. Checamos que, atualmente, não existe mais porque era de propriedade e mantido pelo jornalista Léo Veras, muito atuante em Ponta Porã, e assassinado na própria casa por pistoleiros em fevereiro de 2020¹⁴.

¹⁴ "Jornalista brasileiro que denunciava tráfico de drogas é executado no Paraguai" (CARTA CAPITAL, 2020). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/jornalista-brasileiro-que-denunciava-trafico-de-drogas-e-executado-no-paraguai> . Acesso em: 17 jun. 2023.

O terceiro veículo jornalístico incluído em nosso levantamento, é o Jornal de Ponta. Nele havia apenas uma notícia publicada em 2021. Para tentar encontrar mais materiais, utilizamos outras palavras-chaves no sistema de buscas: “mulher assassinada”, “assassinada”, “executada”, porém ainda assim não obtivemos resultados. Esse jornal publica muito material de outras localidades, tanto de Mato Grosso do Sul, quanto de outros estados do Brasil.

Quadro 3 - Dados levantados do Jornal de Ponta

JORNAL DE PONTA		
DATA	TÍTULO	AUTORIA
20/08/21	Mulher é morta e enterrada no quintal de casa em MS; marido é principal suspeito	Marcio Blanco

Fonte: Produção nossa.

Entendemos que o jornal em questão pode ter sido criado recentemente, isso justificaria praticamente a inexistência do número de noticiamentos a respeito do tema no qual nos propomos a buscar. Na leitura que fizemos do material, foi possível identificar que o repórter se deslocou até o acontecimento, saindo da rotina que até agora temos visto de reprodução total oriunda de outros veículos. O texto também parece autoral, com demonstrações de que houve entrevistas feitas pelo repórter sobre o fato.

Quanto ao jornal Desperta Cidade, também encontramos uma única notícia mesmo utilizando as mesmas palavras-chaves que mencionamos anteriormente para tentar atingir outros resultados e não obtivemos. A única notícia que encontramos é de 2019. O site de notícias em questão tem materiais recentes sobre outras pautas, inclusive de caráter nacional, mas não sobre o tema que buscamos.

Quadro 4 - Dados levantados no Jornal Desperta Cidade

JORNAL DESPERTA CIDADE		
DATA	TÍTULO	AUTORIA

17/06/19	Jovem encontrada morta no milharal tem 18 anos e estaria grávida	Adilson Oliveira
----------	--	------------------

Fonte: Produção nossa.

Novamente as informações utilizadas na construção do texto foram baseadas no extinto Porã News, o que demonstra que o veículo era referência de cobertura dos acontecimentos da fronteira, sobretudo em pautas policiais. No entanto, apresenta contradições no que foi informado, ora diz que a vítima não foi reconhecida, ora indica o nome e a idade.

Em relação ao quinto site de notícias, Desperta Cidade, averiguamos que não apresentou nem um resultado nas buscas, mesmo quando tentamos com várias palavras-chaves encontrar algum material. A falta de noticiamento desse tipo de assunto chamou atenção, ainda mais por estar evidenciado que o site existe há 17 anos. Então, ao observar o portal de notícias como um todo, percebemos que não há material com pauta policial sob nenhuma circunstância. Os temas que apareceram nos conteúdos publicados eram em maioria políticos, também sobre eventos sociais que ocorreriam no município e textos produzidos por colunistas. Por isso entendemos que não é do interesse do referido jornal abordar sobre os casos de violência que acontecem na fronteira, fugindo do padrão de jornais que, normalmente, possuem a editoria de polícia para fazer esse tipo de cobertura especificamente.

Em continuidade do levantamento, no sexto jornal encontrado, Ponta Porã em Dia, a pesquisa também foi sucinta, com sete notícias encontradas. Referente ao recorte temporal, duas eram de 2022 e foram incluídas porque apresentavam atualização de informações sobre um caso de feminicídio que aconteceu em 2021. Ainda nesse sentido, identificamos apenas publicações de 2021, ou seja, cinco.

Quadro 5 - Dados levantados do jornal Ponta Porã em Dia

PONTA PORÃ EM DIA		
DATA	TÍTULO	AUTORIA
20/08/21	Mulher morta e enterrada	“redação”

	no quintal de casa avisou: "vou morrer"	
09/10/21	Chacina mata filha de governador de Amambay e mais 3	“redação”
13/10/21	"Minha filha estava no lugar errado e com a pessoa errada", diz governador de Amambay	“redação”
30/11/21	Execução ou assalto? Querida por todos, família e amigos tentam entender assassinato de agente de saúde em Ponta Porã	“redação”
22/12/21	Mulher é assassinada por supostos policiais em Sanga Puitã	“redação”
31/01/22	Acusado de matar mãe e filha em Ponta Porã usava documento paraguaio ao ser preso	“redação”
01/02/22	Assassino de mãe e filha em Ponta Porã é expulso do Paraguai, onde estava escondido	“redação”

Fonte: Produção nossa.

Apesar das matérias serem produzidas em 2021, observamos que dos veículos encontrados esse é o que demonstrou ter produção própria, ainda que utilizasse informações de outras fontes de notícias. Os textos não foram assinados

nominalmente, designando a autoria como “redação”, mas ainda assim foi possível notar certo esforço em entrevistar testemunhas, fontes institucionais, comparecer em coletivas de imprensa e construir a própria notícia com todas as informações obtidas. E também percebemos que os textos continham uma quantidade maior de parágrafos e detalhes sobre os acontecimentos, diferente dos veículos anteriores que reproduziam textos curtos, quase como se fossem apenas notas.

O sétimo jornal listado, Ponta Porã Digital, também não apresentou resultados diante da busca pelas palavras-chaves já utilizadas. O jornal possui a editoria de polícia, mas mesmo quando tentamos averiguar notícia por notícia, manualmente e direto na página da editoria, também não chegamos a casos locais de violência, tampouco sobre feminicídio ou morte de mulheres. A maioria dos conteúdos publicados também é sobre política, oriundas das assessorias de imprensa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em Brasília.

Numa análise ampla de todo o material recolhido, percebemos que das 51 notícias dos oito jornais - incluindo o objeto deste estudo, Ponta Porã Informa -, apenas quatro casos se repetem entre cinco deles, totalizando dez notícias, chamando-nos a atenção diante do volume do *corpus*. É baixa a quantidade de repetição de casos publicados, considerando que o município é pequeno e com número considerável de jornais locais, normalmente os jornais publicam notícias sobre um mesmo acontecimento em que cada um checou e construiu as informações da própria decisão editorial.

No tópico a seguir dispomos a descrição do objeto que é o foco deste trabalho, o jornal Ponta Porã Informa. Bem como a entrevista realizada com o proprietário e jornalista responsável por ele, junto com o material escolhido para análise.

4.2 Ponta Porã Informa

O veículo de notícias Ponta Porã Informa foi o oitavo jornal que encontramos em nossa busca preliminar e, ao realizar o levantamento inicial de dados na pesquisa de campo, foi nele que obtivemos o volume de material necessário. Conseguimos, também, atingir todo o período estipulado, de 2015 a 2021, e por isso o escolhemos como nosso objeto de estudo. Devido à complexidade do tema e da análise pretendida, foi necessário entrevistar o jornalista responsável, que

coincidentalmente também é o dono do jornal, Sebastião Prado. A entrevista foi realizada pessoalmente com perguntas formuladas antecipadamente, com visita ao local em que a redação está sediada. As respostas dadas pelo jornalista serão apresentadas ao longo da descrição e análises dos materiais, pois assim é possível responder às questões que levantamos empiricamente.

No total encontramos 27 notícias que se encaixavam no critério de serem sobre morte de mulheres por homicídio ou feminicídio. Havia outras inúmeras de mulheres em acidentes de trânsito fatais - principalmente quando utilizada a palavra-chave “mulher morre” -, como também noticiamento de mulheres assassinadas em outros locais, tanto em municípios sul-mato-grossenses, quanto em outros do Brasil. Na cronologia, em 2015 encontramos duas notícias; em 2016 registramos seis; em 2017 foram duas notícias; no ano de 2018 não houve publicação a respeito; em 2019, quatro notícias foram publicadas; já em 2020 foram sete; e em 2021 também encontramos seis.

Nesse momento do levantamento, devido ao material encontrado no Ponta Porã Informa, resolvemos incluir na listagem conteúdos noticiosos que surgiram a partir da palavra-chave “feminicídio” e encontramos notícias sobre os índices e debates produzidos pelas assessorias de imprensa ou agências de notícias. Com este teor encontramos três matérias, duas em 2019 e, como exceção, uma de 2022. As de 2019 não são ambientadas no contexto de Mato Grosso do Sul, sendo reprodução de *release* de órgãos nacionais. Enquanto que a de 2022 retrata especificamente sobre a temática no estado, com dados regionais, porém também oriunda de assessoria.

Quadro 6 - Dados completos levantados do jornal Ponta Porã Informa

PONTA PORÃ INFORMA		
DATA	TÍTULO	AUTORIA
08/09/15	Funcionária é morta a tiros na porta da escola em Ponta Porã, foi amante por mais de dez anos	“webmaster”

08/12/15	Casal é alvejado por assaltantes em Ponta Porã	“webmaster”
07/02/16	Mulher baleada em boate pelo ex não resiste aos ferimentos e morre	“webmaster”
04/05/16	Em Ponta Porã, mãe é esfaqueada pelo ex marido ao defender bebê que ele pretendia matar	“webmaster”
09/06/16	Investigação da execução de casal segue e nem familiares falam sobre o caso	“webmaster”
01/10/16	Mulher é assassinada a tiros dentro de residência na fronteira	“webmaster”
25/11/16	Fronteira: Mulher é atacada e morta a facadas	“webmaster”
15/12/16	Assassino tenta justificar feminicídio de médica por "diferença salarial"	“webmaster”
08/06/17	Irmãs sequestradas são encontradas queimadas e sem cabeça	Dora Nunes
24/12/17	Na fronteira, mulher morre ao ter cabeça esmagada	“webmaster”

	por pedra	
08/03/19	Feminicídios antecedem o Dia Internacional da Mulher	“webmaster”
26/11/19	Falta de autonomia é barreira no combate à violência contra a mulher	“webmaster”
14/11/19	Suspeita de encomendar execução, mulher é morta a tiros na fronteira	“webmaster”
23/12/19	Homem mata mulher a facadas em briga depois de festa	“webmaster”
06/01/20	Mulher baleada após discussão morre no hospital em Ponta Porã	“webmaster”
21/05/20	Casal é preso por assassinato de mulher esfaqueada no pescoço em Ponta Porã	“webmaster”
25/08/20	Pai é principal suspeito de estuprar menina que morreu na fronteira	Dora Nunes
10/09/20	Corpo de mulher é encontrado em bairro de Ponta Porã	Dora Nunes
30/09/20	Em Ponta Porã, pistoleiros atacam casal a	Tião Prado

	tiros de pistola	
04/12/20	Mulher luta com estupradores, mas morre com facada no pescoço em Pedro Juan Caballero	Dora Nunes
05/12/20	Homem e filha de 9 anos morrem no hospital após atentado em Sanja Pytã	Tião Prado
04/05/21	AGORA: Duas mulheres são assassinadas em Ponta Porã	Dora Nunes
12/05/21	Homem que matou mãe e filha segue foragido uma semana após duplo feminicídio em Ponta Porã	Dora Nunes
08/06/21	Paraguaio é condenado a 25 anos por assassinato de ex mulher na fronteira	Dora Nunes
02/12/21	Em Ponta Porã: Polícia segue sem pistas sobre assassinato de agente de saúde	Tião Prado
21/12/21	Em Sanga Puitã, atiradores se passam por policiais e executam mulher a tiros	Tião Prado
25/12/21	Grávida de gêmeos é morta no lugar do marido	Dora Nunes

	em Ponta Porã e bebês são salvos após cirurgia	
02/06/22	Vítimas dos 11 aos 80: Estudo retrata a hedionda cultura de matar mulheres em MS	Dora Nunes

Fonte: Produção nossa.

O que mais chamou a atenção nesse jornal é a origem das notícias publicadas, mais de 70% eram reprodução total de outros veículos, agências de notícias ou assessorias de imprensa. E, nos casos selecionados, a maioria são de jornais sediados em Campo Grande. As poucas autorais que encontramos são as escolhidas para compor o *corpus* de análise. Ainda que tivessem assinatura, já que algumas continham “*webmaster*” como autoria, também incluíam os créditos do jornal cujo texto foi retirado, e cogitamos que foi postada até por alguém não-jornalista. Ou seja, apesar do jornal estar sediado no município, ter proximidade com os acontecimentos locais, ainda assim a produção foi centrada em reprodução total de outras fontes de informação, até mesmo de jornais locais, mas sem apresentar indícios de checagem ou averiguação própria.

Quanto a essa observação, ao ser questionado sobre o processo produtivo das notícias, Sebastião Prado (2023) respondeu que contratou uma empresa de Rondonópolis (Mato Grosso) para alimentar o site com informações nacionais e de outros estados do Brasil, enquanto que os acontecimentos regionais e locais são publicados por uma jovem residente em Amambai - outro município fronteiro de Mato Grosso do Sul -, que os escolhe e reproduz de outros jornais, principalmente de Campo Grande, e não é jornalista, exatamente como supúnhamos. Além disso, Prado (2023) também contou que existem acordos com prefeituras de outros municípios do estado para publicar materiais produzidos pelas assessorias de imprensa.

Diante do questionamento sobre como as pautas locais chegam ao jornal e de que maneira é feita a apuração ou acompanhamento do caso, principalmente quando a pauta é policial e envolve homicídio - não apenas feminicídio -, Prado

(2023) afirmou que é por meio de mensagens recebidas em grupos de WhatsApp, tanto entrevistas quanto fotografias do ocorrido. E, quando acha pertinente e necessário, vai até o local pessoalmente para cobrir o fato. No entanto, o jornalista contou que prefere fazer a apuração à distância e se envolver pouco, pois considera perigoso aprofundar a pauta ou buscar mais informações além do que já foi exposto por testemunhas ou policiais.

Durante a visita ao local em que o Ponta Porã Informa tem como sede, percebemos que tem pouca estrutura física. O ambiente foi construído na varanda da residência de Sebastião, sendo uma única sala que reúne uma mesa de tamanho médio posicionada no centro do ambiente e quatro cadeiras, alguns microfones dispostos e que são utilizados para as transmissões *online* de entrevistas. Também há outra mesa para o computador e a mesa de controle das câmeras. No canto direito há um sofá de dois lugares, com um banner escrito o nome do jornal pendurado na parede. Enquanto que no canto esquerdo há uma prateleira com objetos decorativos que o jornalista reuniu ao longo dos anos. Também há um *chroma key*¹⁵ na parede para os programas transmitidos na página do *Facebook*.

Outro apontamento importante a ser feito é a respeito da fonte de renda. O jornal é sustentado pela venda de anúncios, tanto no site, quanto propagandas publicadas na página e em transmissões. A relação de proximidade entre o Sebastião e os anunciantes é amigável, mencionada pelo próprio durante a entrevista ao contar sobre um caso de feminicídio, inclusive analisado neste trabalho, que aconteceu dentro de um supermercado e é anunciante do veículo. A relação comercial se manteve até o momento da entrevista, que foi agendada para acontecer depois que ele finalizasse a produção de vídeos que anunciariam as promoções do estabelecimento naquele dia.

Em outro momento, a proximidade entre o jornal e o leitor transparece novamente quando Prado (2023) relatou sobre um falso sequestro, cuja vítima era familiar de um amigo, e tinha sido noticiado por outro veículo. Na ocasião, o amigo entrou em contato com ele para que verificasse a veracidade da notícia com fontes policiais, pois a avó da vítima apresentou sintomas de infarto ao receber a informação. Ou seja, há preocupação em manter as relações de proximidade estabelecidas entre o jornal como sujeito, o próprio Prado, e os leitores por meio da

¹⁵Técnica utilizada para colocar uma imagem sobre a outra, presente para inserir fundos específicos em programas de televisão ou efeitos especiais/visuais em produções de entretenimento.

“política da boa vizinhança”, onde cada um ocupa o espaço de entrelaçamento que pode estar presente em veículos interioranos, com interesses compartilhados entre eles - seja como fonte de renda, fonte de informação ou relação pessoal.

No tocante à “política de boa vizinhança”, Prado (2023) mencionou também as experiências de ser jornalista na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e os perigos que rondam os profissionais. Ele considera perigoso atuar na região e lembrou dos colegas que já foram mortos pela máfia por serem considerados uma ameaça às atividades ilegais. A violência contra os jornalistas faz parte da rotina, pois Sebastião apresentou mais de um relato que havia sido ameaçado em decorrência de alguma publicação feita no Ponta Porã Informa.

Por exemplo, o cara que matou o Jorge Rifaat, o núcleo dele é muito forte, aí um dia tinha uma matéria e eu publiquei no caderno em castelhano. A matéria teve 35 mil visualizações. Aí eu, que fico acordado durante a madrugada, atendi uma ligação, “você pode não acreditar, nós manda avisar você pra esquecer dele. Você publicou uma matéria assim assim, então você tira do ar, porque se começar a se meter com nós, nós vamos aí na sua casa e vamos matar até seu cachorro”. Aí eu falei que tirava, mandei pra ele que tinha tirado (Prado, 2023, em entrevista).

Uma característica da rotina de trabalho que se tornou mais evidente após a entrevista com Sebastião e que foi verificada na análise das notícias é a respeito da relação entre a imprensa e as fontes policiais. Segundo Prado (2023), é raro que as autoridades da polícia o atendam para realizar alguma entrevista ou checagem de informações, ficando restritas ao anonimato quando as fornecem durante a apuração do acontecimento. Foi possível constatar, em relação às notícias que estudamos, que a maioria não apresentava indícios de fontes policiais consultadas. Quando questionado sobre procurar os órgãos de segurança para receber informações sobre casos de feminicídio, Prado foi enfático:

Não dá. Primeiro que eles não atendem a gente. Esses dias quase saí preso de lá. Eu não lembro o que tinha e eu queria falar com a delegada, aí ligava lá e não atendia. Aí pedi um horário para eu ir, cheguei, tentei falar e o cara me ameaçou prender por desacato (Prado, 2023, em entrevista).

Como o material levantado é extenso, foi necessário realizar um recorte de amostras a serem analisadas: das 27 notícias encontradas a partir das palavras-chaves, fizemos duas separações. Primeiro, selecionamos as notícias que apresentavam circunstâncias de feminicídio na descrição do acontecimento e obtivemos vinte notícias. Dessas, escolhemos as que eram de produção autoral, que totalizaram seis. As outras quatorze notícias eram reproduções totais de outros

jornais *online* de Campo Grande. Não nos pareceu interessante incluí-las na análise, pois perderia a característica primordial: ter produção local. Uma notícia replicada na íntegra de outro veículo não elucida o processo jornalístico que buscamos, nem possui os contornos fronteiriços que nos interessa para responder nossas perguntas de pesquisa.

As notícias selecionadas para serem analisadas constam no quadro abaixo.

Quadro 7 - Dados levantados do jornal Ponta Porã Informa

Ponta Porã Informa		
DATA	TÍTULO	AUTORIA
07/02/16	Mulher baleada em boate pelo ex não resiste aos ferimentos e morre	Dora Nunes
01/10/16	Mulher é assassinada a tiros dentro de residência na fronteira	Dora Nunes
08/06/17	Irmãs sequestradas são encontradas queimadas e sem cabeça	Dora Nunes
24/12/17	Na fronteira, mulher morre ao ter cabeça esmagada por pedra	Dora Nunes
06/01/20	Mulher baleada após discussão morre no hospital em Ponta Porã	Dora Nunes
04/05/21	AGORA: Duas mulheres são assassinadas em Ponta Porã	Dora Nunes

Fonte: Produção nossa.

Apesar do recorte temporal ter sido escolhido a partir de 2015, a notícia mais antiga e de produção do próprio jornal é datada de 2016. O que não é considerado perda de material, até porque nesse ano a tipificação do feminicídio já estava em vigor, com possibilidade de facilitar a identificação de um homicídio motivado por misoginia ou não.

Quanto à análise, será feita em dois momentos: os critérios técnicos de uma notícia, seguindo características presentes em notícias: editoria, autoria, fontes de informação, personagens, fotografias e quantidade de linhas - cujo objetivo é compreender o “tamanho” do texto e se caberia como notícia a partir do que está disposto. E questionamentos empíricos sobre o conteúdo da notícia, buscando responder: se houve identificação do contexto de feminicídio; se a morte foi considerada como feminicídio no título ou no corpo do texto; se houve cobertura dos desdobramentos do acontecimento; se há culpabilização da vítima ou atenuamento do assassinato usando justificativas, por exemplo: estava alcoolizado; se apenas aparece a vítima na notícia ou há algum destaque para quem cometeu o feminicídio, etc. A metodologia para a análise foi apenas inspirada na Análise de Conteúdo (AC), mas a criação das categorias e desenvolvimento analítico foram de autorias nossas em um esforço involuntário e despretensioso em reproduzir os procedimentos metodológicos da AC.

Figura 2 - Print Screen do título da primeira notícia

Início > Notícias > P. Porã:Mulher baleada em boate pelo ex não resiste aos ferimentos e...

P. Porã:Mulher baleada em boate pelo ex não resiste aos ferimentos e morre

By webmaster 12:20 - 07/02/2016

Disponível

em:

<https://www.pontaporainforma.com.br/p-pora-mulher-baleada-em-boate-pelo-ex-nao-resiste-aos-ferimentos-e-morre/> Acesso em 5 jun. 2023.

Juiz negou pedido de prisão preventiva de suposto autor.

Por: Dora Nunes com informações Poranews.

A mulher identificada como Adriana de Mattos dos Santos, de 22 anos, baleada em uma boate de Ponta Porã na quinta-feira, dia 4, não resistiu aos ferimentos e morreu Dourados na tarde de ontem, sábado, dia 6.

Segundo uma testemunha, o ex marido da vítima, identificado como Sirlei Marques da Silva, é o acusado de ter cometido o crime.

O pedido de prisão preventiva do suposto autor, segundo informações, teria sido solicitado a justiça de Ponta Porã e esta teria negado o que dá o benefício ao autor de se apresentar e responder o homicídio em liberdade.

O suposto autor não aceitava a separação e constantemente ameaçava a ex mulher. (Nunes, 2016)

Categorias técnicas:

- Editoria: Polícia

- Autoria: Dora Nunes
- Quantidade de linhas: Nove
- Fontes de informação: Testemunha e possível fonte policial
- Tem fotografia? Sim, é a fachada de uma casa
- Personagens: A vítima; uma testemunha anônima; autor do assassinato.

Categorias empíricas:

- Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, apesar de ser uma notícia de 2016, não há qualquer menção ao crime de feminicídio, mas cita homicídio.
- Há contexto de um caso de feminicídio? Sim, sobretudo ao mencionar que haviam ameaças constantes por não aceitar o fim do relacionamento.
- Houve atualização de informações ou desdobramentos? Em todo o levantamento feito, não constou nem uma notícia a esse caso anteriormente - ainda que fosse publicado como reprodução total de outro veículo.
- A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Apesar do local em que a mulher foi baleada estar em evidência no título, uma boate, aparenta que a escolha foi para contextualizar sobre qual caso estava sendo referido. No entanto, não há notícias anteriores que citam esse acontecimento em específico. É caro citar que o contexto reluz sobre a violência contra a mulher quando há informações de que a vítima era constantemente ameaçada, caracterizando um caso de feminicídio num período em que a lei já era válida e mesmo assim não é sequer citada.

Neste momento é importante mencionar que durante a entrevista realizada com Sebastião Prado (2023), perguntamos se as pessoas que trabalhavam no jornal eram jornalistas e ele afirmou que não, ainda citou que a pessoa que mais o ajuda a alimentar o jornal com notícias locais é sua mulher, Dora Nunes, que é advogada. Ou seja, é questionável que alguém trabalhe com o Direito e ainda assim não utilize a nomenclatura de leis e crimes previstos no Código Penal. Assim como não houve publicação anterior acerca desse caso analisado, também não houve uma posterior que atualizasse sobre a investigação, ou se o juiz alterou a decisão para autorizar a prisão preventiva dado o contexto do crime. Para além disso, assim como Prado

(2023) afirmou que as pautas e acontecimentos chegam até ele por meio do WhatsApp, o conteúdo textual encontrado indica que o processo de apuração foi feito baseado no relato recebido por uma testemunha anônima.

Figura 3 - Print Screen do título da segunda notícia

Início > Notícias > Mulher é assassinada a tiros dentro de residência na fronteira

Mulher é assassinada a tiros dentro de residência na fronteira

By **webmaster** 23:00 - 01/10/2016

Disponível

em:

<https://www.pontaporainforma.com.br/mulher-e-assassinada-a-tiros-dentro-de-residencia-na-fronteira/>

. Acesso em: 5 jun. 2023.

Suspeito do assassinato seria o ex marido

Por: Dora Nunes

Na noite de sábado, dia 01, por volta das 20h40min, uma mulher foi morta a tiros dentro de sua própria casa e tudo indica que o autor do crime seja seu ex marido.

De acordo com o site Sinfronteras, a vítima identificada como Lilian Raquel Martinez estava em sua casa situada no bairro Virgem de Caacupê, na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, fronteira com Ponta Porã-MS, na companhia de seus filhos, momento em que chegou Fabio Lezmo Benitez, seu ex marido e após uma discussão, sacou uma arma de fogo e disparou contra Lilian que morreu na hora.

A vítima já tinha representado contra o autor várias vezes pelas constantes ameaças que sofria.

Vizinhos relataram que dias atrás, tiros foram disparados contra a residência de Lilian.

Policiais procuram pelo suposto autor do homicídio. (Nunes, 2016)

Categorias técnicas:

- Editoria: Polícia.
- Autoria: Dora Nunes.
- Quantidade de linhas: Nove.
- Fontes de informação: Sinfronteras (possivelmente outro veículo), testemunhas e policiais.
- Fotografia: São três, uma da fachada da casa e com viaturas da polícia e outras pessoas, uma da vítima que aparentemente foi retirada de rede social, e uma do corpo da vítima ensanguentado e deitado no chão.

- Personagens: a vítima, a polícia, testemunha, o assassino, os filhos da vítima.

Categorias empíricas:

- Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Assim como a notícia anterior, menciona-se apenas como homicídio, mesmo que já houvesse a lei do feminicídio.
- Há contexto de um caso de feminicídio? Sim, a notícia descreve contexto de violência contra a mulher, menciona o suspeito como sendo o ex companheiro da vítima e a maneira que ela foi morta - dentro de casa e com os filhos presentes.
- Houve atualização de informações ou desdobramentos? Ao longo do levantamento realizado, não foi publicada qualquer atualização sobre o caso, nem se a polícia encontrou o suspeito na busca que Nunes (2016) cita no texto.
- A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios textuais de culpabilização da vítima, mas o autor recebeu menos ênfase do que a vítima ao decorrer da história. O conteúdo da notícia leva a crer que foi por motivo passional, por serem ex companheiros e terem discutido antes do crime ser cometido.

Esse caso chama atenção para um caráter mórbido da construção noticiosa fronteira ao publicar uma foto nítida da vítima, causando a revitimização, pois nem depois de estar morta teve sua dignidade respeitada e poupada. A vítima não pode se defender de ter sua imagem degradada para si ou para familiares que podem ter acessado a publicação e encontrado uma fotografia dela em estado tão vulnerável.

Figura 4 - Print Screen do título da terceira notícia

Início > Notícias > Na fronteira, mulher morre ao ter cabeça esmagada por pedra

Na fronteira, mulher morre ao ter cabeça esmagada por pedra

By **webmaster** 10:10 - 24/12/2017

Disponível

em::

<https://www.pontaporainforma.com.br/na-fronteira-mulher-morre-ao-ter-cabeça-esmagada-por-pedra/>

Acesso em: 5 jun. 2023

Rosto da vítima ficou irreconhecível

Por: Dora Nunes

Na manhã de domingo, dia 24, por volta das 06h30min, foi encontrado o corpo de uma mulher que teve sua cabeça esfacelada por uma pedra.

De acordo com informações, populares avistaram o corpo da mulher na Rua Urundey, no bairro General Genes, na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, fronteira com Ponta Porã-MS, e acionaram a polícia que esteve no local e constatou a brutalidade do crime.

O médico legista Gustavo Galeano e o promotor de Justiça Martin Areco realizaram os procedimentos legais e o corpo foi levado ao IML da cidade paraguaia, onde foi identificada pelos familiares como Anastácia Aparecida Medina Ortiz de apenas 21 anos. (Nunes, 2017)

Categorias técnicas:

- Editoria: Polícia
- Autoria: Dora Nunes
- Quantidade de linhas: Oito
- Fontes de informação: Policiais, médico legista, promotor de Justiça
- Fotografia: Apenas uma, cujo corpo da vítima aparece deitado no chão e na frente de uma viatura da polícia.
- Personagens: a vítima, policiais, médico legista, promotor de Justiça.

Categorias empíricas:

- Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, apesar do contexto da notícia ser sobre um corpo assassinado, sequer menciona o próprio homicídio como possibilidade.
- Há contexto de um caso de feminicídio? No texto não é possível identificar quais foram as circunstâncias da morte da mulher. A possibilidade de um feminicídio existe pela maneira que ela foi encontrada, com o rosto desfigurado por pedradas.
- Houve atualização de informações ou desdobramentos? Não, mesmo no levantamento realizado não encontramos novas publicações a respeito desse caso específico.
- A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios de culpabilização, pois sequer o contexto da

morte foi esclarecido para que houvesse um suspeito ou motivação para o crime.

Esse caso apresenta o caráter mórbido ao anexar uma fotografia exposta do corpo da vítima, de maneira que a revitimiza. A dignidade e o cuidado com a história dela não foi considerado nem para adicionar um borrão no rosto ensanguentado e aparente da fotografia. Para além disso, as informações inseridas no corpo noticioso parecem uma descrição de boletim de ocorrência e obituário, sobretudo por não apresentar desdobramentos que esclarecessem aos leitores acerca do acontecimento. Um corpo foi encontrado, o rosto estava desfigurado, familiares fizeram o reconhecimento e só - nada a mais. Qual era a história dessa mulher? Por que não decidiram não mostrar explicitamente a condição vulnerável em que ela estava? Ela será revitimizada sempre que uma pessoa abrir a publicação e vê-la na fotografia.

Figura 5 - Print Screen do título da quarta notícia

Início > Notícias > Fronteira: Irmãs sequestradas são encontradas queimadas e sem cabeça

Fronteira: Irmãs sequestradas são encontradas queimadas e sem cabeça

By **webmaster** 08:20 - 08/06/2017

Disponível

em:

<https://www.pontaporainforma.com.br/fronteira-irmas-sequestradas-sao-encontradas-queimadas-e-sem-cabeca/> Acesso em: 6 jun. 2023.

Corpos estavam na carroceria de uma caminhoneta em Ybype na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero

Por: Dora Nunes

Na madrugada dessa quinta-feira, dia 08, por volta das 01h30min, numa estrada vicinal na região de Ybype, próximo a ruta V, em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia que faz fronteira com Ponta Porã – MS, foi encontrada uma caminhoneta queimada com dois corpos na carroceria.

De acordo com informações do site Radio Oasis FM, algumas pessoas viram um fogo, avisaram os bombeiros que de imediato se dirigiram até o local e ao conter as chamas observaram dois corpos na carroceria da caminhoneta que coincidia com as características do carro onde estavam homens que sequestraram duas irmãs na tarde de quarta-feira, dia 07.

Os familiares reconheceram os corpos como os das jovens sequestradas Fabiana Aguayo Baez e Adriana Aguayo Baez, onde vários homens armados a bordo de uma camionete branca tipo Mitsubishi Triton e

encapuzados invadiram a residência, mataram um cachorro com três disparos de pistola 9mm e sequestraram as duas irmãs. Além de queimados, os corpos estavam decapitados e dentro da carroceria foi encontrado uma motosserra e um machete. (Nunes, 2017)

Categorias técnicas:

- Editoria: Polícia
- Autoria: Dora Nunes
- Quantidade de linhas: Treze
- Fontes de informação: Rádio Oasis FM, testemunhas, familiares.
- Fotografia: São duas fotografias, uma mostra a camionete queimada e a outra expõe os corpos carbonizados na carroceria do veículo.
- Personagens: as vítimas, familiares e testemunhas ocultas na descrição

Categorias empíricas:

- Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, há apenas a menção ao sequestro das vítimas e a morte do cachorro de estimação.
- Há contexto de um caso de feminicídio? Não, como também não são evidenciadas as circunstâncias que poderiam motivar o sequestro e o assassinato das vítimas.
- Houve atualização de informações ou desdobramentos? Novamente, durante todo o levantamento realizado no Ponta Porã Informa, não encontramos conteúdo com atualizações sobre esse caso.
- A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios de culpabilização das vítimas, nem referência sobre possíveis justificativas para o crime ter acontecido com tanta brutalidade. E, ainda assim, observamos a revitimização das irmãs, pois há fotografia que evidencia os corpos carbonizados dentro da carroceria. É possível identificar até mesmo a posição em que foram colocadas antes de terem ateadado fogo. De que maneira uma imagem assim respeita as vítimas? Mais além, publicá-las é necessário para qual finalidade?

Diante do questionamento que fizemos na entrevista com Prado (2023) sobre fotografias mórbidas, ele afirmou que não as utiliza - ainda que antes assim o fizesse para obter audiência no site. Também contou que algumas famílias já entraram em

contato pedindo para que as fotografias fossem apagadas e ele retirou a própria notícia do ar, “a gente evita, coloca na maioria das vezes umas fotos sem mostrar nada” (PRADO, 2023, entrevista). Além do que considera ser ético não veicular imagens mórbidas, Prado (2023) pontuou sobre a restrição que as redes sociais impõem quanto às publicações com teor sensível.

Apesar do que considera ser um cuidado em não veicular imagens explícitas dos corpos de pessoas mortas, verificamos em três notícias diferentes que estão incluídas no conteúdo, seja para obter mais visibilidade e acessos, seja para revitimizar as vítimas - ainda que sem intenção óbvia.

Figura 6- Print Screen do título da quinta notícia

Início > Notícias > Mulher baleada após discussão, morre no hospital em Ponta Porã

Mulher baleada após discussão, morre no hospital em Ponta Porã

By webmaster 09:15 - 06/01/2020

Disponível

em:

<https://www.pontaporainforma.com.br/mulher-baleada-apos-discussao-morre-no-hospital-em-ponta-porã/> Acesso em: 6 jun. 2023

Discussão teria sido pelo roubo de um celular

06/01/2020 09h15 – Por: Dora Nunes

Derly Fernandes Nogueira, de 55 anos, faleceu nessa segunda-feira, dia 06, no Hospital Regional de Ponta Porã, após ser vítima de tiros disparados após uma discussão por causa de um roubo de celular.

A vítima foi alvejada no domingo (5), após uma discussão. A mulher teria sido atacada por um homem que estava em um veículo prata, na rua Belo Horizonte, próximo ao bairro Panambi. O homem, durante a discussão, sacou uma arma e disparou contra Derly que foi atingida duas vezes no peito. Ela foi socorrida pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e levada ao Hospital Regional onde estava internada.

O caso é investigado pela Polícia Civil de Ponta Porã (Nunes, 2020).

Categorias técnicas:

- Editoria: Polícia
- Autoria: Dora Nunes
- Quantidade de linhas: Oito
- Fontes de informação: Testemunhas, possivelmente socorrista do SAMU, assessoria do Hospital Regional ou conhecidos da vítima.
- Fotografia: Imagem genérica de uma arma de fogo disparando um tiro.

- Personagens: A vítima, o assassino e as instituições SAMU e Hospital Regional.

Categorias empíricas:

- Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, na verdade essa notícia foi escolhida sob uma névoa de dúvidas a respeito do contexto da morte, pois não deixa claro se a vítima foi assassinada após ter o celular roubado e ela reagiu ou se o motivo foi a discussão sobre um roubo de celular - dela ou de outra pessoa.
- Há contexto de um caso de feminicídio? Devido a ambiguidade das informações, é possível dizer que sim ou que não. Sim, para o caso de a morte ter sido cometida por causa da discussão e, movido pela raiva, atirado contra a vítima para matá-la. Não, para o caso de ser um roubo seguido de morte, em virtude da reação da vítima.
- Houve atualização de informações ou desdobramentos? Assim como nos casos anteriores, não. Em nenhum momento houve nova publicação com o que foi apurado sobre a morte da vítima, tampouco noticiamento anterior sobre as circunstâncias do roubo do celular.
- A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios de culpabilização da vítima, pouco se sabe sobre o autor dos disparos para que ele obtivesse a relevância. O texto, em sim, parece uma descrição do fato como se fosse para registro de boletim de ocorrência, com data, hora e local evidenciados. Nessa matéria, ao menos, não há imagens que revitimizem a mulher assassinada. No entanto, faltam elementos para compreender o que aconteceu antes da morte para classificar, ou não, como feminicídio.

Figura 7- Print Screen do título da sexta notícia

Início > Polícia > AGORA: Duas mulheres são assassinadas em Ponta Porã

AGORA: Duas mulheres são assassinadas em Ponta Porã

By Dora Nunes 08:00 - 04/05/2021

Disponível

em:

<https://www.pontaporainforma.com.br/agora-duas-mulheres-sao-assassinadas-em-ponta-pora/>

Acesso em: 6 jun. de 2023.

A redação do site Pontaporainforma recebeu a notícia de que uma moça foi assassinada a tiros quando chegava no Hospital Regional de Ponta Porã. As primeiras informações são de que a mulher se chama Anália e seria funcionária do hospital. Estava chegando para trabalhar.

Logo depois, veio a informação de que uma outra mulher foi assassinada em um supermercado e que essa vítima seria mãe de Anália, morta a tiros na frente do hospital.

Breve maiores informações (Nunes, 2021).

Categorias técnicas:

- Editoria: Polícia
- Autoria: Dora Nunes
- Quantidade de linhas: Seis
- Fontes de informação: Testemunhas e possivelmente a polícia.
- Fotografia: Duas imagens, uma com o corpo da mulher coberto por um lençol deitado na calçada e outra da viatura da polícia no supermercado.
- Personagens: as vítimas.

Categorias empíricas:

- Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, menciona apenas o assassinato de duas mulheres, com ênfase no “agora” presente no título.
- Há contexto de um caso de feminicídio? No corpo da notícia não se fala em feminicídio, ou assalto, ou morte encomendada. Apenas menciona quem eram as vítimas a partir de indicações de fontes, possivelmente conhecidas das vítimas.
- Houve atualização de informações ou desdobramentos? Essa foi a única notícia que obteve publicação posterior com mais detalhes do acontecimento, porém era reprodução de um veículo de Campo Grande que o cita como caso

de feminicídio logo no título, inclusive aponta o assassino de ambas as vítimas.

- A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? O texto é curto e com informações breves e superficiais sobre o acontecimento. Muito se assemelha com uma pequena chamada sensacionalista em redes sociais para gerar cliques e audiência. Outro apontamento a ser feito é sobre a fotografia publicada de uma das vítimas: retira a dignidade e a história quando a expõe deitada em uma calçada e com um lençol qualquer por cima para esconder o corpo. Estar com algo tampando não reduz a revitimização da mulher, uma vez que ela está em um cenário de vulnerabilidade extrema.

Como demonstrado e analisado nas notícias, a estrutura textual segue a mesma em ser descritiva sobre o acontecimento, quase como se fosse um relatório de boletim de ocorrência. Nesse sentido, ao ser questionado se escolhe as notícias que serão publicadas, Prado (2023) respondeu que “Sim e não. Eu não acabo escolhendo, eu não publico praticamente nada. Eu publico o fato, conto a história, tipo ‘tal hora, assim assim, um carro parou na esquina e os pistoleiros vieram na moto e mataram o cara, fugiram e a polícia está no local’”. E os textos utilizados na análise deste trabalho seguem exatamente essa forma de narração.

É importante mencionar sobre a ausência da palavra “feminicídio” nos casos escolhidos, como também pelo teor passional quando as circunstâncias do assassinato são descritas e há o suspeito presente na narrativa - “ele não aceitava o fim do relacionamento”. Não se fala sobre feminicídio, mas contextualiza que haviam ameaças feitas pelo assassino, ou histórico de violência doméstica e até casos em que boletins de ocorrência foram registrados. Enquanto que nos casos que somente corpos de mulheres haviam sido encontrados não foi produzida nem uma atualização sobre as investigações, ou checagem do acontecimento para que os leitores pudessem compreender o todo da notícia. As mulheres foram reduzidas a corpos vistos por aí, em rua tal, com tais ferimentos.

O questionamento precisa ser reforçado: se as notícias publicadas foram escritas por uma profissional do Direito, conhecedora das leis e com competência para identificar um crime pelas características que são apresentadas, por que não o

nomeou? Dos anos averiguados na análise, de 2016 a 2021, a publicação sobre acontecimento que cita feminicídio no texto é oriunda de um jornal de Campo Grande, cujo material foi inteiramente reproduzido e, por isso, não pôde compor o *corpus* deste trabalho. Uma possibilidade é que, devido ao receio de se expor à periculosidade, a autora do texto decidiu ocultar a tipificação do crime como feminicídio. No entanto, ao ser perguntado se era perigoso noticiar casos de feminicídio tanto quanto é perigoso publicar sobre outros assassinatos, Prado (2023) foi enfático ao dizer que não recebeu ameaças por ter noticiado a morte de uma mulher, ao contrário do que já aconteceu em outros momentos.

A respeito da ausência de publicações que apontem os desdobramentos e atualizações dos casos, “a gente não recebe. Se você ligar e pedir para os caras, você acaba ficando nervoso e se fala alguma coisa te ameaçam”, disse Prado (2023). E quando perguntado sobre apuração de notícias de feminicídio buscando fontes oficiais da polícia civil e militar, ou boletim de ocorrência, ele complementou: “não dão nada. Olha os sites todos, você não vê nada deles”. Prado (2023) confirmou novamente que as informações publicadas são as que recebe por WhatsApp. Ou seja, a relação entre os órgãos de segurança e os jornalistas da fronteira é estreita e distanciada, com pouca comunicação. Outro apontamento feito por Prado (2023) é sobre a não divulgação de julgamentos ou andamento de processos nas instâncias jurídicas pelas assessorias, ficando restrita aos envolvidos, sem espaço para a imprensa.

Ademais, Prado (2023) disse que não faz mais rondas em delegacias para obter pautas policiais e considera a fronteira um ambiente perigoso para os jornalistas. Antes de utilizar os grupos de *WhatsApp* como fonte de informação, ele precisava se deslocar até os locais e lidar com diferentes situações, por vezes arriscadas para si e para a família.

Quanto à falta de cobertura de um acontecimento, com mais de uma notícia contendo atualizações, ou de utilizar notícias reproduzidas integralmente de outros veículos noticiosos, Prado (2023) contou que prefere não fazer, “ali eu só dou que o cara morreu, o que aconteceu e como foi”, quase um obituário. E completou:

De vez em quando a gente até pega alguma coisa. Eu conheço o Helio do Campo Grande News e de vez em quando pego alguma coisa. Eu já falei pra ele que não faria nada aqui, aí ele disse que poderia pegar o texto desde que colocasse o crédito. Aí eu coloco no site. E quando o dele está muito pesado, eu pego do Midimax, porque aí você tira das suas costas qualquer tipo de informação. Aqui é complicado. E outra, eu nunca perguntei

para eles como eles conseguem as informações, a gente não consegue tudo, entendeu? Acontece um negócio aqui e tem vezes que o Campo Grande News publica. Quando aconteceu tal coisa, eu abro pra dar uma olhadinha no site deles (Prado, 2023, entrevista).

A justificativa dada por Prado (2023) é que precisa se proteger de alguma forma, mesmo que as pessoas envolvidas nas máfias presentes na fronteira o respeitem e não tenham ido para além de ameaças. Mesmo quando outros jornalistas de Campo Grande utilizam informações apuradas por ele, ou fotografias, prefere não aparecer nos créditos, pois já foi ameaçado em outros momentos e teve colegas de profissão que foram mortos.

Quando perguntado sobre a própria impressão a respeito da quantidade de feminicídios que acontecem, principalmente os que se tornam notícia, Prado (2023) respondeu que considera que há muitos casos de morte de mulheres e cometidos por ex-companheiros. Dentre as circunstâncias, Prado (2023) disse que os homens se sentem no direito de mandar matar, ou eles mesmos matarem, quando a mulher termina o relacionamento, ainda mais quando os homens proporcionam alguma qualidade de vida a elas. E também considerou que acontecem mais feminicídios na classe C, mesmo que a violência contra a mulher perpassasse por todas as camadas e classes sociais.

Uma importante observação que deve ser apontada é a respeito da interseccionalidade que buscamos identificar entre as mulheres que tiveram as mortes noticiadas. Todas eram da fronteira, com residência e vida ativa na comunidade que estavam presentes, preenchendo o caráter da geolocalização que Carrera (2020) cita como eixo na roda interseccional. No entanto, não é possível fazer outras classificações a respeito de raça ou etnia, por não estarem descritas nos textos, tampouco era identificável por fotografias. No que tange à classe a que elas pertenciam, podemos cogitar que eram trabalhadoras e poderiam estar localizadas na classe baixa e média.

Considerações finais

A proximidade e a convivência com a cultura miscigenada de Ponta Porã permitiu que fosse possível enxergar as qualidades e as problemáticas de um espaço multicultural. Por possuir a própria territorialidade e identidade que sustentam uma riqueza de tradições e características particulares, podemos dizer que também baseiam preconceitos e violências oriundas de um processo histórico e social. Mesmo que este trabalho tenha discutido sobre uma violência contra a mulher, ainda existe o racismo, a xenofobia, o classicismo, a homofobia e tantas outras abas de preconceitos que se fazem presentes na fronteira de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero e que são pouco discutidas e observadas, tanto pela sociedade quanto pela academia.

Contudo, o contexto fronteiriço desta pesquisa abriga outras camadas que ultrapassam a ideia de ser um espaço violento, onde há presença de mafiosos, atividades do narcotráfico e do contrabando. A fronteira abraça e resiste em um ambiente multicultural, cujas influências advém desde os povos originários e se misturam com as tradições paraguaias, brasileiras, indígenas e dos imigrantes de outros países. A fronteira é rica na linguagem e nas línguas, na culinária, na música, nas manifestações culturais que constroem as identidades e dos espaços. Ver ou assistir alguma notícia sobre apreensão de drogas oriundas de lá não corresponde à experiência de caminhar pela calçada que faz a divisa entre os dois países e ouvir vozes que oferecem chipas, ou perfumes importados, ou mesmo uma conversa informal que mistura o portunhol com o guarani.

Durante todo o processo de pesquisa e de escrita deste trabalho, as discussões feitas sobre e por causa do tema, as incontáveis indagações e reflexões que um assunto tão sensível pode suscitar, a grande certeza é que o problema de ser mulher está no machismo e no patriarcado que nos rodeia - e isso não é novidade. Dentre as violências possíveis de um cenário ocidental, colonial e capitalista, o feminicídio se ampara completamente na misoginia e no sentimento de posse. E é essa a hipótese que se confirma: o contexto sócio-histórico e cultural da fronteira está relacionado com o feminicídio, pelos casos analisados terem motivações misóginas e de recusa em aceitar o término do relacionamento. Apesar de conter material que não informa as motivações ou circunstâncias do assassinato de mulheres, não foi possível responder se a máfia presente na fronteira tem relação

com casos de feminicídios ou se contribui para o número de mulheres assassinadas na região. No entanto, podemos afirmar que, na fronteira, o acesso às armas de fogo é facilitado pela falta de controle na compra, tanto pelo governo brasileiro quanto pelo governo paraguaio. Não há fiscalização nesse sentido, até porque o uso, porte e posse de arma de fogo é liberado no país vizinho - para se deslocar até uma loja especializada em armamentos é fácil, basta atravessar a rua e seguir até o endereço.

Também não foi possível afirmar se a pandemia de Covid-19 influenciou no aumento de publicações de casos de feminicídios, pois houve apenas duas dentro do período pandêmico: uma em 2020 e outra em 2021. Porém, os casos registrados por boletim de ocorrência de violência doméstica e feminicídios aumentaram 2,2% desde que o isolamento social foi necessário para tentar conter a transmissão do vírus, segundo dados apresentados em relatório produzido pelo Fórum de Segurança Pública (2021)¹⁶.

Dentre os objetivos que nos propusemos a tentar alcançar, se são demonstradas as relações entre territorialidade e feminicídio na Comunicação, damos conta de compreender que, em certa medida, sim - quando a violência é tratada como passional, com motivações emocionais e sentimentais que poderiam justificar uma atitude impulsiva de matar alguém. Ao contrário do que está no contexto de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero em que mortes são encomendadas e planejadas, um feminicídio permanece no espaço de assassinato por impulso. O que não é verdade, haja visto que é antecedido por outras violências até que chegue ao ápice. Contudo, foi possível perceber que a morte por misoginia é melhor compreendida quando há o contexto de violência doméstica, não sendo cogitada em outras circunstâncias - como vimos nos casos de corpos de mulheres encontrados em terrenos baldios.

Assim como a formação histórica do Brasil inclui a violência, em Mato Grosso do Sul não é diferente e, como vimos nos primeiros capítulos desta pesquisa, a fronteira com o Paraguai viveu e foi estabelecida na base da violência - entre os militares e civis durante a guerra - e também as violências contra a mulher, descrita pela madame Lasserre como sobrevivente. Ademais, enxergar os corpos de

¹⁶

Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
Acesso em: 13 jun. de 2023.

mulheres como territórios que precisam ser empossados, dominados e controlados é uma lógica patriarcal e colonialista (Segato, 2005), cuja informação que ainda permanece no imaginário masculino é que, caso a própria expectativa seja quebrada, é válido recorrer ao assassinato de uma mulher sob a justificativa de “fazê-la pagar” por ter dito um não. Nesse sentido, Saffioti (2019, p. 150) diz que “no caso específico da violência masculina contra a mulher, o agressor parte da premissa de que a mulher é tão somente o objeto de suas ações”.

Ou seja, a mulher é desumanizada e despersonalizada quando se torna vítima da violência, pois “os homens dispensam às mulheres um tratamento de não sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nessa direção” (Saffioti, 2019, p. 151) quando aceitam, concordam e corroboram para a manutenção do machismo, da misoginia e do patriarcado que sustentam a violência. No entanto, diz Saffioti (2019) que isso não significa que a mulher seja cúmplice da violência de gênero, até porque é dada pela organização social de gênero na qual o homem tem praticamente o poder de vida ou morte sobre a mulher, afinal, a enxerga como mero objeto.

Para além de questões de violência e de gênero que rodeiam este trabalho, é imprescindível mencionarmos sobre o processo jornalístico precário no qual o veículo que escolhemos está inserido - não pelo profissional que o coordena, mas por ser um único indivíduo que é responsável por ser o editor-chefe, redator, repórter, empresário, fotógrafo, radialista, social mídia, produtor e tantas outras funções que estão incluídas no fazer jornalístico. Além da própria falta de outros profissionais qualificados para trabalharem na manutenção do jornal, visto que os conteúdos publicados foram escolhidos por pessoas de outras áreas, sem conhecimento necessário e suficiente sobre jornalismo informativo, por exemplo.

Ademais, é importante mencionarmos sobre a relação distanciada entre as fontes policiais, de segurança pública e a imprensa. Durante a análise dos textos já havia indícios de pouca informação oriunda da polícia, tornando-se mais evidente quando Sebastião menciona que a polícia não os atende. É incoerente que jornalistas que trabalham em Campo Grande consigam acesso aos detalhes dos casos, enquanto que jornalistas locais de Ponta Porã estejam fadados apenas aos relatos de testemunhas e ocultar as fontes policiais dos textos.

Compreendemos que as práticas adotadas pelos profissionais da imprensa fronteira seja por medo de represálias e atentados contra eles. O temor transparece quando Sebastião apresentou mais de uma situação em que foi ameaçado para que retirasse alguma notícia específica do site, sobretudo quando o acontecimento envolvia ação da máfia. Em certa medida é justificável a superficialidade que observamos nos textos jornalísticos analisados devido ao contexto violento, mas se o feminicídio não é uma pauta considerada perigosa nesse sentido, é necessário que mudanças sejam propostas e realizadas para que o combate à violência contra a mulher se torne mais efetivo e próximo da população, utilizando os meios de comunicação locais para este fim.

Em Mato Grosso do Sul existem universidades que oferecem o curso de Jornalismo apenas em Campo Grande, fato que permite que os municípios do interior fiquem sem opções para promover a formação e qualificação dos profissionais de imprensa, ou que pretendem seguir a carreira como jornalistas, e não têm como se deslocar e residir na capital. Esse movimento torna o trabalho da imprensa ainda mais precarizado e desvalorizado, sobretudo quando estamos em um momento de lutas para que o registro profissional seja possível apenas para quem apresentar o diploma de graduação na área¹⁷.

Com casos averiguados neste trabalho, percebemos que para além de iniciativas governamentais que objetivam o combate à violência contra a mulher, é necessário que haja, primeiro, a instrumentalização da imprensa que está presente na fronteira, com promoções de cursos e mais faculdades de Jornalismo, bem como atividades para ensinar a identificar e abordar acontecimentos de violência contra a mulher. Inclusive, com publicação e envio de manual de redação para coberturas policiais - que revitimizam não apenas mulheres, mas também outras vítimas ao serem expostas em fotografias ou vídeos publicados de maneira mórbida e sensacionalista pelos jornais fronteiriços.

¹⁷ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206/2012 propõe a obrigatoriedade do diploma em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ou Bacharelado em Jornalismo para a obtenção do registro profissional como jornalista. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/553109> . Acesso em: 4 jul. 2023.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas**, n. 15, out. 1999. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1136>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm . Acesso em: 12 jul. 2022.

BRUM, Asher. “Pistas” para uma reflexão antropológica. In: **Relatório Feminicídio 2021**, Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2021, Campo Grande, p. 31-32. Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/storage/GP/noticiasArquivos/202206011843171.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2022.

BUENO, Samira. et al. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 3ª edição, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> . Acesso em: 30 jun. 2023.

CAMPOS JÚNIOR, Ricardo. **A cobertura sobre o interior de Mato Grosso do Sul pela imprensa de Campo Grande**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. p. 200.

CAPUTI, Jane. RUSSELL, Diana E. H. **Femicide**: Speaking the Unspeakable (publicado inicialmente em Ms. Magazine. September/October, 1990). In RADFORD, Jill and RUSSELL, Diana E. H.: **Femicide: The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992. Disponível em: <http://www.dianarussell.com/f/femicide%28small%29.pdf>. Acesso em 12 jul. 2022.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5715, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5715. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5715>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019. 398 p. ISBN 9788569924463.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **A fronteira na História Regional: O Sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____; CORRÊA, Valmir Batista (organização, revisão, apresentação e notas). **Memórias da Grande Guerra**. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 14 jun. 2022

CURY, Mauro José Ferreira; FRAGA, Nilson Cesar. Territorialidades transfronteiriças no oeste do Paraná: Brasil, Paraguai e Argentina. **REVISTA GEONORTE**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. 884–897, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1210>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DERROSSO, Giuliano Silveira; CURY, Mauro José Ferreira. A dimensão da identidade em espaços fronteiriços: um diálogo entre territorialidade, identidade e fronteiras. **Orbis Latina**, v. 7, n. 3, p. 04-19, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/957> . Acesso em: 25 jul. 2022.

DIETRICH, W. Conservação e inovação no campo léxico do parentesco: o caso do Mbyá e do Guaraní paraguaio (Tupí-Guaraní). **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 195–216, 2018. DOI: 10.26512/rbla.v6i1.21066. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/21066> . Acesso em: 1 jul. 2023.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORNELLES, Beatriz. O localismo nos jornais do Interior. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 237–243, 2011. DOI: 10.15448/1980-3729.2010.3.8191. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8191>. Acesso em: 5 mai. 2023.

FERNANDES, José Antonio. A produção de erva-mate na colônia agrícola nacional de Dourados (CAND), antigo sul de Mato Grosso (1943 A 1965). **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427734983_ARQUIVO JOSEAF ERNANDES-PRODUCAODEERVA-MATENACAND-ANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427734983_ARQUIVO_JOSEAF_ERNANDES-PRODUCAODEERVA-MATENACAND-ANPUH2015.pdf) Acesso em 5 jul. 2023..

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 210p.

_____. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. 395 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019. 398 p. ISBN 9788569924463.

JARA, Gerson Canhete. **A representação social da execução de jornalistas na fronteira Brasil/Paraguai pelo jornal regional de Ponta Porã**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

JARA, Tainá Mendes. **#NenhumaAMenos: Redes Sociais e Feminismo(s) nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral**. Orientador: Katarini Giroldo Miguel. 2019. 171 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/8300>. Acesso em: 4 jul. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. 598p.

MIRANDA, Cynthia Mara. Caminhos para a igualdade de gênero nos meios de comunicação. In: MARQUES, Danusa et al. **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk: 2019. p.153-166.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/8637/6170> . Acesso em 14 jul. 2022.

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, nº1, p.1-21, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/5247/4295>. Acesso em 14 jun. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019. 398 p. ISBN 9788569924463.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão**. [7. ed.]. São Paulo: EDUSP, 2012. 169 p. (Coleção Milton Santos ; 8) ISBN 978-85-314-0971-4.

SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 87, p. 181–202, 2018. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/463>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 25 jul. 2022

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 265-285, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cVyTVdFx8FVgcppK7QNQr4B/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2022.

_____. **La guerra contra las mujeres**. 1ª ed. Madrid, Traficantes de Sueños, 2016. 200p.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999. 178p.

SILVA, Marcia Veiga da. Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010.

_____. **Masculino, o gênero do jornalismo:** um estudo sobre os modos de produção das notícias. Orientador: Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 20 jul. 2022.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, v. 10, n. 2, p. 149 - 184, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41347/0>. Acesso em 04 jul. 2022.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

YIN, Robert. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290p.

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM TIÃO PRADO

Rafaela Flôr: Quando o jornal foi criado? E por que? Você foi o único criador?

Tião Prado: O Ponta Porã Informa nasceu em 28 de outubro de 2013, estamos no décimo ano. O jornal foi criado primeiramente por uma questão de sobrevivência. Eu era assessor de imprensa da câmara municipal e trabalhava no site de notícias. Aí com as mudanças políticas, o grupo político que entrou começou a me perseguir, porque eu sempre tive uma opinião muito forte. Eu estava no rádio, sou do rádio há 20 anos no Paraguai, faço um jornal em português. E aí eu fiquei praticamente no rádio, onde a gente sobrevive praticamente de comissão. Aí surgiu a ideia de montar o news. No começo foi complicado porque a partir do momento que você sai, você fica sem dinheiro e sem estrutura. A gente começou a usar a credibilidade que a gente tinha para montar o site e o nome. Nós pensamos em colocar outros nomes para atender isso e aquilo, mas aí de repente eu falei 'olha, Ponta Porã não tinha um site que falava Ponta Porã'. O Ponta Porã em Dia e Ponta Porã News não existiam, aí eu resolvi pelo 'Ponta Porã Informa'. Quando fomos até Dourados para conversar com o rapaz que constrói os sites, ele falou para eu pensar numa logo, aí eu passei ali [no monumento] das Cuias, eu olhei e estava ali estampada a marca de Ponta Porã. No começo era só eu, aí eu cuidava do meu programa na rádio, que é mais ou menos um talk show, eu trago as pessoas pra falar. Eu não leio notícias, comento alguma e dou uma opinião, mas o principal mesmo é chamar pessoas. E no começo era eu e minha mulher, ela é advogada. Ela trabalhava de manhã na prefeitura e à tarde me ajudava no site. Aí o site foi rodando, com muitas dificuldades, porque é computador, notebook... E a principal dificuldade é financeira, mas eu sempre fui muito de trabalhar e correr atrás. Quando tinha um evento eu estava lá com uma maquininha fotografando. Aí tinha um rapaz que trabalhava comigo, quando montamos o site minha mulher me disse 'tem uma tal de fan page no Facebook, vamos montar uma' e eu falei 'vamos'. Começamos a montar e vimos que colocando os links das notícias dava audiência. E aí a coisa foi crescendo, encontramos anunciantes. E até o próprio prefeito que estava no começo da gestão [Ludimar Novaes], até me perseguia, viu que o site estava bombando e me chamou lá para me ajudar pagando. Eu tenho uma tese de não criticar, por mais que a pessoa faça as coisas para mim eu não critico, porque uma hora, se você faz uma crítica, o cara pode te processar. Aí as coisas começaram a melhorar, se desenvolveram. Aí esse

rapaz começou a trabalhar comigo, eu trabalhava na rádio e a gente pegou aqui um quarto da nossa casa e fizemos um escritório ali. Esse rapaz disse para gente montar um canal no YouTube, tem o Facebook que as pessoas transmitiam coisas, fazemos um programa. Então começamos, compramos as luzes e as coisas foram acontecendo ali, a gente começou a receber o pessoal, vinha deputados e políticos. Quando veio a pandemia, a gente já estava solidificado. O site chegava a ter 1 milhão e 600 visualizações por mês.

Rafaela: E em uma cidade de 200 mil habitantes...

T.P: Então, deu uma caída por causa das redes sociais. Mas a gente conseguiu estabilizar. Aí minha mulher disse para fazermos um projeto, porque dividíamos o escritório e ficava chato desmontar sempre que ela recebia alguém. Mandamos fazer o projeto, ficou um ano engavetado, aí veio a pandemia e eu falei para fazer. Chamamos uma construtora, tinha um dinheiro guardado e construí aqui a sede. Fizemos um monte de parceria, lojas de construção, loja de vidros, fizeram doação para nós e conseguimos construir aqui. Aí nessa eleição de 2022 foi o nosso *boom*, porque recebemos aqui 40 candidatos a deputados estadual e federal. Aqui na cidade tinham 15 caras que eram candidatos. Então eu fiz uma rodada de entrevista com cada um no site e na rádio. Eles ficaram à vontade. Vieram candidatos a governador e senado também. E na época da pandemia o convidado ficava no sofá para não ficar perto, eu colocava e deixava a câmera aberta. A gente faz tipo um podcast, mas é um programa. Até minha mulher tinha um programa de entrevista, construí um cenário e uma vez por semana. Trabalha eu e ela, ela lê as mensagens do ouvinte e ela atende os ouvintes.

Rafaela: Você disse no começo que era assessor. Você é formado em Jornalismo?

T.P: Não, eu sou por decisão. Eu sou do rádio, comecei em 1979 em Nova Andradina. Abriu uma rádio em Amambai e eu jogava futsal, aí eu tinha escutado uma Copa Morena em 1982 e conheci o pessoal de Amambai, aí quando abriu a rádio e eu pedi para armarem um esquema para eu trabalhar lá. Aí em 1983 eu fui para Amambai, joguei uma Copa Morena e na seguinte comecei a narrar. Eu vislumbrei uma possibilidade, comecei a narrar e parei de jogar. Quando foi no

começo de 1983, os locutores que trabalhavam apresentando o jornal do meio dia, eles saíram de uma vez, aí o diretor da rádio me chamou. Eu já era locutor, fazia algumas reportagens de vez em quando, uma entrevista. Aí ele me pediu para assumir o departamento de jornalismo. Nessa rádio eu fiquei 23 anos, aí a gente gravava as notícias da rádio nacional e passava pro papel, fazia oito laudas de jornal, geralmente tinha uma entrevista porque eu sempre gostei e aí eu ia pro ar e lia as notícias. Fazia o jornal do rádio. E depois quando foi em 1994 eu comecei a trabalhar no Jornal O Progresso de Dourados, trabalhei dez anos. Aí em 1997 eu fui vereador em Amambai, fiquei quatro anos. Aí quando foi em 2000, na minha reeleição, eu fui o quarto mais votado, mas fiquei fora por causa da legenda. Como eu sou muito radical, o que é certo é certo e o que é errado é errado, sofri uma perseguição política do prefeito e fiquei desempregado. O dono da rádio me tirou. Eu era contra o que eu achava que era dúbio, até que os poderosos ficaram contra mim e chegou um momento que eu era um cara com bastante voto, mas as pessoas não me queriam. Aí eu fiquei fora do sistema. Cheguei a um ponto de pedir o carro emprestado para fazer propaganda de rua, eu tava fora do rádio, mas continuava no O Progresso e lá a gente recebia um salário mínimo por mês e uma comissão. Aí eu tinha ajudado o Flávio Kayatt na eleição para deputado em 1998 a 2002, aí eu vim visitar ele aqui. Aí ele me encontrou na porta e perguntou o que eu tinha ido fazer lá, eu disse que fui visitar ele. Aí ele perguntou como estavam as coisas e eu disse que estava feia a coisa, que eu tinha ido receber o Seguro Desemprego, aí eu expliquei que tinha perdido a eleição, aí ele disse que me traria pra cá e perguntou o que eu queria, aí eu falei que queria um emprego. Daí ele ligou para o presidente da câmara. Nisso, eu já tinha trabalhado na assessoria de imprensa da prefeitura de Amambai, eu fiquei quatro anos lá também. Aí ele me colocou na assessoria da câmara de vereadores em uma vaga dele e falou para eu procurar uma rádio no Paraguai, que ele pagaria pelo horário e eu apresentaria o programa. Aí eu fui pra essa rádio, faço uma hora de jornalismo há 18 anos. Aí foi o primeiro programa numa rádio FM que fazia jornal, que as rádios só tocavam músicas. As rádio AM faziam jornal e as FM tocavam música. Aí eu mudei o contexto de começar a colocar as pessoas para falar. Ele nunca pediu nada para mim, sabe? Ele dizia que o dia que eu falasse bem dele, ele romperia o contrato. Eu tinha que falar o que fosse certo para ele fazer uma boa administração. Nunca me proibiu de entrevistar

ninguém, eu entrevistava os adversários dele. Única coisa que eu pedia era para manear nas críticas, porque o cara estava dando o espaço para os caras falarem, né? Então eles entendiam e as coisas funcionavam bem. Aí quando foi em 2007 um rapaz me contratou para eu fazer uns freela para ele e nisso registrei a minha DRT pelo tempo de serviço.

Rafaela: Falando mais do jornal e de como funciona o Ponta Porã Informa, como você organiza as pautas, editorias, cobertura de acontecimentos?

T.P: Aqui a gente organiza de acordo com o que está acontecendo. Como a coisa cresceu muito e eu não pude dar conta devido a um monte de outras coisas que acontecem, eu contratei uma empresa de Rondonópolis. Eu comecei a ter problema de usar fotos e os direitos de imagem. E essa empresa me ofereceu 80 publicações por dia, eles têm um acordo com alguns sites. Então o noticiário nacional do meu site é uma empresa que faz. Então a gente não se preocupa mais com o noticiário nacional, alimentam o site. E também tenho uma menina que pegou o jeito e trabalha meio período pra mim alimentando o site durante a tarde, o noticiário local e regional.

Rafaela: Ela é jornalista?

T.P: Não, ela é formada em Direito, mas não tem OAB. Aí em Amambai a gente tem um esqueminha com a prefeitura lá e alimentamos com notícias de lá. Aí criamos aqui no site um caderno regional. Temos um caderno em castelhano que a gente publica as notícias do Paraguai e tem um caderno que publicamos de toda a região aqui. Esse a gente geralmente pega dos sites da prefeitura. Mesmo sem contrato a gente vai divulgando. Aqui a gente atende, através das assessorias, a prefeitura que produz e manda, a câmara de vereadores e algumas coisas de uma universidade do Paraguai. Então no site mesmo trabalha eu, minha esposa, essa menina e a empresa. Aí a gente junto com o site cuida do programa de rádio que vai no canal. Aí nós temos 85 mil seguidores no Facebook e 4.800 no YouTube.

Rafaela: Você seleciona algum acontecimento local para ir pessoalmente fazer a apuração?

T.P: Sim! Tudo o que acontece aqui, dependendo da situação, a gente vai in loco. Ou vai, ou traz a pessoa aqui. Agora mesmo estou com uma pauta para fazer cobertura de um campeonato de futsal que começou sábado. Eu trouxe o organizador aqui, ele falou tudo o que iria acontecer e como seria, aí ontem ele me mandou os resultados e as fotos, né? Como a gente não tem uma estrutura pra ir atrás disso, aí já está pronto. Aí daqui a pouco eu sento aqui, faço e publico. E hoje, devido aos grupos de whatsapp, a gente não vai muito atrás. Eu tenho 70 grupos de Whatsapp, então muitas coisas acontecem.

Rafaela: Isso que eu iria te perguntar, como as notícias chegam aqui para você?

T.P: Eu tenho meu mesmo cinco grupos, aí dou uma olhada aqui. Aconteceu um negócio ali em Pedro Juan Caballero, aí eu vou nos grupos de Pedro Juan e dependendo da situação, se dá pra ir atrás, a gente vai. Se não, a gente conversa com o cara pelo whatsapp, mandam fotos, respondem o que está acontecendo. E aí as assessorias, né? Eu tenho da polícia federal, tenho DOF, tenho polícia militar, tenho um cara da polícia federal que está em Brasília e me manda um monte de notícias. Tem vezes que acontecem as coisas aqui e esse cara de Brasília já me manda. Eu tenho também o pessoal do DEFRON, então tudo o que é notícia do que acontece chega em mim. A polícia federal quando tem alguma batida e tal, dali a pouquinho já está na minha mão, aí a gente já coloca no ar.

Rafaela: E quando é algum acontecimento policial, que tipo de crime mais acontece para ser noticiado?

T.P: O acerto de contas, né.

Rafaela: Execução?

T.P: É, execução.

Rafaela: É maioria? não tem assalto, não tem acidente de trânsito?

T.P: Assalto muito pouco, batida de trânsito a gente nem dá moral porque dependendo da situação do problema pessoal. Se o cara bate em um mafioso, o cara mafioso bate em alguém, você vai falar o que? Vai fazer uma matéria que daqui um pouco está uma caminhonete aqui na porta pedindo pra tirar a matéria. Os cara, por mim, ainda tem um certo respeito, sabe? Como eu não sou de acharcar, pedir

nada pra ninguém, o cara me liga e me pede pra tirar e eu tiro. Por exemplo, o cara que matou o Jorge Rafaat, o núcleo dele é muito forte, aí um dia tinha uma matéria e eu publiquei no caderno em castelhano. A matéria teve 35 mil visualizações. Aí eu, que fico acordado durante a madrugada, atendi uma ligação, “você pode não acreditar, nós manda avisar você pra esquecer dele. Você publicou uma matéria assim assim, então você tira do ar, porque se começar a se meter com nós, nós vamos aí na sua casa e vamos matar até seu cachorro”. Aí eu falei que tirava, mandei pra ele que tinha tirado.

Rafaela: Você acha perigoso ser jornalista aqui?

T.P: Pelo amor de Deus, só sobrou eu da minha turma. O resto tudo morreu.

Rafaela: Quem era da sua turma?

T.P: Morreu o Paulo Rocado, morreu o Léo Veras, morreu um pessoal no Paraguai. Desde que eu estou aqui, já morreram sete jornalistas. Os caras mataram o prefeito da cidade que trabalhava na minha rádio. Ele era jornalista. Em Pedro Juan foram três prefeitos mortos. Esses dias mataram um cara que trabalhava comigo, mataram outro que nós tínhamos nos encontrado no barbeiro. Ele site um site chamado Miquemi, notícias pequenas. Ele me contou que já tinham ameaçado umas duas vezes, disse que achava que não iria acontecer nada, quando foi na sexta-feira mataram ele saindo da rádio. Uma vez teve um crime que saiu nos grupos, minha mulher colocou que quem tinha matado um fulano de tal tinha sido o motorista do Jarvis, dali a pouquinho tinha uma caminhonete com quatro cara dentro e falaram pra eu tirar, contaram a situação da morte do cara. Aí eu falei que tirava do ar. E isso não é uma ou duas vezes, de o cara ligar ou vim aqui.

Rafaela: Você acha que por ter uma boa relação, de tirar quando pedem, isso te mantém vivo?

TP: Eu acho que é por isso, sim.

Rafaela: Você escolhe as notícias que vai publicar sobre as mortes?

T.P: Sim e não. Eu não acabo escolhendo, eu não publico praticamente nada. Eu publico o fato, conto a história, tipo “tal hora, assim assim, um carro parou na esquina e os pistoleiros vieram na moto e mataram o cara, fugiram e a polícia está no local”.

Rafaela: E esses detalhes do acontecimento você consegue com vizinhos ou com testemunha?

TP: Consigo pelo whatsapp, né? O crime aqui, o único que não dá é a polícia. Mas informação tem. Aí a polícia não tem como chegar, vai chamar algum mandante por causa de diz que-me-disse? Não vai. Quando o Jorge era vivo, os caras jogavam nas costas dele. Até hoje ninguém sabe quem matou o prefeito de Pedro Juan, ninguém tem ideia. E se você for ver, aqui na nossa cidade a cada esquina teve um homicídio. O cara matou um professor de educação física nessa esquina do lado; na outra esquina matou outro; aqui no meio da quadra, um velho tinha um caso com uma menina e deu casa pra ela, quando ela se arrumou largou dele e mandou um cara matar ela. O cara foi matar ela, a prima dela estava, matou as duas; na esquina de lá teve um crime; na frente da oficina teve um; na frente da justiça federal teve outro.

Rafaela: Em cada esquina tem uma história de morte?

T.P: Tem. Você chega na Baltazar e entra na Marechal Floriano, na esquina o cara matou um tatuador. Para onde você vai tem morte.

Rafaela: Agora indo mais especificamente para o meu tema de pesquisa, das informações que você recebe, você vê que muita mulher tem sido morta?

T.P: Muitas.

Rafaela: E em quais circunstâncias?

TP: Em todos os tipos, mas o maior delas é o fato de terminarem um relacionamento. Como nós temos fácil acesso às armas... No supermercado ali um cara encontrou a sogra, atirou e depois foi atrás da mulher e atirou na frente do hospital. Esse caso foi horrível, o dono do supermercado é meu anunciante, o cara é meu amigo. Eu faço a mídia do supermercado, pensa? O cara é super gente boa, trabalhador, de repente entra um outro no mercado dele, pensa?

Rafaela: Então como jornalista você vê muitos feminicídios? E você noticia todos eles?

T.P: Todos eles. E outra, minha mulher é fera. A gente traz a delegada sempre aqui. Você sabe o Promuse (Programa Mulher Segura)? O Promuse é muito forte aqui, foi desenvolvido pela polícia militar. Aqui a menina é fera, ela vai pra cima mesmo. Esses dias mesmo já teve uns três feminicídios, o cara matou a mulher, mandou

uma mensagem para o amigo dele e se suicidou. Matou a mulher e o filho dele. Fora outros que o cara mata e foge, né? Então o feminicídio aqui é terrível, é muito. Muito mesmo.

Rafaela: Você considera que seja fácil diferenciar quando uma mulher foi morta por feminicídio ou por morte encomendada?

TP: A minha mulher que faz mais isso, como ela é advogada, ela que já sabe como é. E outra, aí a gente conversa com a polícia. O grande problema nosso aqui em Ponta Porã, a gente que tem interesse em divulgar coisas assim, é o distanciamento dos poderes. Se você me perguntar em relação a essa delegada, você não consegue falar. O delegado não te atende, a polícia morre de medo. Se você tirar uma foto de delegado é capaz de prender você, entendeu? Nós tivemos um problema, até por certas situações eu me esquivo, só noticio e fico fora. Quando é com criança, eu me envolvo para resolver. O delegado que estava aqui pediu transferência, teve uma situação que eu falei para ele que um delegado com medo não servia para nós. Para você ver, o juiz não divulga pauta de julgamento aqui.

Rafaela: Isso eu também queria perguntar, porque encontrei notícias que não tinham atualização dos casos, como acontecem em Campo Grande.

TP: A gente não recebe. Se você ligar e pedir para os caras, você acaba ficando nervoso e se fala alguma coisa te ameaçam. Aí um dia veio o presidente do tribunal aqui, eu entrevistei e aí perguntei “doutor, o que acontece que aqui em Ponta Porã que o pessoal do fórum não divulga as pautas de julgamento?” ao vivo no Facebook. E falei que em Amambai o juiz vai na rádio, atende. E aqui eu não sei nem quem é o juiz, ficou um climão. Falou que aqui é meio perigoso e o pessoal tem medo, julga muita gente perigosa. Então pensa? O juiz, o promotor tem mais medo do que nós. Promotores mesmo nós tinha acesso quando o Douglas estava aqui, ele foi embora e faz dez anos que eu não sei quem são os promotores. Nós tivemos crime ambiental, eu liguei para o promotor, enchi de mensagem de texto e Whatsapp e nunca respondeu nem para falar que o número estava errado. Aqui as coisas acontecem e que se você for atrás para cobrar, você corre risco.

Rafaela: Então até para fazer apuração de um caso de feminicídio, você usa outras fontes e não a policial?

T.P: Não dá. Primeiro que eles não atendem a gente.

Rafaela: Nem a delegacia de atendimento à mulher?

T.P: De lugar nenhum. Esses dias quase saí preso de lá. Eu não lembro o que tinha e eu queria falar com a delegada, aí ligava lá e não atendia. Aí pedi um horário para eu ir, cheguei, tentei falar e o cara me ameaçou prender por desacato.

Rafaela: Nem algum policial quando está fazendo ronda você não consegue entrevista?

T.P: Não dão nada. Olha os sites todos, você não vê nada deles. Aqui veio uns delegados muito bons, mas saíram. São transferidos.

Rafaela: Então você não costuma basear as notícias de feminicídio por boletim de ocorrência?

T.P: A gente pega o que sai.

Rafaela: Você pega pelo SIGO?

T.P: Não, até tentei entrar, o delegado regional me ajudou, mas tentei muito e larguei mão. O que nos ajuda é o secretário de segurança. Quando eu preciso de alguma coisa, o Marcelino me manda. Se você for ver, não tem nada. A gente enfrenta um monte de dificuldade aqui.

Rafaela: E você acha mais perigoso falar de uma execução de algum traficante ou de uma mulher que foi morta por feminicídio?

T.P: Traficante, porque geralmente o feminicídio aqui acontece mais na classe C, não é nem na B. É na classe C.

Rafaela: Então não é comum uma ex namorada de traficante ser morta porque ela terminou?

T.P: Não, não. Porque se ela namora o traficante, ela vai namorar até ele morrer. Se ele não morrer, ela vai continuar sendo namorada dele, né. Ela não vai largar dele. E isso não acontece aqui, né? E aí se ele morrer, ela arruma outro traficante para continuar mantendo. Mas os crimes mesmo acontecem nesse povo pobre, né? Nem classe média não é. Que nem desse caso da menina que matou no hospital, o cara era velho, ele tinha uns 60 e poucos anos, ela tinha acho que 30 e poucos. Ele tinha uma officininha no Paraguai, deu uma moto pra ela, deu uma condição de vida

melhor pra ela, então aí acaba acontecendo uma situação dessa. Daí ela acha que como o cara é um coitado, entre aspas, vai largar dele e aí o cara se emputece. Deu as coisas, fez isso, fez aquilo, e se acha no direito de cobrar e cobrar matando ela.

Rafaela: E quem você costuma entrevistar em caso de feminicídio? Ou você não entrevista ninguém?

T.P: De vez em quando a delegada, né? A delegada acho que entrevistamos umas duas ou três vezes, ou mandamos uma mensagem para ela. Tinha uma delegada aqui muito boa, ela sempre atendia a gente, daí ela foi para Campo Grande também e até foi para a Casa da Mulher Brasileira, vi ela na televisão. Esse é o grande problema do interior, quando um delegado chega e começa a se destacar, não sei o porquê, transferem. Nós tínhamos um delegado aqui que era do BOPE, ele era operativo e chamava a gente, quando foi um dia fui lá na delegacia e ele tinha sido transferido. Até a polícia sofre. A justiça federal que era aqui saiu. Então quer dizer, se o ministério público não tem segurança, imagina nós? Essa é a nossa fronteira, cara.

Rafaela: Então você não costuma falar com familiar, amigo da vítima?

T.P: Muito difícil. A gente dá o fato ali.

Rafaela: E você costuma ir in loco?

T.P: Não, de vez em quando só. Porque as fotos hoje vem aqui [pelo celular].

Rafaela: Então o Whatsapp facilitou a apuração?

T.P: Antigamente eu andava, virava a noite atrás de homicídio, de crime e tal.

Rafaela: Você fazia rondas nas delegacias?

TP: Não. Geralmente os caras me ligavam, alguém me ligava e contava que tinham matado um cara. Eu não sou daqui, eu sou de Amambai, aí você pensa que mataram um cara lá no Ypê [bairro] em tal lugar, e aí? onde que é o Ypê? Onde que é esse tal lugar? Aí você tem que ir atrás. Muitas vezes coloco no GPS e sai que nem um louco à noite atrás.

Rafaela: E nessa época era mais perigoso?

T.P: Mais perigoso, mas como a gente não faz mal para ninguém, não tem medo.

Rafaela: Já teve notícia de feminicídio que alguém te ligou para você tirar do ar?

T.P: Não, nunca ninguém falou nada.

Rafaela: Só quando é algum homem ou traficante?

T.P: Só.

Rafaela: E você acha que o contexto da fronteira, do narcotráfico, ilegalidades, contribui para ter casos de feminicídio?

T.P: Não, eu acho que não tem nada a ver. Geralmente os feminicídios acontecem nessa situação: o cara tem a mulher, ela larga do marido, aí já arruma outro. Ou a moça larga do namorado, uma coisa assim, aí o cara se sente no direito de tirar a vida.

Rafaela: Aí você acha que é mais por causa de machismo do que pela violência da fronteira?

T.P: É, isso aí. Não tem a ver com o crime organizado, não.

Rafaela: E como você vê a fronteira para além do contexto de violência?

T.P: A nossa fronteira para quem quer trabalhar é o lugar ideal, se você não se envolver em nada errado. Tanto é que você vê, eu estou aqui, eu saí de Amambai fodido, desemprego e sem perspectiva nenhuma. Peguei dez gatos, quatro cachorros, pus dentro de um carro e vim embora pra cá. E continuo tendo os dez gatos e cinco cachorros, mas agora eu trabalho e faço correria. Daqui a pouquinho os convidados estão aqui, se acontece algum negócio eu não divulgo nada para ninguém. Eu já ajudei outros jornalistas aqui, mas não me envolvo. Inclusive um da Record que veio na época da morte do Jorge, me pediu para entrevistar a mulher dele e eu disse que não tinha ligação.

Rafaela: E conseguiram entrevistar a mulher do Jorge Rafaat?

T.P: Não, nem com a gente ela não fala. Como a gente tem uma ligação, a gente era amigo do Jorge desde que ele não era nada e que ele tinha uma loja aqui no centro. A amizade continua, mas quando mataram ele, ela me chamou e disse para eu ficar quieto, porque se ele andava em um carro blindado e os caras fizeram tudo aquilo, imagina eu que ando em um carro simples. A história acabou, me pediu para não falar mal de ninguém, não criticar, não comprar lados e ir viver a minha vida. E eu tomei isso como conselho, não me envolvi em nada. A matéria que saiu no site foi aquela que o Jorge Rafaat foi morto assim, assim. E deu um milhão e meio de visualizações e acabou. Não pus nada a mais. E a vida seguiu.

Rafaela: Então você não costuma fazer aquelas coberturas extensas com várias notícias e atualizações do caso?

T.P: Não, não. Ali eu só dou que o cara morreu, o que aconteceu e como foi.

Rafaela: Quase um obituário?

T.P: Quase. E tem acesso, o povo vai. De vez em quando a gente até pega alguma coisa. Eu conheço o Helio do Campo Grande News e de vez em quando pego alguma coisa. Eu já falei pra ele que não faria nada aqui, aí ele disse que poderia pegar o texto desde que colocasse o crédito. Aí eu coloco no site. E quando o dele está muito pesado, eu pego do Midiamax. Essa semana foi preso meu vizinho aqui na esquina e ligado ao esquema, aí a minha esposa pegou a matéria e me ligou pra dizer que tinha acontecido assim assim, e eu estava na rua. Eu estava conversando com parentes dele, aí eu falei que poderia colocar daquele jeito que estava. Enquanto isso avisei ele, aí estávamos comentando a respeito e tal. Imagina eu coloco tal coisa no site e estou com o sobrinho do cara conversando? E aí? Então a gente adota a política da boa vizinhança. Uns anos atrás o cara do shopping China se envolveu e trouxeram um doleiro, ficou na casa dele. Eles são amigos do Cartes, ex-presidente do Paraguai. Aí o dono do shopping China chamou todo mundo lá, criou um contrato com cada um e pediu para tirar do ar as notícias, quando todos tiraram ele cancelou o contrato. Até isso os caras fizeram com a gente.

Rafaela: É comum você usar os jornais de Campo Grande para falar de notícias daqui quando a situação é mais perigosa?

T.P: É, porque aí você tira das suas costas qualquer tipo de informação. Aqui é complicado. E outra, eu nunca perguntei para eles como eles conseguem as informações, a gente não consegue tudo, entendeu? Acontece um negócio aqui e tem vezes que o Campo Grande News publica. Quando aconteceu tal coisa, eu abro pra dar uma olhadinha no site deles. E outra coisa que a gente cuida muito é que não adianta você pegar e querer publicar uma coisa primeiro e dar uma furada. A gente cuida muito disso. Por exemplo, esses tempos que estavam sequestrando um monte de ladrãozinhos, os justiceiros da fronteira, aí um dia sequestraram um cara no Marambaia era umas três da tarde e já chegou aqui, sequestraram o sobrinho do vereador Biro Biro, aí o Dourados News já colocou. Aí dali um pouco o Biro me liga desesperado, ele disse que o cara mora do lado de casa e não tem nada a ver com ele, que a mãe dele passou mal e foi para o hospital por causa da notícia. Daí eu

liguei e avisei que a notícia estava errada, contei que a mãe do vereador teve infarto e estava no hospital. Aí eu passei o contato, falei pra ligar pro Biro, o jornalista lá não gostou que foi corrigido e também não acreditou. Ele disse que era porque eu não tinha dado o furo da notícia, aí fui atrás do que tinha acontecido e coloquei a matéria no meu site. Só que em vez de colocar que o cara tinha sido sequestrado, eu coloquei que aconteceu uma situação assim, que a mãe do vereador passou mal. Aí imagina se eu não entro em contato com o vereador? A mãe dele morria, porque sairia que o sobrinho do vereador tinha sido morto.

Rafaela: Então é comum você corrigir alguma matéria de outro site sobre acontecimentos daqui de Ponta Porã?

T.P: Várias vezes. Quando mataram o Jorge Rafaat, terminou o barulho e o pessoal do quartel ia sair para um acampamento. Eles iam sair 22h e o crime aconteceu 19h, aí seria muita burrice o quartel querer fechar a cidade. Daí quando foi 22h eles saíram. E o repórter da TV Morena estava na rua, entrou ao vivo e mostrou os carros do quartel, disse que estava um clima de guerra e não sei o quê. Aí um dia nós conversando ele me contou, eu disse que estava sabendo e ainda comentei que se ele era o cara da Globo e aconteceu com ele, eu disse que era questão de checar a informação. A gente checa a informação, checa e checa. As coisas são assim, a gente vai levando devagarzinho. E depois começou a acontecer esse monte de rolo, eu optei por usar as redes sociais mais para as coisas da sociedade, eventos, inauguração e lançamentos, aí a gente vai. E quando precisa de alguma coisa, é o celular. O comandante da PM hoje é muito gente fina, qualquer coisa que você precisar manda pra ele e dali um pouco já vem o feedback. Então nosso esquema é PM e secretário de segurança. E mesmo assim a gente evita ao máximo.

Rafaela: E me chamou muito a atenção que algumas notícias eram de Ponta Porã, mas foram noticiadas por jornais de Campo Grande, não pelo os daqui.

T.P: Eu ainda publico algumas coisas por causa dessa amizade, né? Eu ajudo mais o Campo Grande News, o Helio entra em contato comigo para pedir alguma foto, alguma coisa. E quando precisa eu peço para usar a matéria deles. E as fotos que eu faço, não deixo ele colocar meus créditos e também não cobro. Eu faço de vez em quando alguns freela pra Folha de São Paulo.

Rafaela: Você costuma se ocultar das matérias? Usa algum pseudônimo?

T.P: Sim. Não uso pseudônimo, não faço questão.

Rafaela: É por proteção?

T.P: É por proteção. Até pra visita do Bolsonaro aqui foi complicado, fiz o cadastro pela Folha e a equipe dele não aceitou. Aí um chegado meu me liberou, porque me conhece, e eu entrei pelo meu site e a fan page, aí eles me colocaram naquele cercadinho. Você já viu o Bolsonaro alguma vez? Ele colocava em um cercadinho, quando vai no banheiro um tenente te acompanha. Nunca tinha visto isso. O Lula vinha aqui, a gente abraçava o Lula. Aí eu não consegui chegar lá, voltei pra cá e fiquei acompanhando e um amigo me mandava as coisas, aí eu mandava para a Folha. Aí eles me perguntaram quanto era e eu disse que não custava nada, porque eu não fiz nada. Eu sou muito assim, acho que as coisas tem que ser certinhas. Graças a Deus a gente vai levando.

Rafaela: E da estrutura do seu jornal, você pensa em contratar algum estagiário ou jornalista para te acompanhar? Porque eu percebi que você é multifunção, é radialista, redator, fotógrafo.

T.P: O nosso problema é a questão financeira, a gente não dá conta. E o pior é quando sai, antes da pandemia eu tinha dois rapazes que trabalhavam comigo. Um que trabalhava na parte de vídeo e tudo e o outro que me ajudava no site. Aí quando saíram, eles estavam comigo faziam uns dez meses, aí tive que dar quase doze mil do acerto. Aí a gente viu que é preferível falhar em algumas coisas do que querer ser muito, na hora de pagar fica muito caro.

Rafaela: A fonte de renda é anúncio?

T.P: É anúncio. Agora a gente faz mídia para a prefeitura, a câmara, governo e assembleia. A assembleia manda duas ou três vezes por ano e o governo manda todo mês uma mixaria. O Riedel veio aqui umas três vezes, achamos que as coisas iriam mudar, não mudaram, continua vindo o mesmo valor. E o anúncio né. A gente agora vende alguns artigos que os caras querem publicar.

Rafaela: Eu vi que você tem alguns colunistas mesmo.

T.P: É, mas esses artigos são artigos de negócio de jogos esportivos. Os colunistas aqui são todos amigos, temos o Wilson Aquino, tem um cara de Amambai.

Rafaela: E os jornalistas daqui da região são por formação ou não?

T.P: De formação tem uns quatro aqui em Ponta Porã.

Rafaela: Pelo visto eles não trabalham diretamente com o jornal, né?

T.P: Não, só com assessoria de imprensa,

Rafaela: Então os jornais de Ponta Porã são feitos por pessoas que aprenderam a fazer jornalismo com o tempo?

T.P: É. Nós temos um jornal impresso do seu João, que é o que sobrou e sai só quando ele quer. Ele é uma pessoa de idade, a gente ajuda no que pode.

Rafaela: Ele faz sozinho?

T.P: Ele tem uma galera que ajuda ele, uns dois ou três.

Rafaela: E quanto à escolha das fotos que acompanham as notícias, como você as seleciona? Você coloca só foto de rosto que encontra da vítima, não coloca foto?

T.P: Não, as fotos a gente coloca foto de uma viatura, uma foto de longe. A gente não coloca nada disso [mórbido]. Até no começo a gente, por causa da audiência, tentava pegar algumas fotos, aí as famílias começaram a ligar e pedir para tirar. Teve até um cara que morreu no trevo da cuia e aí eu tirei de longe, bem de longe, e apareceu só o vulto do corpo dele; daí passou uns dois anos e a família dele ligou e pediu para tirar, falaram que quando a mãe dele via as fotos dele, ela sofria mais. Aí eu disse que tiraria a matéria mesmo, porque já tinha passado. A gente evita, coloca na maioria das vezes umas fotos sem mostrar nada. O dia que mataram uns quatro caras aqui, eu tava acompanhando a polícia e na hora que acharam os corpos foi um bicho feio, aí os caras das rádios daqui filmaram mostrando. No Paraguai mostra tudo, né? Inclusive eu tinha um rapaz que fazia filmagem para mim e editava, um dia eu quase perdi meu canal no YouTube por causa desse vídeo. Eu falava para não colocar imagem do corpo, mas quando eu via ele colocava lá no meio. Aí rompi com ele e não uso mais por causa disso.

Rafaela: Para preservar a imagem da vítima e da família também?

T.P: É.

Rafaela: E por ética também, né?

T.P: Para nós aqui, principalmente a ética. Porque se você coloca qualquer coisa com sangue, alguma coisa, o instagram derruba. Então a gente procura evitar isso ao máximo.

APÊNDICE B - FOTOS DA REDAÇÃO DO PONTA PORÃ INFORMA

Figura 8 - Fachada da sede do jornal



(Foto: Da autora, 2023)

Figura 9 - Canto de gravação com *chroma key*



(Fonte: Da autora, 2023)

Figura 10 - Parte do cenário de programas ao vivo



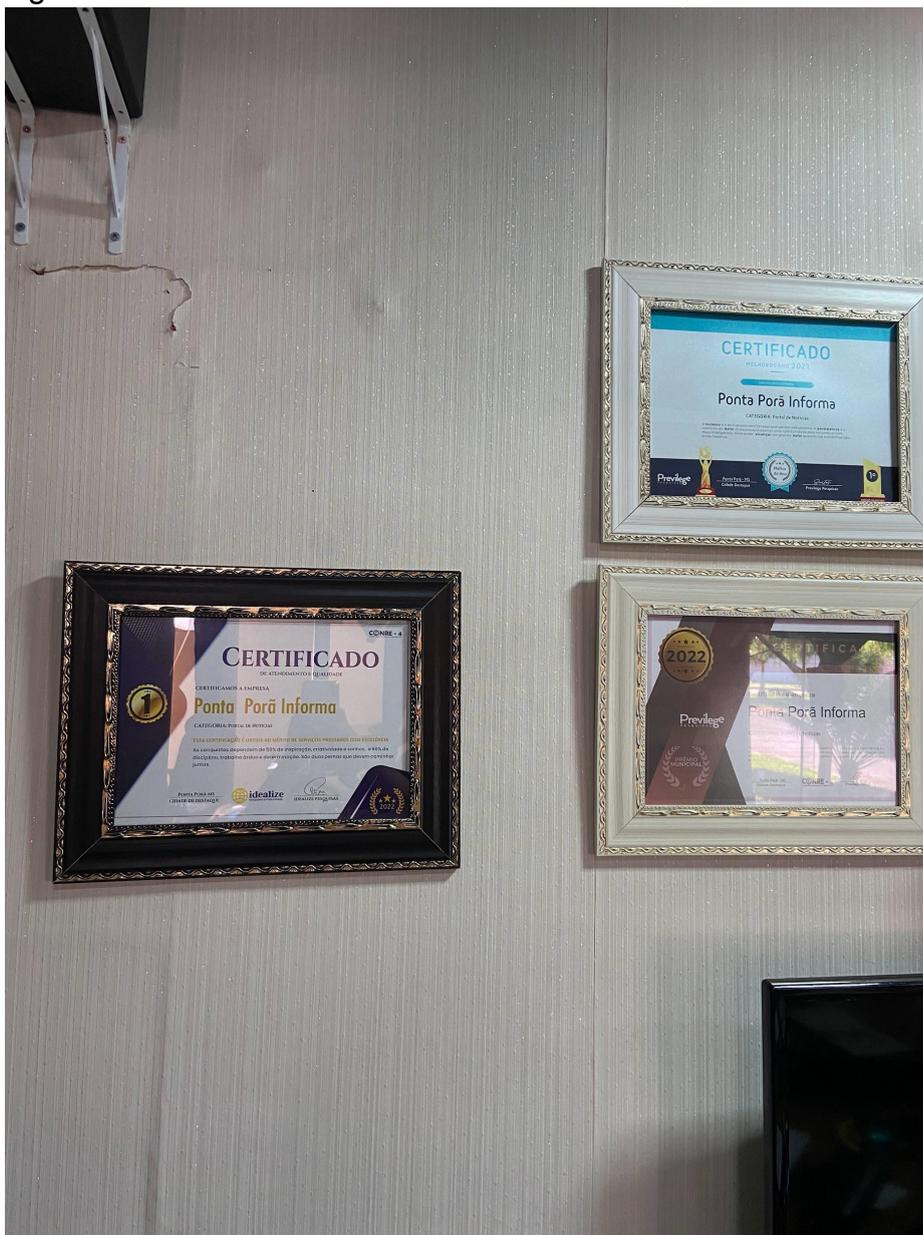
(Fonte: Da autora, 2023)

Figura 11 - Canto direito com o quadro de compromissos da semana



(Fonte: Da autora, 2023)

Figura 12 - Quadros de reconhecimento e honra ao mérito



(Fonte: Da autora, 2023)

Figura 13 - Outras certificações pelo Ponta Porã Informa



(Fonte: Da autora)

Figura 14 - Mesa destinada aos entrevistados



(Fonte: Da autora, 2023)

Figura 15 - Decoração da mesa do principal computador



(Fonte: Da autora, 2023)